



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA E INTERCULTURALIDADE**

**UMA CONVERGÊNCIA ENTRE NATURALISMO E PSICANÁLISE, MEDIANTE
ANÁLISE DE UM PERSONAGEM DE ALUÍSIO AZEVEDO**

ANTÔNIO MARCOS DOS SANTOS

**CAMPINA GRANDE – PB
2012**

ANTÔNIO MARCOS DOS SANTOS

**UMA CONVERGÊNCIA ENTRE NATURALISMO E PSICANÁLISE, MEDIANTE
ANÁLISE DE UM PERSONAGEM DE ALUÍSIO AZEVEDO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura e Interculturalidade da Universidade Estadual da Paraíba, área de concentração Literatura e Estudos Interculturais, linha de pesquisa Literatura e Hermenêutica, em cumprimento aos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Rosângela Maria Soares de Queiroz

**CAMPINA GRANDE - PB
2012**

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na sua forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL – UEPB

S237c Santos, Antônio Marcos dos.
Uma convergência entre naturalismo e psicanálise, mediante análise de um personagem de Aluísio Azevedo [manuscrito] / Antônio Marcos dos Santos. – 2012.
108 f.

Digitado.
Dissertação (Mestrado em Literatura e Interculturalidade) – Universidade Estadual da Paraíba, Pró-Reitoria de Pós-Graduação - CEDUC, 2012.
“Orientação: Profa. Dra. Rosângela Maria Soares de Queiroz, Departamento de Letras e Artes”.

1. Análise literária. 2. Psicanálise. 3. Literatura brasileira. I. Título. II. Azevedo, Aluísio.

21. ed. CDD 801.95

ANTÔNIO MARCOS DOS SANTOS

**UMA CONVERGÊNCIA ENTRE NATURALISMO E PSICANÁLISE, MEDIANTE
ANÁLISE DE UM PERSONAGEM DE ALUÍSIO AZEVEDO**


BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Rosângela Maria Soares de Queiroz
Orientadora - UEPB



Prof. Dr. Luciano Barbosa Justino
Examinador - UEPB



Profa. Dra. Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega
Examinadora - UFCG

Campina Grande, 18 de maio de 2012

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, muito amados,
Davi Heitor e André Alec.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as conquistas, pela conclusão de mais uma etapa e pelas pessoas que contribuíram para tanto.

À minha família, em especial meus pais, Elizete e Antônio, pela extrema sabedoria em, mesmo distante dos bancos escolares, impulsionarem-me à busca incessante de conhecimento.

À minha esposa, Halsia Stefane, pela compreensão e pronta disponibilidade em seu imprescindível apoio.

À minha orientadora, professora doutora Rosângela Queiroz, pela atenção, tranquilidade, gentileza e conhecimento dispensados ao longo deste trabalho.

Aos professores doutores Diógenes André e Luciano Barbosa, pelas tão bem-vindas sugestões enriquecedoras deste trabalho.

Às professoras doutoras e professores doutores Francisca Zuleide, Geralda Medeiros, Rosângela Queiroz, Antônio Carlos, Antônio de Pádua, Diógenes André, Luciano Barbosa, Sebastien Joachim, pelo conhecimento transmitido dentro e fora da sala de aula, contribuindo não apenas para a minha formação acadêmica e profissional, mas também para a minha formação enquanto ser social, ou – porque não dizer? – enquanto ser humano, no sentido mais “cidadão” da palavra.

A Roberto e Alda, pelo pronto atendimento e paciência na Secretaria do PPGLI.

Aos meus colegas de turma, pela amizade e valorosas discussões (acadêmicas ou não).

Aos professores e gestores do IFCE-Crato, Éder Cardozo e Joaquim Rufino, pela solicitude e incentivo nos numerosos deslocamentos de Crato a Campina Grande, durante esses 24 meses.

Aos meus alunos, com quem muito aprendi, durante esses onze anos de magistério.

A todas as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para a construção deste trabalho.

A todos, obrigado!...

RESUMO

Pretendemos, neste trabalho, apresentar uma convergência entre naturalismo e psicanálise – arte e “ciência” – mediante análise comportamental de Amâncio de Vasconcelos, protagonista de *Casa de pensão*, romance de Aluísio Azevedo. Com fundamentação central na teoria psicanalítica freudiana e reportando-nos a elementos socioculturais vigentes no século XIX que contribuíssem consideravelmente para moldar o comportamento do indivíduo, tal análise centra-se nas seguintes características: a compulsão e a insaciabilidade afetivo-sexuais, cujas origens supomos estarem na infância e percorrem toda a sua vida, em virtude da não superação do complexo edipiano; e a hipocrisia, em âmbitos familiar e social, resultado das determinações impostas pelo superego, representante moral da cultura.

Palavras-chave: Amâncio, complexo de Édipo, psicanálise, naturalismo, convergência, cultura.

ABSTRACT

This paper intends to present a convergence between naturalism and psychoanalysis - art and "science" - through a behaviorist analysis of Amâncio de Vasconcelos, protagonist of *Casa de Pensão*, a novel by Aluísio de Azevedo. Centrally based upon Freud's psychoanalytic theory and referring to sociocultural elements from the 19th century which considerably contributed shape the character's behavior, such analysis is centered on the following characteristics: the affective-sexual compulsion and insatiability, whose origins, we suppose, are in his childhood and can be verified through his life, due to his not overcoming Oedipus complex; and the hypocrisy, in both family and social environments, as a result of the determinations imposed by the superego, moral representative of culture.

Keywords: Amâncio; Oedipus complex; psychoanalysis; naturalism; convergence; culture.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1. O NATURALISMO	12
1.1. Progresso científico e tecnológico <i>versus</i> marginalização social	14
1.1.1. Uma era de teorias filosófico-científicas	14
1.1.2. O desenvolvimento científico se faz sentir na prática	16
1.1.3. A ciência e o progresso não estão a serviço de todos	18
1.2. A literatura naturalista	20
1.2.1. Tentando-se chegar ao naturalismo por meio da crítica literária	20
1.2.2. Zola – um referencial sob os pontos de vista crítico e literário	26
1.2.3. Ciência, cientificismo e romances de tese	31
1.3. O naturalismo no Brasil	33
1.3.1. Os antecedentes histórico-culturais	33
1.3.2. A estética em si	34
1.3.3. Casos clínicos, habitações coletivas e “donzelas-guerreiras”	37
1.3.4. Aluísio Azevedo	41
1.3.4.1. Um incômodo em São Luís	41
1.3.4.2. <i>Casa de pensão</i> – maturidade naturalista e prenúncio do auge ...	44
1.3.4.3. <i>O cortiço</i> – o ponto mais alto do naturalismo no Brasil	49
2. AMÂNCIO DE VASCONCELOS, À LUZ DA PSICANÁLISE	52
2.1. O complexo de Édipo e sua relação com outros conceitos	54
2.2. A influência do complexo de Édipo em Amâncio	59
2.3. Uma busca indiscriminada e compulsiva de satisfação afetivo-sexual	73
2.4. Uma vida sociofamiliar dominada pela hipocrisia	86
CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS	105

INTRODUÇÃO

Inspirado em um caso real (a questão Capistrano¹), *Casa de pensão*, publicado em 1884, constitui o segundo romance realista-naturalista do introdutor do Naturalismo no Brasil, o maranhense Aluísio Azevedo.

Influenciado pelas ciências naturais e pelas teorias do século XIX, em especial o evolucionismo, o determinismo e o positivismo, Azevedo apresenta um romance de tese² cujo personagem central – Amâncio de Vasconcelos – representa o homem condicionado às influências do meio. Amâncio é um jovem que, na vida social, não segue os princípios morais que cultiva teoricamente, ou seja, não há conformidade entre suas atitudes e as ideias que deixa transparecer, revelando assim uma personalidade ambígua. No campo sentimental, é acometido de uma indiscriminada e compulsiva busca de satisfação afetiva, que se confunde com os desejos erótico-sexuais, estes não saciados plenamente.

Tais características comportamentais decorrem, conforme pretendemos mostrar, do ambiente sociofamiliar destrutivo no qual estava inserido quando criança, com destaque para as figuras do pai e do professor, demasiadamente austeros e responsáveis por um ódio sistemático, surdo e inconfessável, caracterizador do ressentimento que vai acampando na mente do garoto. Em contraposição surge a figura da mãe, Ângela, o elemento excessivamente protetor, que contribui para a relação edipiana comprometida e não superada.

Existe, assim, um antagonismo expresso por “extrema rispidez *versus* bondade excessiva”, o que gera uma aproximação intensa do filho para com a mãe e hostilidade recalcada em relação ao pai.

Dessa forma, pretendemos proceder a uma breve análise comportamental do personagem em questão, com base na teoria psicanalítica freudiana – não prescindindo, contudo, de outros referenciais –, com foco central, notadamente, no

¹ Numa daquelas inúmeras casas de pensão do Rio de Janeiro acontecera, em 1876, um fato que ficou conhecido como “Questão Capistrano”: uma professora de piano alugava quartos para pensionistas; um deles era Capistrano, por quem Júlia (filha da professora) apaixonou-se e foi seduzida. Chamado para conversar, Capistrano não aceitou a ideia de casar-se, e o caso foi encaminhado à Justiça. O jovem foi considerado inocente, livrando-se da cadeia, mas não de Antônio (irmão de Júlia), que o matou logo em seguida. O caso ganhou grande repercussão nos jornais da época, o que, certamente, influenciou para que Aluísio Azevedo tomasse um fato verídico e transpusesse para a literatura.

² Categoria discutida no capítulo 1, principalmente no tocante à obra que serve de *corpus* para este trabalho.

que concerne à compulsão e à insaciabilidade afetivo-sexuais, bem como à dissimulação, que se originam na infância e se manifestam mais acentuadamente na juventude, prolongando-se até os 21 anos de idade, quando Amâncio é assassinado.

Paralelamente, procuramos estabelecer uma convergência entre a estética naturalista e a teoria psicanalítica – arte e “ciência”, as quais concentram como um dos principais pontos de contato (talvez o mais significativo) o reconhecimento de que o homem é resultado da influência de forças externas. Quanto ao naturalismo, tal visão se deu em função principalmente das teorias de Taine, Comte e Darwin – acima referidas e discutidas posteriormente –, que permearam a mentalidade dos intelectuais, inclusive escritores, na segunda metade do século XIX. No caso da psicanálise, preconiza-se que essas forças, advindas dos padrões morais da cultura, confrontam com as exigências internas regidas pelo princípio de prazer e constituem os elementos repressores dos desejos não realizados. Nesse sentido, é nosso intuito mostrar que Amâncio se revela como um produto dessas forças sociofamiliares – alicerçadas no modelo patriarcal vigente –, sobretudo em virtude da não superação do complexo edipiano, que se coaduna com a introjeção de valores culturais institucionalizados (notadamente Família e Escola).

Quanto à estrutura do trabalho, pretendemos organizá-lo em dois capítulos, distribuídos, sinteticamente, da seguinte forma:

1. “O naturalismo”, no qual voltamos nosso olhar para a teoria e história literárias, no que concerne especificamente à estética naturalista, construindo assim uma breve revisão. Para tanto, dividimos o capítulo em três tópicos inter-relacionados: o primeiro – “Progresso científico e tecnológico *versus* marginalização social” – concentra elementos de caráter predominantemente histórico-cultural que se relacionam com o surgimento da nova estética; no segundo, trazemos uma visão geral acerca do naturalismo, no tocante às propriedades estético-literárias propriamente ditas, discutindo sua origem e vigência na Europa, com ênfase na figura de Émile Zola; no terceiro, o nosso compromisso é com o naturalismo no Brasil, com atenção especial para a obra de Aluísio Azevedo, principalmente, o que é óbvio, *Casa de pensão*.

2. “Amâncio de Vasconcelos, à luz da psicanálise”, capítulo mais longo, visto tratar especificamente da análise, no qual fazemos, introdutoriamente, uma exposição sucinta do conceito freudiano central da nossa pesquisa – o complexo de

Édipo – e subsidiariamente tecemos alguns comentários acerca de outros conceitos a ele vinculados. Em seguida, procedemos à análise do protagonista do romance *Casa de pensão*, a qual se dará em três tópicos cujos conteúdos naturalmente estão entrelaçados: 1. “A influência do complexo de Édipo em Amâncio”, em que se perceberá que as marcas comportamentais do personagem decorrem, conforme atesta a teoria freudiana, das relações na primeira infância, em especial da forma de relacionamento que é engendrada pelos pais, gerando uma não superação do complexo edípico; 2. “Uma busca indiscriminada e compulsiva de satisfação afetivo-sexual”, no qual buscamos estabelecer uma relação entre a não superação do complexo de Édipo e a incessante busca de relações afetivas e/ou sexuais, desde o período imediatamente pós-edípico até o último dia de sua vida; e 3. “Uma vida sociofamiliar dominada pela hipocrisia”, em que conferimos importância ao vínculo existente entre, mais uma vez, as relações na infância, inclusive no chamado período de latência³, e o comportamento hipócrita que se inicia justamente nessa fase e se prolonga, intensamente, ao longo de toda a sua vida. Também neste tópico ocupa um lugar de destaque o ressentimento de Amâncio para com as principais figuras austeras – notadamente o pai e o professor Pires – que participam de seu processo educativo.

³ Esse termo, bem como outras questões e conceitos-chave pertinentes ao nosso trabalho e relativos à psicanálise, serão comentados no capítulo 2.

CAPÍTULO 1 – O NATURALISMO

A teoria oferece não um conjunto de soluções, mas a perspectiva de mais reflexão. Exige o compromisso com o trabalho de leitura, de contestação de pressupostos, de questionamento das suposições a partir das quais você avança. (CULLER, 1999, p. 117)

No presente capítulo, propomo-nos a apresentar uma configuração simplificada do movimento⁴ naturalista, enquanto estética literária, com ênfase na produção de Aluísio Azevedo, representante central do referido movimento no Brasil. Especialmente, por questões óbvias, voltaremos nosso olhar para a obra que serve de *corpus* para este trabalho, *Casa de pensão*, segundo vários críticos, romance que exemplarmente demonstra maturidade quanto aos caracteres da nova e fugaz estética, mas que lamentavelmente não fez escola, ao contrário dos romances casos-clínicos, de qualidade estético-literária, por assim dizer, inferior.

Falar do naturalismo, então, é, de certa maneira, lembrar algo que, em alguns livros, já se tornou um lugar-comum: sua definição no sentido de constituir um realismo fortalecido por uma teoria de cunho científico. No entanto, essa tentativa conceitual de modelo enciclopédico não abarca, evidentemente, o que foi esse movimento, de duração, como dissemos, efêmera – no Brasil, por exemplo, sobreviveu de modo efervescente, por pouco mais de dez anos –, mas que envolve produções ditas do cânone literário e que suscitou e fez produzir inúmeros trabalhos e discussões – inclusive de caráter polêmico – nos campos social, filosófico, científico, psicanalítico, artístico-literário, dentre outros.

Sodré (1992), um dos principais estudiosos do Naturalismo, deixa bem clara sua aversão a definições que simplesmente procuram deixar patente que uma escola (Naturalismo) sai de outra (Realismo), configurando, erroneamente, um caráter ascensional, e, em muitos casos, segundo o mesmo autor, tal modelo menos explica do que confunde, empobrece e falseia. E, tentando estabelecer,

⁴ Apesar de alguns autores, não raro, considerarem o naturalismo uma escola, optamos, neste trabalho, pelo uso do termo “movimento” ou sinônimo (ex: “episódio”), cujas explicações, principalmente no que concerne à sua efemeridade, serão expostas ao longo da discussão. Quando usarmos o vocábulo “escola” ou qualquer outro sinônimo, será, basicamente, em respeito aos textos originais. Há, inclusive, um caso curioso, que diz respeito aos termos utilizados por Sodré. Em determinadas passagens, ele se refere ao naturalismo como escola; em outras, as quais parecem ser prevalentes, é categórico em considerá-lo apenas um episódio.

preliminarmente, uma correlação, e, ao mesmo tempo, uma diferenciação, entre as duas tendências, afirma que

realismo é um problema fundamental em literatura. Naturalismo é que é uma escola, entre outras: uma escola que, a pretexto de representar fielmente a realidade, utilizou-se de determinadas fórmulas. Estas fórmulas é que a caracterizam, que definem a escola. Trata-se de uma escola peculiar à fase de decadência da burguesia, a fase a que sucede a imperialista. [...] o naturalismo é um pouco a sociologia na literatura. [...] pretende ser o laboratório em literatura. (SODRÉ, 1992, p. 53)

Tal fórmula consistia em “apresentar a um público fatigado da repetição da fórmula romântica [...] uma construção literária monumental, chocante e sólida nos seus alicerces científicos” (SODRÉ, 1992, p. 55). Para tanto, foram imprescindíveis as contribuições de autores como Taine, Claude Bernard, Darwin e Comte. E é numa perspectiva comtiana que o crítico Lívio de Castro, contemporâneo dos principais naturalistas, ao se indagar “O que é o naturalismo?”, responde: “é o positivismo na arte” (SÜSSEKIND, 1984, p. 83).

Relevante também será uma discussão envolvendo o valor artístico-literário do movimento, e assim recorreremos tanto àqueles que creem e postulam sê-lo uma criação literária que bem representa a realidade – mais do que qualquer outro movimento ou escola –, quanto aos que o acusam de uma mostra de imperfeição artística, chegando a configurar uma falsificação da arte e da vida, em função de alguns aspectos, como a superficialidade com que se abordam as temáticas, bem como ao teor destas. Cabe, porém, desde já, uma observação no sentido de que, em ambas as visões, há concessões e flexibilização crítica, ora mais enérgicas, ora mais sutis, dependendo, evidentemente, de cada crítico e/ou historiador da literatura.

Mas, antes de fazermos uma incursão nesse movimento, cuja conceituação e caracterização, insistimos, não se mostram de forma tão simples assim, consideramos relevante, inicialmente, e de modo mais sistemático, levarmos em conta alguns elementos que contribuíram, significativamente, para o seu surgimento e predominância na segunda metade do século XIX, a começar pelo antagonismo que marca esse período.

1.1. Progresso científico e tecnológico *versus* marginalização social

“Aliar a história à crítica, aquela subordinada ao ponto de vista da segunda, [...] é a finalidade suprema do fenômeno literário” (COUTINHO, 1990, p. 179). Impossível, portanto, separar essa tríade: literatura, história e crítica, sempre ressaltando a primeira como uma manifestação artística que, a partir do uso de sua matéria-prima – a palavra –, procura, nessa perspectiva triádica, não apenas representar ações, pensamentos e sentimentos humanos, mas também re(interpretá-los), e mesmo ressignificá-los, fazendo-nos refletir, com mais consistência, acerca desses substantivos abstratos, mas tão concretos na sua significação, os quais determinam o sentido de nossas vidas.

É nesse sentido – buscando aliar literatura, história e crítica – que tentamos visualizar o movimento naturalista, prevalente nos últimos decênios do século XIX. Como diz Sussekind (1984, p. 46), acerca da chegada da corrente naturalista ao Brasil, e nós expandimos sua afirmação para outros territórios, é necessário que se tente dar ao naturalismo os contornos históricos de sua entrada como escola literária, sobretudo nas três últimas décadas do século XIX. E ratificamos: em literatura é sempre necessária – ou no mínimo apropriada – uma perspectiva crítica aliada à história.

Dessa forma, apresentamos a seguir, sinteticamente, aqueles que consideramos os principais fatos que proporcionaram o desenvolvimento da estética ora discutida.

1.1.1. Uma era de teorias filosófico-científicas

Numa época em que se tinha uma confiança absoluta, não necessariamente na ciência, mas no estágio ao qual ela ascendera, “Renan chegaria ao absurdo de proclamar: ‘Hoje o mundo não encerra mais mistérios’” (SODRÉ, 1992, p. 47). Essa espécie de fé cega nessa terceira fase do conhecimento humano, como propunha Comte, decorre dos inúmeros avanços que marcam esse momento histórico e impregnam, por conseguinte, a ficção naturalista. Não há campo que permaneça

incólume, nem mesmo – ou notadamente – o religioso, haja vista, por exemplo, a polêmica desencadeada por Strauss, com a *Vida de Jesus*⁵.

Darwin, em *A origem das espécies*, dá a conhecer a sua teoria da evolução, infligindo ao ser humano o segundo golpe no seu narcisismo, ao asseverar que o homem descende de seres inferiores e que, na vida, há uma luta contínua pela existência, da qual sobreviveriam os seres mais aptos, por um processo de seleção natural. O darwinismo torna-se quase uma religião, nas palavras de Coutinho (1990, p. 181).

Na França, a teoria determinista de Taine passa a ser uma “doutrina” para os escritores naturalistas. A Europa e, conseqüentemente, outras partes do mundo, “se curvam” à afirmação teórica de que o ser humano estaria impossibilitado de moldar sua própria vida, já que, inevitavelmente, seu comportamento seria explicável com base em três fatores: o meio, a hereditariedade e o momento histórico. Procurando estabelecer uma conjugação entre as ideias tainianas, darwinistas e outros campos teórico-científicos, Coutinho (1990, p. 182) afirma que

problemas de hereditariedade, de embriologia, de estrutura celular, de bacteriologia seduziram os espíritos. O darwinismo, a evolução e a doutrina da seleção natural imprimiram direção às pesquisas não somente da biologia, mas também da psicologia e das ciências sociais.

Também em sintonia com o espírito científico da época estava o positivismo de Auguste Comte, considerado por muitos críticos o pai da sociologia moderna. Comte defendia que não se podiam atribuir os fenômenos (naturais) aos princípios teológicos ou metafísicos. Haveria uma “marcha natural” das sociedades cujo fundamento central seria o saber científico. Assim, a humanidade estaria entrando no terceiro ciclo da sua evolução: o ciclo positivo – ou científico –, depois de ter passado por aquele que produzira o chamado pensamento mítico – ciclo teológico – e pelo metafísico, no qual teriam os seres humanos se entregado a abstrações. O autor propunha ainda que, somente por meio da observação, da experimentação e da comparação, o conhecimento seria alcançado. “Comte vai contribuir de maneira

⁵ No livro, publicado em 1835, Strauss, discípulo de Hegel, apresentava uma visão completamente distinta da tradicional acerca do cristianismo, postulando inclusive que havia uma espécie de mito em torno da figura de Jesus, bem como de seus milagres.

decisiva para delinear o caminho aberto à inteligência da época e, em particular, aos romancistas naturalistas” (CARONI, 1982, p. 13).

Numa linha de pensamento análoga à darwinista, “Spencer viu a sociedade como um organismo em evolução, e a luta pela existência como um constante antagonismo entre as forças sociais” (COUTINHO, 1990, p. 182).

Cabe ainda destacar que, em 1879, Wundt cria o primeiro laboratório de psicologia, e esta se afirma enquanto ciência, considerando sobretudo os aspectos observáveis no tocante ao comportamento humano, em conformidade com outros campos do saber científico.

Enfim, há um emaranhado de propostas teórico-filosófico-científicas que “contaminam” o espírito da humanidade, conduzindo-a a uma supervalorização do materialismo, visto ser a ciência, em detrimento das perspectivas metafísicas e religiosas, aquela que dará o norte para a aquisição de conhecimento, inclusive nas artes, ocasionando, por exemplo, uma literatura carregada de cientificismo. O método científico é, por excelência, o meio de análise, interpretação e compreensão da realidade, o que faz o crítico Urbano Duarte afirmar que

o espírito científico do século fecundará a inteligência dos homens de letras, e dessa benéfica hematose provirá a literatura naturalista, o reino da *verdade escrita*⁶, estudo racional, verídico, e sobretudo *inteiro*, do homem e da sociedade, com a explicação das causas e dos efeitos. (apud CASTELLO, 1999, p. 367)

1.1.2. O desenvolvimento científico se faz sentir na prática

“Culto da ciência e do progresso, evolucionismo, liberalismo, iluminismo, determinismo, positivismo, contraespiritualismo, naturalismo. Esse é o complexo espiritual que caracterizou a ‘geração do materialismo” (COUTINHO, 1990, p. 184), marcando uma revolução nas ideias e na vida, como se estivesse retomando – ou continuando, após um período de intermitência – pressupostos iluministas e enciclopédicos do século XVIII, associados àquela que ficou conhecida como Segunda Revolução Industrial.

⁶ Sodré (1982, p. 397), que também coloca entre aspas essa verdade, vê no naturalismo uma dupla falsificação: da arte e da vida. Tal visão se assemelha à de Lukács (1965, p. 55), quando critica a produção naturalista, e mesmo realista, ao trazer à discussão, num tom claramente contestador, as palavras de Flaubert, quando este afirma que, em sua obra, há “excessiva verdade”.

E assim, deixando agora um pouco de lado as questões mais teóricas, e procurando apresentar com mais precisão as mudanças ocorridas na prática, importa lembrarmos inicialmente que essa Segunda Revolução difere da Primeira, em função do aproveitamento sistemático da ciência a serviço da indústria. É, portanto, aliando-se os campos científico e industrial, que se dá, por exemplo, um profícuo desenvolvimento da indústria farmacêutica, popularizando – para ficarmos apenas com uma exemplificação – medicamentos analgésicos contra cefaleia.

Aparecem as máquinas que multiplicam vertiginosamente a produção nas mais diversas áreas: transportes, comunicação, alimentação, conforto, diversão, etc. Nesse sentido, são alguns avanços desse período: a energia elétrica; a indústria do frio e com ela a conservação de alimentos; a expansão da comunicação telegráfica; o incremento dos transportes ferroviário e marítimo; a aceleração, o barateamento e a conseqüente popularização dos jornais e outros periódicos, devido ao uso da prensa móvel a vapor.

No campo da medicina, destacam-se os seguintes progressos: o éter passa a ser utilizado como anestésico; o conhecimento neurológico e psiquiátrico de Charcot⁷, principalmente quanto à histeria, ganha relevância e se faz perceber na literatura do período; vem a público, em 1865, a obra que serviria de base e impulso para Zola teorizar o seu *romance experimental: Introdução ao estudo da Medicina Experimental*, de Claude Bernard; Pasteur, em laboratório, descobre segredos acerca de seres microscópicos; e, nessa mesma linha da biomedicina, cientistas descobrem micro-organismos patogênicos, como os da tuberculose, da difteria, da febre amarela e da sífilis. Conseqüentemente abrem-se amplas perspectivas de curas para essas patologias.

⁷ É conveniente lembrarmos que Charcot influenciou consideravelmente a teoria freudiana, principal sustentáculo deste trabalho. Num contato que se deu de outubro de 1885 a março de 1886, Freud aprendeu com Charcot que as doenças podem ser causadas por ideias, criadas em uma parte secreta da mente, chamada pelo médico francês de *segunda mente*. Essas ideias criariam um sintoma físico. Foi essa *segunda mente* que Freud posteriormente chamou de *inconsciente*, um dos conceitos mais determinantes e revolucionários do século XX. Segundo Jones (1989, vol 1, p. 193), a mudança da neurologia para a psicopatologia, deu-se principalmente devido a essa influência. E Freud não foi econômico nos elogios: “Charcot, que é tanto um dos maiores médicos quanto um homem cujo bom senso é da ordem do gênio, simplesmente demole minhas concepções e meus objetivos. Muitas vezes depois de uma conferência, saio como se estivesse saindo de Notre Dame, com novas impressões para levar em consideração. Ele, porém, me absorve [...]. Meu cérebro fica saciado como depois de uma noite no teatro. Não sei se a semente algum dia frutificará, mas o que sei com certeza é que nenhum outro ser humano jamais me influenciou de tal forma” (apud JONES, 1989, vol 1, p. 193).

Surge e se desenvolve, portanto, uma ciência com objetivos práticos, servindo ao progresso industrial e, desse modo, à humanidade. Mas não a todos os seres humanos. Seria ilusório pensar assim.

1.1.3. A ciência e o progresso não estão a serviço de todos

A ascensão do naturalismo se dá justamente em consonância com o declínio da burguesia. Isso fez alguns críticos assinalarem que o romantismo foi o meio de expressão da ascensão burguesa, enquanto o naturalismo seria o de sua decadência.

No período que corresponde aproximadamente à passagem da primeira para a segunda metade do século XIX, há, na Europa, profundas transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, representadas por um progresso que se traduz no crescimento das cidades, na instalação de novas fábricas, na utilização de novas fontes de energia, como o vapor, o petróleo, o gás e a eletricidade, e tudo mais que mencionamos no item anterior. Porém, ao mesmo tempo em que se percebia, nitidamente, essa efervescência científica e tecnológica, a mesma nitidez se mostrava no crescimento dos bairros pobres onde viviam o proletariado e suas famílias.

A um processo de urbanização crescente, simultaneamente, recrudesciam: a miséria; o elevado índice de doenças, inclusive sexualmente transmissíveis, além de outras contagiosas; a “necessária”⁸ prostituição; a elevadíssima carga horária e as péssimas condições de trabalho. Por um lado, a burguesia luta pelo dinheiro e pelo poder, em conformidade com a expansão capitalista; por outro, o operariado, em função das condições acima expostas, manifesta sua insatisfação, promovendo as primeiras greves e criando associações correspondentes aos futuros sindicatos.

A burguesia gera, dialeticamente, o seu contrário, o proletariado; na medida em que se expande, expande o seu inevitável acólito. A sociedade da segunda metade do século, assim, assiste a grandes

⁸ Em função da questão econômica que assolava inúmeras famílias, muitas jovens se viram “obrigadas” a entrar no mundo da prostituição, o que, de certa maneira, contribuiu para a disseminação e aumento das doenças. Grande parte da população era ainda ignorante a esse respeito.

lutas e a episódios importantes em que as duas classes se defrontam. (SODRÉ, 1992, p. 45)

É possível perceber que, de certa maneira, tal oposição e acirramento entre as classes, configuradores de uma luta também – ou sobretudo – ideológica, são consequências de um mundo que vem sendo desvendado pela ciência e de inovações que surgem e se multiplicam em praticamente todos os campos, mas não a serviço de todos os seres humanos, e sim em favor de uma acumulação capitalista, gerando ainda mais pobreza. Nessa perspectiva, é oportuno, ainda que muito superficialmente, fazermos alusão ao socialismo científico de Marx, que via no capitalismo “a exploração do homem pelo próprio homem” e que, ao considerar sua doutrina como científica, propunha colocar a ciência a serviço dos trabalhadores, em contraposição à ciência que se apresentava tão-somente em prol da indústria e da classe burguesa. Fehér (1997, p. 37) é enfático ao preconizar que “a consolidação do capitalismo [...] tornou manifesto o conflito entre a sociedade burguesa e a sociedade ‘humana’”.

É essa situação conflitante, incoerente e antagônica que propicia aos romancistas naturalistas, sem prescindir – ou principalmente fazendo uso – das teorias científicas da época, verter para o papel temáticas, por assim dizer, antirromânticas, que envolvem as camadas mais baixas da população, introduzindo na literatura todos os aspectos e atividades do homem, mesmo aquilo que possa causar repugnância e indignação a uma parcela elitizada, por ferir os ideais burgueses. Perceber-se-á, assim, no naturalismo, sempre mantendo um vínculo com esse panorama histórico-cultural, uma origem política, uma espécie de preocupação com o outro, uma fidelidade aos fatos e uma propensão, portanto, a tratar das temáticas de cunho social, em conformidade com as palavras de Hauser (2001, p. 792):

As origens políticas do naturalismo explicam, em particular, suas características antirromânticas e éticas: a recusa em fugir da realidade e a exigência de absoluta honestidade na descrição dos fatos; o empenho em manter uma conduta impessoal e impassível como garantia de objetividade e solidariedade social; o ativismo como a atitude de quem está decidido não só a conhecer e descrever, mas também a alterar a realidade; o modernismo que se atém ao presente como o único assunto de real importância; e, finalmente, a tendência popular tanto na escolha de assunto quanto na escolha de público.

Dito isso, sustentamos, pois, que não se tem uma visão adequada da produção naturalista, sem antes estudar esses pontos centrais que nos fazem compreender esse período dominado pelos avanços científicos e tecnológicos, em favor de, em maior proporção – ou apenas a – uma parcela da sociedade, em detrimento de uma parcela amplamente mais numerosa. A ciência e a tecnologia nasceram para todos, mas a elas nem todos têm acesso, inclusive no século XIX.

1.2. A literatura naturalista

Discutidas, embora sucintamente, as principais questões histórico-culturais que antecedem o naturalismo ou lhe são contemporâneas, pretendemos agora enveredar no aspecto eminentemente literário, a fim de que tenhamos uma visão mais consistente do, na época, insólito e ousado movimento⁹. Para tanto, buscamos sistematizar este tópico, organizando-o em subitens que trazem uma discussão mais geral envolvendo realismo e naturalismo, passando pela irrefutável importância do papel desempenhado por Émile Zola, e suscitando um debate acerca das divergências quanto ao fato de o naturalismo expor uma possível pseudociência, bem como do seu valor artístico-literário.

1.2.1. Tentando-se chegar ao naturalismo por meio da crítica literária

“A morte de Balzac marca o fim da era romântica” (HAUSER, 2001, p. 798); o mesmo Hauser, porém, permite-nos entender que, em produções de autores

⁹ Creemos que são pertinentes as palavras de Bradbury e McFarlane, ao reportarem-se a um diálogo entre Flaubert e Zola e ao naturalismo como possibilidade constitutiva do primeiro movimento modernista – ou, por assim dizer, de vanguarda. “Realmente não me importo nem um pouco mais que você com a palavra *naturalismo*”, disse Émile Zola a Flaubert, que objetara ao uso desse termo programático por parte de Zola. ‘No entanto, repito-o constantemente porque as coisas precisam ser batizadas, para que o público as encare como novas.’ Discute-se – e é uma discussão que teremos de abordar – se o que veio a ser batizado de naturalismo é, estritamente falando, um dos movimentos autenticamente modernistas; mas não restam muitas dúvidas de que Zola, ao afirmar ser necessário nomear e divulgar sua tendência, dar-lhe um programa e um manifesto, estava se conduzindo segundo o espírito modernista. Pois o movimento enquanto princípio foi um componente essencial do moderno, integrante fundamental de sua coesão e evolução” (BRADBURY e MCFARLANE, 1989, p. 154).

considerados tipicamente românticos, encontram-se características que se afastam daquelas que os fazem ser considerados como tal, aproximando-os de uma outra tendência, como a realista, por exemplo. Isso em parte se dá porque os movimentos literários não guardam obviamente características estanques. Balzac seria um desses autores que não concentram, digamos assim, um único estilo. Semelhantemente, Hauser (2001, p. 763) aloca Stendhal. Para ele [Hauser],

em nenhum representante do século XIX estão as seduções do romantismo e a resistência a elas distribuídas tão igualmente quanto em Stendhal. [...] Stendhal é um racionalista e positivista rigoroso; considera estranha e abominável toda metafísica, toda mera especulação e o idealismo do tipo alemão. Para ele, a consubstanciação da moralidade, a essência da integridade intelectual, consiste no esforço “para ver claramente nas coisas o que são”.

Obedecendo a um ponto de vista semelhante, Candido e Castello (2008, p. 286) corroboram que autores classificados como românticos, como Stendhal, Balzac e Dickens, são os verdadeiros criadores do realismo na ficção contemporânea. Isso ocorre, segundo os críticos supracitados, porque tanto os autores quanto as modas literárias oscilam incessantemente entre dois polos cuja combinação – variando ora mais para um, ora mais para outro – é fundamental para a criação literária. São eles: a tendência a reproduzir nas obras as marcas (relativas a sentimentos, pensamentos, ações, objetos) observadas no mundo real e a tendência para inventar ou (re)criar um mundo diferente ou contrário às leis do mundo real.

Assim, retomamos a questão citada no início deste capítulo, ao referirmos às palavras de Sodré (1992), que admite ser o realismo um problema fundamental em literatura, o naturalismo é que configuraria uma escola. Coutinho (1990, p. 186), até certo ponto, partilha desse ponto de vista, referindo a impossibilidade de uma defini o completa do realismo, “que é antes um temperamento, uma tendência, em estado de espírito, do que um tipo ou g nero literário acabado. Ele existe sempre que o homem prefere deliberadamente encarar os fatos, deixar que a verdade dite a forma, e subordinar os sonhos ao real”. Todavia, o mesmo autor insiste em que há características dominantes que possibilitam identificar a escola realista, a qual, de certa forma, como dissemos, foi vislumbrada por alguns autores ditos românticos. Essas características, impossíveis de serem aqui apontadas e comentadas amplamente – como se exige –, estariam associadas a: encarar a vida

objetivamente; retratar a vida contemporânea; desenvolver lenta e detalhadamente o movimento e os fatos da narrativa; apresentar a verdade por meio do retrato fiel de personagens; tender para uma análise psicológica dos personagens¹⁰. Isso não significa dizer, cabalmente, que o escritor realista seja um “apaixonado” pelo mundo tal como ele é. O próprio autor de *Madame Bovary*, designado como “chefe da escola realista”, indignava-se com tal declaração da crítica e a ela retrucava: “Acreditam-me apaixonado pelo real, enquanto o execro; pois foi por ódio ao realismo que empreendi esse romance. Mas não detesto menos a falsa idealidade, pela qual somos logrados nos tempos que correm” (apud BOURDIEU, 2010, p. 112). Flaubert, sendo um burguês que fulminava a própria burguesia, valeu-se de um oxímoro – “Escrever bem o medíocre” – para condensar o seu programa estético, que consistia sintética e basicamente no seguinte:

Trata-se de nada menos que *escrever* o real (e não de o descrever, de o imitar, de o deixar de alguma maneira produzir-se a si próprio, representação natural da natureza.), ou seja, fazer o que define propriamente a literatura, mas a propósito do real mais insipidamente real, mais ordinário, mais insignificante que, por oposição ao ideal, não é feito para ser escrito. (BOURDIEU, 2010, p. 116)

Assim, mostrando que os sentimentos, as mediocridades, as futilidades burguesas poderiam suportar, como o próprio Flaubert afirmava, a bela linguagem, abre-se, peremptoriamente, em meados do século XIX, uma representação mais objetiva e fiel da vida social, negando-se a encarar a literatura tão-somente como uma forma de entretenimento. Têm um lugar mais bem definido, sob uma forma de denúncia, os vícios e a corrupção da sociedade burguesa, em consonância com a exploração dos operários, a influência perniciosa da religião e uma hipocrisia nas relações humanas que se manifesta, por exemplo, no casamento burguês.

Já o naturalismo concentraria os traços realistas – em menor ou maior grau –, mas teria como ponto fulcral o fortalecimento advindo de uma teoria peculiar, de cunho científico, apresentando o homem como um ser passível de forças mecânicas e culturais, das quais resultariam seus atos. É o que percebemos, de modo mais claro e específico, nas palavras de Candido e Castello (2008, p. 286):

¹⁰ Conforme afirmamos, é merecida uma discussão muito mais ampla de cada um desses caracteres básicos e de outros não mencionados, para se ter uma noção mais clara do que foi o Realismo, escola literária. Preferimos não esmiuçar essa discussão, uma vez que nosso ponto central diz respeito à literatura naturalista. Esta, claro, como dissemos, está relacionada ao Realismo, escola literária, porém não é essa relação o ponto fundamental para desenvolvermos o nosso trabalho.

O traço diferente, que predominou em muitos escritores a partir dos anos de 1860 e 1870, foi que se chamou naturalismo, termo que é também aplicável a obras de várias épocas, mas que recebeu então um sentido próprio e de certo modo legítimo, sob a influência dos novos rumos das ciências naturais. Nesse sentido restrito, naturalismo significa o tipo de realismo que procura explicar cientificamente a conduta e o modo de ser dos personagens por meio dos fatores externos, de natureza biológica e sociológica, que condicionam a vida humana. Os seres aparecem, então, como produtos, como consequências de forças preexistentes, que limitam a sua responsabilidade e os tornam, nos casos extremos, verdadeiros joguetes das condições.

Um ponto de vista convergente, ainda no tocante ao que configura as estéticas discutidas, é apontado por Bosi (2006, p. 169). Para ele, “o realismo ficcional aprofunda a *narração de costumes contemporâneos* da primeira metade do século XIX (Stendhal, Balzac, Dickens, Hugo) e de todo o século XVIII (Lesage, Diderot, Defoe, Fielding, Jane Austen...)”. Desse modo, a despeito de se considerar, didática e historicamente, que a escola realista se inicia de fato com *Madame Bovary*, não se deve, como diz o crítico literário, cavar um fosso entre as produções daqueles e as de Flaubert, Machado, Maupassant, dentre outros. Entretanto, Bosi não foge à tendência geral em considerar que “as vicissitudes que pontuaram a ascensão da burguesia durante o século XIX foram rasgando os véus idealizantes que ainda envolviam a ficção romântica”. No caso mais específico do romance naturalista, “desnudam-se as mazelas da vida pública e os contrastes da vida íntima; e buscam-se para ambas causas naturais (*raça, clima, temperamento*) ou culturais (*meio, educação*) que lhes reduzem de muito a área de liberdade” (BOSI, 2006, p. 169).

Parece, então, que, de um modo geral, até aqui, há uma espécie de entendimento entre os críticos, no sentido de considerar o naturalismo – em conformidade com a origem do termo (natural + ismo) – como a doutrina para a qual nada tem um significado supernatural, não se valendo inclusive de explicações teológicas ou metafísicas, e sim se subordinando a leis científicas da natureza. A fórmula literária seria, em definitivo, como dissemos no início, chocar, com alicerces científicos (SODRÉ, 1992, p. 55), ocasionando uma clara substituição da antiga (Romantismo) pela nova corrente (Naturalismo), mais bem consignada nas palavras de Hauser (2001, p. 791):

A mais importante diferença entre naturalismo e romantismo consiste no cientismo da nova corrente, na aplicação dos princípios das ciências exatas à descrição artística de fatos. O predomínio da arte naturalista na segunda metade do século XIX é, no todo, apenas um sintoma da vitória da concepção científica e do pensamento tecnológico sobre o espírito de idealismo e tradicionalismo.

Essas palavras se aproximam das de Fehér (1997), quando, ao sustentar que o século XIX foi o período de triunfo do romance e, de modo específico, também do romance à Zola, afirma que

o movimento naturalista exigiu, de acordo com seu programa, que o romance fornecesse o catálogo completo e com autenticidade científica das formas de atividade do dia a dia, em substituição aos apogeuus “irreais”, “românticos”, e esta confrontação exprimia a convicção de que a especificação “científica” evoca com maior fidelidade a essência da vida do que o esforço para alcançar alturas “inverossímeis”. (FEHÉR, 1997, p. 63)

Por outro lado, o valor artístico-literário do impactante movimento foi alvo de contestações de críticos como Georg Lukács, Lúcia Miguel Pereira, Nelson W. Sodrê, José Veríssimo e Sílvia Romero.

Ao tratar a literatura da segunda metade do século XIX, em especial os romances zolanianos, como uma aplicação do método descritivo à literatura, gerando assim uma monotonia compositiva, em substituição a uma composição épica ordenada e variada, Lukács (1965) postula que, em tais romances, os homens são representados como seres estáticos, “naturezas mortas”, semelhantes a “coisas inanimadas”. Para ele, a descrição¹¹ constituiria um meio subalterno e forçosamente superficial, uma forma sucedânea na qual os autores naturalistas, quanto mais aderiam ao movimento, tanto mais se esforçariam por “representar apenas homens medíocres, atribuindo-lhes somente ideias, sentimentos e palavras da realidade cotidiana superficial, de modo que o contraste se torna cada vez mais estridente”

¹¹ Lukács (1965, p. 50) lembra que um método (descritivo) não exclui o outro (narrativo): “Ora, é certo que não existe qualquer escritor que renuncie completamente a descrever. E também seria pouco lícito afirmar que os grandes representantes do realismo posterior a 1848, Flaubert e Zola, tenham renunciado de todo a narrar. [...] O que nos importa é saber como e por que a descrição – que originalmente era um entre os muitos meios empregados na criação artística (e, por certo, um meio subalterno) – chegou a se tornar o princípio fundamental da composição.”

(LUKÁCS, 1965, p. 60). A suposta precisão artística, de laboratório, mais tornaria os homens acessórios do que personagens centrais dos romances¹².

Sob um ponto de vista teórico-crítico convergente com o de Lukács, não há economia vocabular por parte de Sodré (1982), ao referir-se ao episódio naturalista – sobretudo no Brasil – como movimento que se volta à aparência dos fatos, em detrimento da sua essência, causando um superficialismo empobrecedor da literatura. O que chamou de “monumentalidade retórica do romantismo” foi substituída pela “monótona mediocridade do naturalismo”. Assim, em conformidade com o pensamento lukacsiano, defensor de que deve haver uma profunda relação entre a *praxis* e a arte – o que, segundo o crítico húngaro, não se verifica no naturalismo, movimento que justamente, mais do que qualquer outro, postulava tal “intimidade” e transposição –, Sodré (1982, p. 383) defende que “a arte nasce da vida e reflete a vida, e a verdadeira base da comparação artística só pode consistir na fidelidade e na profundidade com que representa a vida. Ora, nem a vida é estática e nem está somente na superfície dos acontecimentos”, como ocorreria no naturalismo.

Outro aspecto curioso corresponde ao fato de o episódio naturalista trazer à literatura o que a crítica convencional denominou personagens patológicas, tipos como o ébrio, o criminoso e a histérica espelhando o conjunto. Essa visão é amplamente criticada pelos dois críticos citados no parágrafo anterior, em sintonia com a opinião de Pereira (1988), que é veemente ao criticar escritores que privilegiam os casos de alcova, prescindindo de um crítica social mais apurada. O ser humano dito “anormal” não poderia servir, pois, de base, para representar uma coletividade.

De um modo geral, podemos, pois, constatar que há uma crítica ácida quanto aos valores eminentemente literários do movimento em questão, em contraposição ao modelo teórico-crítico convencional que “se acostumou” a considerar o naturalismo como uma tendência – ou mesmo escola – literária que aprofunda os

¹² De um modo geral, discordando do pensamento do crítico húngaro, Candido (1993, 116) afirma que, “para Lukács, o mal do Naturalismo foi não ‘espelhar’ de modo correto a realidade, mas usá-la para chegar a uma visão reificada e deformadora, que a substitui de maneira indevida e é a alegoria. Não creio que assim seja e registro que a alegoria não ocorre no Naturalismo em geral. Nós não a encontramos, por exemplo, na obra de Verga nem nos romances naturalistas de Eça de Queirós; mas a encontramos sem dúvida nos de Zola, cabeça-de-turco de Lukács, que, a partir deles, procedeu a uma extrapolação. Talvez por influência de Zola nós a encontramos também nos de Aluísio, sendo em ambos os casos, a meu ver, elemento de força e não de fraqueza.”

caracteres do realismo, mediante o olhar impassível e fotográfico do artista, pautado em uma teoria de cunho científico, segundo as propostas vigentes.

Como a questão não se encerra aqui, é pertinente ainda confrontarmos tal visão com a de Friedrich Michael Fels (apud BRADBURY e MCFARLANE, 1989, p. 158), quando discute a dissolução do movimento naturalista na Europa, que se dá por volta de 1890:

Em última análise, todo mundo é naturalista. O homem que tenta com o máximo cuidado imitar o mundo externo em todos os seus detalhes, preservando estritamente toda a desordem das coisas repetidas, insignificantes ou irrelevantes, é um naturalista. O homem que mergulha no mundo interior e traça com um ansioso cuidado cada mínima nuance da vida de sua alma é um naturalista. Finalmente, todo romântico é um naturalista. [...] Todo bom poeta é um naturalista, não importam quais atitudes idealistas, românticas ou simbólicas ele possa assumir.

1.2.2. Zola – um referencial sob os pontos de vista crítico e literário

Compreender a produção zolaniana é percorrer os seus textos tanto de natureza crítica quanto ficcional, o que não é possível aqui, dados os limites tanto deste trabalho – em profundidade e em extensão – quanto do nosso conhecimento concernente aos aspectos crítico-literários em torno da obra do mestre francês. Apesar disso, propomo-nos a apontar alguns elementos que fazem – ou fizeram – de um dos mais lidos escritores franceses de todos os tempos, segundo algumas pesquisas¹³, um expoente insubstituível e inigualável para o estudo do naturalismo.

Zola deixa claro, em seus textos literários, uma intenção de debater a relação entre homem e sociedade, tendo como suporte a lente da ciência. Há, em outras palavras, uma junção de questões sociais com temas científicos. No entanto, ao escrever para uma sociedade leitora de uma literatura acostumada com a figura da mocinha incorruptível e com o herói que não se degenera, o escritor francês causou desconforto e repulsa, pois, em vez de produzir uma literatura bem ao gosto da família burguesa, optou pela exposição das dimensões egoísta, animalesca e

¹³ Uma dessas pesquisas, “realizada pelo *Guide de l’Étudiant* em 1977, mostrou que Émile Zola é o autor preferido dos universitários franceses, vindo à frente de Camus, Sartre, Boris Vian e Karl Marx (CARONI, 1982, p. 21).

miserável do ser humano¹⁴. E, mesmo quando tratou de uma temática que não era nova – o adultério –, conferiu uma feição que exacerbava os desejos e impulsos humanos, não havendo, portanto, uma preocupação em se esmerar no uso da linguagem, visto ser um dos objetivos da ficção naturalista, conforme expusemos, chocar, trazendo ao papel todos os aspectos referentes à figura humana, inclusive os mais bestiais e repulsivos.

Os livros principais de Zola, escritos entre 1867 e 1893, e considerados pela crítica conservadora da época uma dramatização do horror, ferindo as tradições religiosas e sociais e o *culto da virtude* (SODRÉ, 1992, p. 66), exigiram dele uma dedicação e determinação intensas para que se amoldassem, da forma mais precisa possível, a uma transfiguração do real. Desse modo, para escrevê-los, Zola não abriu mão de percorrer os mercados, as minas de carvão onde se encontravam trabalhadores em condições subumanas, os bairros da prostituição e os bordéis, travando diálogo com as mais conhecidas mulheres do ramo. Para produzir, então, aquilo que, segundo ele, faltava à literatura, o escândalo,

Zola conservou sempre [...] uma profunda impressão da vida dos pobres, com as suas violências e bebedeiras, com as famílias degeneradas pelo álcool. Presenciando funerais, refeições coletivas, festas a que acorriam trabalhadores, viu neles apenas grandes rebanhos animalizados. (SODRÉ, 1992, p. 50-51)

É a partir, pois, dessa experiência deliberada junto às camadas mais baixas da população que Zola constrói uma obra que reflete o desenvolvimento do naturalismo. Na sua primeira fase, merecem destaque *Thérèse Raquin* (1867) e *Madeleine Féral* (1868). Nesta, há o que Sodré (1992, p. 51) chama de estudo fisiológico da paixão, muito atrelado às concep es tainianas. Naquela, sob um clima sombrio, trabalham-se homicídio, suicídio, adultério, paralisia física, etc. No prefácio à segunda edi o do livro, o autor afirma:

Em *Th r se Raquin* quis estudar temperamentos e não caracteres. Aí está todo o livro. Escolhi personagens soberanamente dominados pelos seus nervos e pelo seu sangue, desprovidos de livre arbítrio, arrastados a cada ato das suas vidas pelas fatalidades de sua carne. (ZOLA, 2001, p. 10)

¹⁴ “Sabemos que a insistência zoliana no que se refere ao elemento animalesco constitui um protesto contra a bestialidade do capitalismo, cujas leis ele não chega a compreender. Na sua obra, contudo, este protesto irracional leva a uma fixa o do elemento inumano,   atribui o de um caráter permanente ao animalesco” (LUKÁCS, 1965, p. 76).

Em um livro que segue as pegadas do romantismo, no sentido de fazer uso do folhetim, Zola consegue uma repercussão e tiragem extraordinárias. Referimo-nos a *L'assommoir* (1877), no qual pretendia mostrar a vida da classe operária. Tratando de doenças, vícios, miséria, responde aos ataques virulentos da crítica dos círculos da literatura oficial¹⁵, dizendo que “só era sólido aquilo que se baseava na ciência” (apud SODRÉ, 1992, p. 60) e “nos dias de hoje, sem método, sem análise, sem verdade, não é mais possível haver literatura nem política” (apud SODRÉ, 1992, p. 61). Foi depois do lançamento desse livro que deu a conhecer o seu posicionamento teórico em *O romance experimental* (1880). Em *Germinal* (1885), faz da greve de operários das minas de carvão o grande momento do romance, e sobre *La terre* (1887), diz: “quero fazer para o camponês aquilo que fiz no *Germinal* para o operário” (apud SODRÉ, 1992, p. 63).

Interessante é o comentário de um biógrafo de Zola concernente aos passos do escritor quando se decidiu a escrever o romance *Nana* (1879):

Tendo em vista seu futuro romance, Zola percorreu mil lugares suspeitos e casas de diversões, explorou camarins de teatros, espionou fêmeas e atrizes por buracos de fechaduras, ouviu as narrações de ex-devassos e de marafonas, assistiu a corridas – tudo isso no seu papel de romancista científico, que pessoalmente era um homem de meia idade, casto, míope e honesto. (apud SODRÉ, 1992, p. 50)

Longe, portanto, de termos a pretensão de fazer qualquer tipo de análise da produção literária zolaniana, nosso objetivo neste momento concentra-se, sobremaneira, em ratificar aquilo que os críticos literários sobejamente já discutiram e apontaram: a obra de Zola como elemento mais representativo da estética naturalista, em suas mais variadas dimensões. Isso, em certa medida, está sintetizado nas palavras de Hauser (2001, p. 812):

¹⁵ De um modo geral, no tocante à crítica oficial e conservadora, a recepção do naturalismo, à semelhança do que ocorreu posteriormente com a psicanálise, no campo da ciência, foi extremamente negativa. Ao prefácio à segunda edição de *Térèse Raquin*, primeiro romance nitidamente naturalista de Émile Zola, este afirma: “A crítica acolheu este livro com uma voz brutal e indignada. Certas criaturas virtuosas, em jornais não menos virtuosos, fizeram uma careta de náusea, pegando nele pelas pontas de uma tenaz e atirando-o ao lume” (ZOLA, 2001, p. 9). Hauser (2001, p. 790) aponta que o naturalismo foi recepcionado como “arte de uma oposição, quer dizer, o estilo de uma pequena minoria tanto entre os próprios artistas quanto no público. É objeto de um ataque concentrado por parte da Academia, da Universidade e dos críticos; de fato, de todas as áreas oficiais e influentes. E a hostilidade torna-se mais intensa à medida que os objetivos e princípios do movimento vão ficando mais específicos e o chamado ‘realismo’ converte-se em ‘naturalismo’.”

Zola [...] está perfeitamente consciente do fato de que os homens dependem, em todo seu comportamento, das condições materiais de suas vidas, mas não acredita que tais condições sejam inalteráveis. Aceita sem reservas a teoria do meio, de Taine, e leva-a ainda mais longe, mas considera que a verdadeira tarefa e a meta absolutamente alcançável das ciências sociais é transformar e melhorar as condições externas da vida humana – planejar a sociedade, como diríamos hoje.

Quanto à sua produção teórica, mais precisamente o seu *Romance experimental*, Zola valeu-se de uma outra obra que alcançou larga notabilidade poucos anos antes: *Introdução ao estudo da medicina experimental*, do famoso médico Claude Bernard. Zola procura elaborar um método de aplicação das teorias de Bernard à literatura, estabelecendo assim um paralelo entre a medicina e o romance naturalista, e asseverando, portanto, que o método do cientista deveria ser o do escritor. Diz Zola (1982, p. 28) sobre a obra de Bernard:

Trata-se apenas de um terreno no qual me apoio, o terreno mais rico em argumentos e em provas de toda espécie. Só a Medicina experimental, balbuciante ainda, pode nos dar uma ideia exata da literatura experimental que, ainda no ovo, não está nem mesmo na fase do balbuciar.

À época, o crítico brasileiro Sílvio Romero fez severas críticas ao autor de *Thérèse Raquin*, afirmando seu valor como artista, mas sua crítica era incompleta e estreita, não possuindo a necessária cultura histórica e filosófica. Não estaria, por exemplo, à altura de um Taine ou Scherer (ROMERO, 1882, p. 14).

Convém destacar, em relação ao *Romance experimental*, que, além da fundamentação de cunho bernardiana, duas influências são patentes e essenciais: o nascimento da Sociologia, de cunho positivista, e a conhecidíssima, na época, teoria tainiana, não deixando dúvidas, em Zola, de que a sucessão dos fatos se dá conforme o determinismo dos fenômenos. Abrindo aqui um parêntese, a dúvida, para Zola constituía um componente inerente ao pesquisador e se configurava como a grande alavanca científica. Nessa perspectiva, ele fez uso das palavras do médico francês em quem se inspirou, para enaltecer o ponto de vista científico e o ato de

duvidar: “O duvidador é o verdadeiro cientista; ele duvida apenas de si mesmo e de suas interpretações, mas crê na ciência” (BERNARD, apud ZOLA, 1982, p. 35).

Quanto às principais formulações contidas no *Romance experimental*, destaquemos inicialmente a nítida aversão manifestada em relação aos escritores românticos, que fariam um trabalho “vão e nocivo”, pautado em fontes idealistas e irracionais, o que os compelia a falar do desconhecido, ao contrário dos romancistas naturalistas, que voltariam seu olhar para o visível, o conhecido, especialmente o que chamou de “feridas graves que envenenam a sociedade”. E assim o “romancista experimentador” procederia como o “médico experimentador”, partindo do conhecido para, só assim, chegar ao desconhecido.

Outra formulação curiosa é que Zola, de modo categórico, procura esclarecer que não se considera um fatalista, mas um determinista¹⁶, o que não é, como ele próprio defende, a mesma coisa. Apoiando-se no pensamento de Bernard, sustenta que, “desde que agimos realmente sobre o determinismo dos fenômenos, modificando os meios, por exemplo, não somos fatalistas” (apud ZOLA, 1982, p. 52). A sociedade age sobre o indivíduo, ratifica, mas este também age sobre a sociedade¹⁷; assim, a humanidade não estaria rebaixada à “categoria de um rebanho que caminha sob o cajado do destino”.

“Em suma”, conclui Zola (1982, p. 76), “tudo se resume neste grande fato: o método experimental, nas letras e nas ciências, está determinando os fenômenos naturais, individuais e sociais, dos quais a Metafísica tinha dado até aqui apenas explicações irracionais e sobrenaturais”.

¹⁶ Afirmação semelhante é feita por Freud, ao ser contestado pelo colega e também cientista Groddeck. Pouco antes de Freud publicar *O ego e o id*, Groddeck publicara o *Livro do Isso*. No entanto, Freud considerou que o “seu id” era muito diferente do “Isso” de Groddeck, o que deixou este desapontado e até muito irritado. “A concepção do inconsciente e da repressão, de Freud, era uma demonstração vigorosa de que a psicanálise não glorificava a razão como senhor incontestado em seu lar. Mas Freud não aceitava a máxima de Groddeck de que somos vividos pelo Isso. Ele era um determinista, não um fatalista: para Freud existem forças intrínsecas na mente, concentradas no ego, que dão aos homens e às mulheres um domínio, mesmo que parcial, sobre si mesmos e sobre o mundo exterior” (GAY, 2009, p. 376).

¹⁷ Um bom exemplo desse indivíduo que age sobre a sociedade pode ser encontrado, segundo Candido (1993, p. 115) em *O cortiço*, mais especificamente no capitalista estrangeiro João Romão: “Ele usa as forças do meio, não se submete a elas; se o fizesse, perderia a possibilidade de se tornar capitalista e se transformaria num episódio do processo natural, como acontece com o seu patrício Jerônimo, o cavouqueiro hercúleo que opta pela adesão à terra e é tragado por ela.”

1.2.3. Ciência, cientificismo e romances de tese

Quando se pensa ou se fala em naturalismo, como percebemos, associam-se imediatamente a ele palavras como evolucionismo, determinismo e positivismo. E também, claro, buscando manter o mesmo prisma, relaciona-o aos vocábulos “ciência” e “cientificismo”. Entretanto, gera-se, às vezes, mesmo no meio acadêmico, um equívoco primário, no sentido de produzir um desvio de significação em relação a esses termos, chegando-se até a considerá-los sinônimos, ou então não conseguindo identificar em que sentido o cientificismo estaria sendo usado. Para compreendermos melhor essa questão, observemos a definição proposta por Houaiss (2009) do termo “cientificismo” – ou “cientismo”:

1. FIL. concepção filosófica de matriz positivista que afirma a superioridade da ciência sobre todas as outras formas de compreensão humana da realidade (religião, filosofia metafísica etc.), por ser a única capaz de apresentar benefícios práticos e alcançar autêntico rigor cognitivo 2. FIL. tendência intelectual que preconiza a adoção do método científico, tal como é aplicado às ciências naturais, em todas as áreas do saber e da cultura (filosofia, ciências humanas, artes etc.) 3. *pej.* tendência a valorizar excessivamente as noções científicas, ou pretensamente científicas, em qualquer campo da vida prática, intelectual ou moral {as *distorções do c.*}. ETIM *científico + ismo*.

Primeiro, fica claro que, observando as duas primeiras definições, diz respeito à aplicação da ciência às mais diversas áreas do saber. Porém, observando a terceira definição, de caráter pejorativo, há dois pontos a serem considerados: a ciência em demasia e o caráter pseudocientífico. A discussão seria, portanto, de que modo o cientificismo é aplicado à literatura naturalista.

Para muitos críticos¹⁸, a terceira definição parece estar mais presente nos textos dos romancistas naturalistas, pois dificilmente o escritor alcançaria o estatuto de cientista, uma vez que sua formação e conhecimento – em âmbito literário – não lhe permitiriam estabelecer comprovações científicas; quando muito, haveria uma possibilidade de lançar problemas e hipóteses. Assim, o escritor estaria usando o método científico, sob a perspectiva dominante no *Romance experimental*, mas incorrendo em possíveis equívocos teóricos ou dando vazão, em seu texto,

¹⁸ Dentre eles, Georg Lukács, Lúcia Miguel Pereira e Nélon Werneck Sodré, citados ao longo deste trabalho, bem representam essa corrente.

prioritária e demasiadamente, à esfera pretensamente científica, conduzindo, às vezes, para segundo plano, o caráter artístico. Assim, ao fazer uso, nas palavras de Lukács (1965, p. 61), de “um sucedâneo literário destinado a encobrir a carência de significação épica”, o escritor se vale de uma descrição excessiva, bem ao modo científico, mas produzindo apenas representações estáticas. “O artista, por mais que se esforce, não se pode conduzir como um homem de ciência. O seu domínio é mais a sensibilidade do que o raciocínio” (PEREIRA, 1988, p. 128).

Independentemente, porém, da ótica sublinhada, os romancistas naturalistas criaram o que ficou conhecido, segundo a crítica tradicional, como literatura de tese¹⁹, tentando provar ao leitor, notadamente, a visão determinista da sociedade. Dentre as temáticas preferidas estariam o aviltamento e a perda da dignidade dos indivíduos que vivem em um meio degradante, responsável por uma relação de causa e efeito. Tal visão se alicerça principalmente na teoria zolaniana comentada no item precedente, na qual, conforme já referimos, e muito bem destaca Hauser (2001, p. 813), “o homem é um ser cujas qualidades são condicionadas pelas leis da hereditariedade e pelo meio ambiente, e, em seu entusiasmo pelas ciências naturais, [Zola] chega a definir o naturalismo no romance como sendo simplesmente a aplicação do método experimental à literatura”.

Para efeito de conclusão deste tópico, e sem querermos ter a pretensão de afirmar se o naturalismo tem mais ciência ou pseudociência, mas expor diferentes e discutíveis perspectivas teóricas, preferimos dizer que existe uma confiança absoluta na ciência por parte dos escritores, o que fez com que em seus livros, conforme atestam Candido e Castello (2008, p. 288), no afã de produzir uma tese bem fundamentada, “houvesse o senso quase fatalista das forças naturais e sociais pesando sobre o homem: natureza, ambiente social, educação, taras, instintos, gerando conflitos dramáticos, situações anormais, desfechos catastróficos”. Por meio de um narrador em terceira pessoa, os autores desse movimento criam seres humanos que não são dotados de vontade própria, cujos instintos, sexuais e de sobrevivência, constituem as forças dominantes, combinadas às pressões do meio em que vivem, para moldar seu caráter e, conseqüentemente, seu comportamento.

¹⁹ Insistimos em que a suposta “tese naturalista” se alicerça em teorias da época, que, independentemente de seus erros e acertos, constituíam o modelo científico a ser seguido naquele momento.

1.3. O naturalismo no Brasil

À semelhança do que postulamos na abordagem do naturalismo quanto às linhas mais gerais, entabulamos a seguir alguns comentários no que tange aos principais influxos, caracteres e recepção crítica do naturalismo no Brasil, para, subsequentemente, apresentarmos, de modo sucinto, as produções que melhor representam essa corrente em nossas terras, sempre tendo como eixo central Aluísio Azevedo, cujas influências francesa (Zola) e portuguesa (Eça de Queirós)²⁰ são inegáveis²¹.

1.3.1. Os antecedentes histórico-culturais

É ponto pacífico que o penúltimo decênio do século XIX apresenta uma nova fase da vida brasileira (SODRÉ, 1992, p. 192), não apenas em âmbito literário – embora esse seja um dos mais sólidos e patentes – mas em diversas esferas que contribuem direta ou indiretamente para modificar, a curto ou médio prazo, o cenário nacional.

Tais mudanças já vinham sendo anunciadas décadas antes. De 1850 a 1870 há um surto de progresso e uma aparente estabilidade social. São acontecimentos notórios e relevantes nesse período: a abolição do tráfico de escravos (1850); a aceleração do desenvolvimento capitalista e, conseqüentemente, do poder da burguesia, associados ao início do processo de industrialização; o incremento do transporte marítimo e ferroviário (em 1854 se dá a inauguração, pelo barão de Mauá, da primeira estrada de ferro); a fundação de vários bancos; a inauguração de linhas telegráficas; a alta na exportação de café, gerando superávits na balança comercial; a tendência de setores da elite agrária a romper com o decadente regime monárquico; a criação, ainda em 1870, do Partido Republicano. Nesse ínterim, o Brasil vai, assim, passando de uma sociedade agrária, latifundiária e escravocrata,

²⁰ “Eça de Queirós não foi somente uma grande influência na literatura brasileira, foi também moda literária, que se iniciou por volta de 1878, quando se divulgou aqui o *Primo Basílio* – implantando o que os cronistas da época chamaram de *basilismo* – até a guerra de 1914, mais ou menos. No começo do século, Eça continuava a ser uma obsessão para muitos intelectuais brasileiros” (BROCA, apud SODRÉ, 1982, p. 396).

²¹ Para Bosi (apud GARCIA, 2009, p. 210), quando não se sentem tais influências é mau sinal, fazendo de Aluísio um mero produtor de folhetins romanescos.

para uma civilização burguesa, em virtude, notadamente, dessa expansão capitalista atrelada ao processo de industrialização; contudo, de modo afim ao ocorrido na Europa, vai se formando, ao mesmo tempo, um marginalismo populacional, senão um pequeno proletariado urbano (COUTINHO, 1990, p. 195). Ainda no século XIX, esses trabalhadores assalariados, a maioria em condições miseráveis, vão ganhando força enquanto classe e começam a exigir as primeiras reformas políticas e sociais. Esse antagonismo – burguesia *versus* proletariado – deveria, supostamente, servir de base para a elaboração de algumas obras realista-naturalistas²².

Na esfera filosófico-científica, em consonância com o pensamento já difundido na Europa, darwinismo, evolucionismo e positivismo atravessam o Atlântico e começam a modificar, no final da década de 70, conceitos filosóficos, literários e sociais. Nesse sentido, são de grande valia os trabalhos de Miguel Lemos, na difusão da teoria comtiana, de Tobias Barreto, no que tange à teoria da evolução, e o início da crítica literária encabeçada por Sílvio Romero²³ (SODRÉ, 1992, p. 191). “O fascínio do exterior era inevitável, constituía o expediente possível, o único válido, a saída irrecorrível. Avançar parecia sempre assumir as atitudes que assemelhassem o Brasil com a Europa” (SODRÉ, 1992, p. 192).

1.3.2. A estética em si

É quase ponto pacífico entre os críticos que o naturalismo no Brasil não durou, em sua essência, mais do que uma década²⁴. Justamente a década em que dois acontecimentos foram fundamentais para modificar o panorama sócio-histórico-

²² Na realidade, a única grande obra que marca, precisamente, esse antagonismo é *O cortiço*, de Aluísio Azevedo.

²³ “Sílvio Romero entende, pela primeira vez entre nós, a literatura como uma das manifestações da sociedade. Não a aprecia como fato isolado, arbitrário, produto apenas da imaginação [...]. Como todos os pioneiros, teve deficiências enormes, erros indiscutíveis, desvios apaixonados, que devem ser vistos à luz das condições do tempo e do meio em que trabalhou” (SODRÉ, 1982, p. 365-366).

²⁴ Para Coutinho (1990, p. 194), “não foram este ou aquele livro realizados de Aluísio Azevedo, Adolfo Caminha, Domingos Olímpio, um ou outro conto, regional ou não, e páginas esparsas por toda a parte, poderia asseverar-se que o Naturalismo foi um movimento gorado no Brasil”.

cultural brasileiro: a formalização²⁵ da abolição da escravatura (1888) e a Proclamação da República (1889).

Em conformidade com o pensamento europeu, principalmente o francês e o português, no campo literário buscava-se ter em mente que

o homem é um forçado que se liberta e sua arma de combate é a ciência, é a literatura. Estudar por estudar, observar por observar é o caminho da *arte pela arte* em literatura, é um velho pecado romântico, é uma lepra que deve ser banida de nosso século de atividade. [...] a arte pela arte é um sonho polucional de maníacos. (ROMERO, apud SODRÉ, 1992, p. 199)

Assim, no campo das letras, está, na visão de vários críticos e escritores, definido um esforço de mudança que não se circunscreve apenas a Rio de Janeiro e São Paulo, mas que se dissemina por diversos centros urbanos, inclusive em cidades do Nordeste, como Fortaleza e Recife²⁶. Ilusório, porém, seria pensar que a tradição romântica estava de todo abolida e que a crítica literária favorável e contemporânea ao naturalismo apoiou sem reservas as primeiras produções.

No tocante a essas produções iniciais – e *O mulato* (1881), consagrado como marco inicial²⁷, se traduz no melhor exemplo – ainda há uma espécie de hibridismo: a primeira obra naturalista de Aluísio Azevedo “disfarça com cenas realistas o seu romantismo”²⁸ (SODRÉ, 1992, p. 204). Não obstante, o traço mais marcante, original e visível constitui a vitória da nova corrente, provocando, ao mesmo tempo, vislumbre e escândalo.

²⁵ Aqui optamos por usar o termo “formalização”, visto que na prática “a legislação abolicionista bem poucas novidades trouxe para o negro brasileiro e apenas substituiu a escravidão nominal pelo subtrabalho livre” (SÜSSEKIND, 1984, p. 31).

²⁶ Coutinho (1990, p. 193) denomina “pontos de atração e ebulição intelectual”, em contato com os grandes centros, as agremiações formadas nessas cidades. Destaca, no Ceará, a “Academia Francesa” (1872 a 1875), seguidora dos princípios positivistas, e a “Padaria Espiritual” (1892 a 1898), da qual fizeram parte vários escritores naturalistas, como Adolfo Caminha e Rodolfo Teófilo; e, em Pernambuco, a “Escola do Recife”, oriunda da Faculdade de Direito e atuante durante toda a segunda metade do século XIX, com três fases: a literária e poética, a crítico-filosófica e a jurídica. O grande líder foi Tobias Barreto, que teve como principal discípulo Sílvio Romero.

²⁷ Pereira (1988) e Sodré (1982; 1992), discordando de alguns estudiosos, apontam que o primeiro livro realista-naturalista em nossas terras foi *O Coronel Sangrado* (1877), de Inglês de Sousa. No entanto, “passou despercebido (*sic*). Só quando o realismo se exagerou no naturalismo e ganhou aquela rigidez agressiva que facilitou o êxito retumbante de Zola em França e Eça de Queirós em Portugal, é que se instalou definitivamente aqui, com Aluísio Azevedo” (PEREIRA, 1988, p. 121).

²⁸ Para Sodré (1992, p. 210-211), *O mulato* traz uma estrutura inconfundivelmente romântica, inclusive na descri o de determinadas cenas e no apego, em certa medida, ao sentimentalismo. Entretanto há elementos como o anticlericalismo, a pressão do meio, a mulher presa   fisiologia, que fazem dela uma obra nitidamente naturalista.

Quanto à análise feita pelos críticos da época, convém destacar inicialmente, a concepção no sentido de, cabalmente, considerar o naturalismo como “ideia importada”, havendo uma pobreza tanto nas obras quanto nos escritores, que não representariam a nossa sociedade. Seria minimamente um “plágio transoceânico, imitação inábil, mesquinha” (MERQUIOR, apud SÜSSEKIND, 1984, p. 53). Eis as palavras, por exemplo, de José Veríssimo:

Mais estreitamente ainda que o nosso romantismo seguira o francês, arremedou o naturalismo indígena o naturalismo da mesma procedência, modelando-se quase exclusivamente por Emílio Zola e o seu discípulo português Eça de Queiroz. De novelas, contos, curtas e ligeiras ficções e ainda romances, segundo a fórmula pessoal destes dois escritores, houve aqui fartura desde 1883 até o rápido esgotamento dessa fórmula pelos anos de 90, quando ela senão procrastinou em exemplares inferiores que importunamente ainda a empregavam. (apud SÜSSEKIND, 1984, p. 50)

Crítica semelhante foi apontada por Sílvio Romero. Entretanto, como diz Sússekind, tanto para elogiar quanto para depreciar uma obra naturalista brasileira, fazia-se menção ao seu caráter importado, havendo aí, então, uma incoerência. Foram ditas várias vezes, para ficarmos apenas com um exemplo, que *O cortiço* seria o nosso *L'assommoir* ou *Germinal*. Era como se, condenando ou enaltecendo, precisasse ser estabelecida uma analogia.

Araripe Júnior, todavia, não compartilhava da opinião de seus colegas críticos. Para ele,

o naturalismo brasileiro é a luta entre o cientificismo desalentado do europeu e o lirismo nativo do americano pujante de vida, de amor, de sensualidade. [...] Os naturalistas brasileiros seriam diferentes dos europeus, por força do clima aqui dominante; isso eliminaria do naturalismo ortodoxo as suas arestas, possibilitaria a sua adaptação ao nosso caso. E assim ocorreria, em realidade, porque os nossos naturalistas, e Aluísio Azevedo principalmente, desobedeciam de forma espontânea à fórmula ortodoxa e externa, oferecendo obras de mérito (apud SODRÉ, 1992, p. 207).

É com base no pensamento de Araripe Júnior, que Sússekind considera a escola naturalista como o mais evidenciado compromisso de nossa literatura com a identidade nacional. A discussão merece, evidentemente, um apanhado mais profundo da opinião da crítica literária. Contudo, preliminarmente, seria lícito dizer que, enquanto o romantismo – considerado como o nosso movimento nacionalista

por excelência do século XIX – trazia à cena prioritariamente o ambiente e os costumes da corte, vinculados à ascensão burguesa, o naturalismo traria à cena também – ou sobretudo – os ambientes periféricos, conferindo espaço e voz a um marginalismo social, não descartando todos os caracteres – já citados – que apontam para os comportamentos mais sórdidos e repulsivos do ser humano. O Brasil não era feito só de aristocracia e burguesia.

É conveniente, ainda, ressaltar que, no tocante à crítica, conquanto as observações negativas de Sílvio Romero concernentes ao que chamou de “ideia importada”, em sua *História da literatura brasileira* (1888), ele

elogia o naturalismo porque, literariamente, trabalharia no sentido de mostrar unidades, continuidades. Numa combinação de literatura e objetividade científica, daria ao leitor a sensação de se encontrar diante de identidades, nacionalidades, sem rachaduras de qualquer espécie. Inclusive sem que, entre os seus olhos e essa suposta identidade, houvesse outra coisa além de uma transparência a que se dá o nome de literatura (SÜSSEKIND, 1984, p. 101).

De modo semelhante, José Veríssimo não se abstém de considerar os pontos positivos que o naturalismo trouxera para a humanidade, em âmbitos nacional e europeu:

Não seria, porém, justo contestar-lhe o bom serviço prestado, tanto aqui [Brasil] como lá [Europa], às letras. Ele trouxe à nossa ficção mais justo sentimento da realidade, arte mais perfeita da sua figuração, maior interesse humano, inteligência mais clara dos fenômenos sociais e da alma individual, expressão mais apurada, em suma uma representação menos defeituosa da nossa vida, que pretendia definir. (VERÍSSIMO, apud SODRÉ, 1982, p. 397)

1.3.3. Casos clínicos, habitações coletivas e “donzelas-guerreiras”

Boa parte dos críticos literários citados neste trabalho considera que o modo como se conjugaram a influência externa (sobretudo francesa e portuguesa) e as condições internas (sociais, políticas, culturais, econômicas) peculiares à nossa sociedade é que determinaram as temáticas a serem “fotografadas” e discutidas pelos romancistas naturalistas no Brasil.

Em seu *Tal Brasil, qual romance?*, Sússekind defende a existência, em nossas terras, de, por assim dizer, três naturalismos²⁹, cuja eficiência estaria relacionada a aspectos tais como: a questão do real, a materialidade, a lógica da analogia e a estética do visível (daí haver uma correlação da atividade literária com as ações contidas em verbos como “retratar”, “ver”, “olhar”, “enxergar”). Quanto ao “naturalismo oficial” (fim do século XIX), poderíamos apontar duas tendências temáticas básicas: os estudos de temperamento individual e os estudos das habitações coletivas, sempre procurando dar forma literária às questões científicas.

Para Lúcia Miguel Pereira, é lamentável terem sido justamente os romances casos-clínicos (ou de temperamento) que fizeram escola³⁰, não representando assim os problemas da pátria, e sim, colocando em primeiro plano, doenças e diagnósticos. Nesse plano, há uma preferência pelas históricas (Ana Rosa, em *O mulato*; Magdá, em *O homem*; Lenita, em *A carne*; Maria do Carmo, em *A normalista*), bem ao estilo das lições médicas de Charcot e seguindo o padrão zolaniano encontrado em *Thérèse Raquin*. “A patologização da mulher, tal como é feita pelos romances naturalistas, obedece estritamente ao perfil da histeria traçado pelos estudos comportamentais do fim de século”³¹ (SÜSSEKIND, 1984, p. 127). A situação dos personagens-pacientes é o que menos importa. A doença é fundamental para que brilhem o médico e as ciências naturais.

Há, inclusive – ou principalmente – nas personagens femininas, uma substituição dos sentimentos pelos instintos, e todas vêm, segundo Pereira (1988, p. 136), da Magdá, de *O homem*. Sob essa ótica, romances de menor expressão que os citados no parágrafo anterior, “reivindicaram” um lugar na ficção naturalista. Pereira (1988) afirma que a Ester, de *O cromo*, de Horácio de Carvalho, é “irmã gêmea” da Lenita de *A carne*; a diferença é que os arroubos daquela são puramente

²⁹ Segundo a autora, o primeiro naturalismo, influenciado pelas ciências naturais, seria o do século XIX; o segundo, sob a influência das ciências sociais e do fator econômico, teria ocorrido na década de 1930; e o terceiro, cujos principais influxos provieram das ciências da comunicação, ter-se-ia manifestado nos anos de 1970.

³⁰ “O exemplo de Aluísio Azevedo, estudando na *Casa de Pensão* e no *Cortiço* o problema das habitações coletivas e de sua influência na existência íntima dos moradores, não teve eco, mas pelo escuso atalho aberto com *O Homem* enveredaram imediatamente muitos romancistas” (PEREIRA, 1988, p. 129).

³¹ “Lembre-se que a criação da cadeira de psiquiatria na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro se deu em 1881. E que, nas últimas décadas do século, começam a surgir no país os primeiros trabalhos teóricos sobre alienação mental; assim como, na imprensa, loucura e hospício se tornam assuntos frequentes, enquanto se assiste a um aumento de poder e a uma maior difusão e popularização do saber médico e psiquiátrico” (SÜSSEKIND, 1984, p. 123). Isso naturalmente muito influenciou a produção da época, além, como já foi bastante comentado, das influências europeias.

imaginários. A Hortênsia, do livro homônimo de Marques de Carvalho, só possui a menos o pedantismo.

A esses livros seguiu-se um chorrilho de outros do mesmo teor, ou piores ainda, que não pertencem à literatura. Bem razão tinha Sílvio Romero ao clamar contra o “caos”, o “verdadeiro horror”, a “sistematização do mal”, a “patacoada do Romance Experimental”. (PEREIRA, 1988, p. 131)

A própria Ana Rosa, de *O mulato* (publicado seis anos antes de *O homem*), com suas crises históricas, antecipa, até certo ponto, essa corrente. Entretanto, conforme mostramos adiante, há, em *O mulato*, outros elementos, notadamente de denúncia, que conferem um lugar de menor importância às crises de Ana Rosa, que cessam após o casamento, conforme sugerira o médico da família.

Por outro lado, sem fugir dos caracteres básicos da estética naturalista, mas conferindo maior ênfase às questões sociais propriamente ditas, são enquadradas duas obras de Aluísio Azevedo (*Casa de pensão* e *O cortiço*; esta bem superior àquela). Pereira e Veríssimo dão a entender que, justamente nessas obras, especialmente a segunda, é que o povo estaria de fato sendo representado. Em *Casa de pensão*, a despeito da indiscutível superioridade artística de *O cortiço*, vemos uma espécie de maturidade e consolidação do movimento naturalista, que se configura também como uma preparação ou transição para aquela que fez de Aluísio Azevedo o escritor das massas da nossa literatura. Vejamos, então, dois comentários sobre *O cortiço* (comentado mais especificamente no item 1.3.4.3) que podem nos auxiliar na compreensão do valor e da grandeza do livro que muitos consideram, não apenas o auge, como também a síntese do nosso naturalismo:

O cortiço é sem dúvida o ponto alto do nosso Realismo, reconstruindo o universo instintivo e vegetativo de uma morada popular e coletiva, explorada por quem se destaca deste meio para a ascensão burguesa. [...] Talvez seja o nosso único e legítimo romance de movimento de massa. Aí, o verdadeiro personagem é uma comunidade popular explorada em proveito da burguesia ascendente da época. (CASTELLO, 1999, p. 396)

Em *O cortiço* o autor não toma partido, como fez tão visivelmente no *Mulato*, não se perde em explicações desnecessárias, como acontece no *O homem*, não determina de antemão o futuro, como na *Casa de pensão* ou no *Coruja*. A história de Bertoleza – tão simples e

verossímil – tem mais força que a de Domingas³². (SODRÉ, 1992, p. 222)

A despeito dessas considerações, Sodré chega a afirmar que a escola deu o melhor de si com os livros de Adolfo Caminha e Inglês de Sousa. Este notabilizou-se com *O missionário*. Aquele ganhou visibilidade com *A normalista* e principalmente *Bom crioulo*³³. Este, ao tratar de uma temática tabu na literatura – o homossexualismo – constituiria uma das três “facas amoladas” do nosso naturalismo referidas por Sússekind (1984, p. 135). As outras duas seriam *Luzia-homem*, de Domingos Olímpio, e *Dona Guidinha do poço*, de Oliveira Paiva³⁴. Depois de as pálidas, franzinas e belas românticas cederem lugar às “nervosas e histéricas” dos romances de temperamento, estas são substituídas pelas “donzelas-guerreiras” que invadem o mundo masculino e, em função dessa atitude transgressora, a morte surge como punição.

Outras produções – citadas por Pereira (1988) –, ainda seguindo os padrões da impactante tendência naturalista, vieram a lume e tentaram lograr êxito, no Brasil, na década de 1890 e início do século XX. É o caso de *A capital Federal* (1893), de Coelho Neto, sob forte influência de Eça de Queirós; *Morbus* (1898), de Faria Neves Sobrinho; *O Urso* (1901), de Antônio de Oliveira; *Aves de arribação*³⁵ (publicado em volume somente em 1913), de Antônio Sales; *Alma em delírio* (1909) e *Mana Silvéria* (1913), de Canto e Melo - naquele há um estudo de um caso de alcoolismo, em ambos mantêm-se as características da escola de Zola. Entretanto, antes mesmo da entrada no novo século – 1898 –, segundo José Veríssimo, proclamar-se naturalista já constituía um anacronismo (PEREIRA, 1988, p. 136). Usar a obra de Taine como uma espécie de “bússola” já não valia mais a pena para aqueles que ingressavam na arte da palavra. Várias dessas obras e outras aqui não citadas, se publicadas no decênio de 1880, certamente alcançariam fama. Agora, já se esgotara a sedução da novidade.

³² Raimundo, protagonista de *O mulato*, era filho da escrava Domingas, cujas partes genitais foram queimadas, por ordem de Quitéria, casada com José Pedro, pai de Raimundo.

³³ “Esse livro, ousado na concepção e na execução, forte e dramático, humano e verdadeiro, é, a despeito dos senões apontados, com *O cortiço*, o ponto mais alto do naturalismo” (SODRÉ, 1982, p. 401).

³⁴ Há, segundo Sodré (1988, p. 232), uma espécie de injustiça cometida contra Oliveira Paiva. Quando *Dona Guidinha do Poço* teve sua primeira reedição, em 1952, após um longo tempo de esquecimento, as piores obras de Aluísio Azevedo já estavam, pelo menos, na décima edição, e *A carne*, de Júlio Ribeiro, minimamente, na vigésima.

³⁵ “*Aves de arribação* ultrapassa muitos dos seus predecessores, indo mais fundo no estudo do meio, não pelas descrições, mas pelo sentido dos conflitos” (PEREIRA, 1988, p. 137).

1.3.4. Aluísio Azevedo

Embora nosso estudo se volte essencialmente para o romance *Casa de pensão*, pretendemos, de modo breve, tecer alguns comentários acerca das três obras que ficaram consagradas como as mais representativas e célebres produções naturalistas de Aluísio Azevedo. Dentro do possível, poderemos aludir também a alguns fatos de sua biografia que, de algum modo, dispense alguma relevância – pelo menos informacional – para o nosso estudo. É sempre bom lembrar – e isso retomaremos – que a produção do autor de *O cortiço* envolve tanto obras românticas quanto naturalistas³⁶, distribuídas em romances, contos e teatro. Salientamos também que, sobre duas de suas obras consideradas oficialmente naturalistas (*O mulato* e *Casa de pensão*), já foram elaborados e publicados diversos estudos que as classificam como produções híbridas (românticas e naturalistas), embora haja sempre um predomínio, como é de se esperar, dos aspectos da segunda corrente.

1.3.4.1. Um incômodo em São Luís

Há sociedades cujas características unicamente aceitáveis pelos seus membros são aquelas que projetam seu reflexo, havendo assim um modelo, uma convenção – ainda que em muitos aspectos maléfica –, como era a sociedade maranhense, notadamente São Luís, do século XIX.

Foi nessa cidade, cujos moradores exteriorizavam um imenso preconceito – racial, social, etc. – onde viveu aquela que ficou conhecida como a “mulher sem marido”, a culta e bonita Emília Amália Pinto de Magalhães. Insatisfeita com o casamento (arranjado pelo pai, como de costume) em virtude das constantes agressões desferidas pelo cônjuge – mesmo em estado de gravidez, abandona, aos 17 anos, o lar e se refugia em casa de amigos. Os insultos e a marginalização social foram imediatos, principalmente após conhecer o vice-cônsul português, David Gonçalves de Azevedo, com quem passou a viver, gerando três filhos. O segundo

³⁶ Apesar de uma preferência ideológica pela crítica social, representada pela ficção naturalista, Aluísio Azevedo, por injunções econômicas, escreveu diversas obras românticas. “Escrevendo a um amigo para pedir emprego, dizia [...]: seja lá o que for – tudo serve, contanto que eu não tenha de fabricar *Mistérios da Tijuca* e possa escrever *Casas de Pensão*” (PEREIRA, 1988, p. 140-141).

deles, nascido no mesmo ano em que Flaubert publicava *Madame Bovary*, 1857, seria o iniciador “oficial” do Naturalismo brasileiro.

Tendo trabalhado, ainda na adolescência, como caixeiro e guarda-livros, Aluísio envereda, pouco tempo depois, no desenho e na pintura, chegando a ser considerado um caricaturista, trabalho que lhe rendia um razoável suporte financeiro. Em 1876, vai para o Rio de Janeiro, onde se matricula na Academia de Belas Artes³⁷ e se junta ao irmão Artur, dois anos mais velho, que alcançou fama como teatrólogo. Dois anos depois, retorna a São Luís, devido à morte do pai.

Em 1879 estreia na ficção romântica com *Uma lágrima de mulher*³⁸, obra que muito se distancia das – na verdade nada tem a ver com as – produções naturalistas que o consagraram. É com uma sequência de romances românticos que o escritor maranhense, fazendo uso do folhetim, consegue manter-se financeiramente (dos 20 aos 37 anos). Nas palavras de Valentim Magalhães, escritor e jornalista que lhe foi contemporâneo, (BOSI, apud GARCIA, 2009, p. 210), “Aluísio Azevedo é no Brasil talvez o único escritor que ganha o pão exclusivamente à custa da sua pena, mas note-se que ganha apenas o pão: as letras no Brasil ainda não dão para a manteiga”³⁹.

Pela época em que principiou na literatura, a sociedade maranhense se manifestava, com apoio da Igreja Católica, rigidamente contra uma “febre nacional”: a luta abolicionista. Em São Luís havia um jornal anticlerical intitulado *O Pensador*, o qual contou com a ativa e contundente participação de Aluísio, o que lhe rendeu a alcunha de “Satanás da cidade”. Desse modo, o escritor atinge pela segunda vez o narcisismo da sociedade maranhense. O primeiro insulto foi ter nascido de pais descasados. O terceiro estaria por vir, no ano subsequente – 1881 –, em forma de romance.

³⁷ Um de seus sonhos era estudar pintura em Roma, mas por força das circunstâncias, inclusive o posicionamento contrário do pai, vê-se compelido a abreviar o itinerário, e vai para o Rio de Janeiro, onde também contribui como caricaturista em jornais como *O Figaro*, *O Mequetrefe* e *Semana Ilustrada*.

³⁸ Para Sodré (1982, p. 389), esse livro constitui o que há de pior no nosso romantismo.

³⁹ Para Bosi (apud GARCIA, 2009, p. 210), “trata-se de um caso raro e precoce de profissionalização literária. [...] Essa luta com a pena pelo pão certamente explica o desnível entre seus romances sérios (*O mulato*, *Casa de pensão*, *O cortiço*) e os pastelões melodramáticos de ‘pura inspiração industrial’, no dizer de José Veríssimo (*Condessa Vésper*, *Girândola de amores*, *A mortalha de Alzira* ...). E talvez à mesma causa se possa atribuir o estranho abandono das letras que se lhe nota a partir dos quarenta anos, quando entra para a carreira diplomática e se elege membro da Academia recém-fundada.”

Com *O mulato*, então, cujos traços românticos⁴⁰ passam quase despercebidos e cuja recepção e tiragem alcançam um êxito considerável, inclusive na capital intelectual do país, o Rio de Janeiro, o autor consegue agredir o âmago da sociedade de São Luís, sobretudo pelo evidente anticlericalismo e pela abordagem acerca do preconceito racial. Castello (1999, p. 394-395) lembra que a presença do negro na nossa literatura não constituía um assunto novo, porém Aluísio imprime uma nova visão, ao estilo de Eça de Queirós, fazendo emergir as marcas de uma sociedade urbano-preconceituosa e hipócrita que se protegia sob o manto das aparências.

No mesmo ano em que *O mulato* causava tal escândalo, Machado de Assis publicava o seu sutil e incisivo *Memórias póstumas de Brás Cubas*⁴¹. Lúcia Miguel Pereira (apud SODRÉ, 1992, p. 203) diz que “toda a gente se deslumbrou – ou se escandalizou – com *O mulato*, sem perceber que o espírito de inovação e de rebeldia estava mais nas *Memórias póstumas de Brás Cubas*”.

Depois de tanta provocação e orgulhoso com as críticas que recebera no Sul, de nomes como Sílvio Romero, Capistrano de Abreu, Raul Pompeia e Valentim Magalhães, para citar alguns, Aluísio embolsou o dinheiro que lhe rendera *O mulato*, despediu-se dos amigos, da família e voltou para o Rio de Janeiro. Agora, essa cidade haveria de assistir à afirmação de um escritor. O desenho e a pintura, enquanto aspiração profissional, ficaram definitivamente para trás. (DIMAS, 1980, p. 4)

Desponta, então, o Aluísio naturalista, que não abdica de, paralelamente, continuar usando a pena para escrever literatura de cunho romântico, a fim de obter o garantido auxílio pecuniário.

⁴⁰ Em que pese o teor acusatório do romance – visível, segundo Sodré (1982, p. 390), principalmente em dois pontos (o preconceito de cor e o anticlericalismo) –, Pereira (1988, p. 145-146), cuja opinião é corroborada por Sodré, assegura que Aluísio faz amplas concessões ao romantismo, sobretudo na construção de uma “figura escandalosamente romântica”: o “nobilíssimo mulato”. Por outro lado, o teor naturalista importado estaria definitivamente presentificado na personagem Ana Rosa, tão-somente uma fêmea, “que tinha esquisitices, ataques histéricos, sentia-se mutilada”. Ela seria a carne; Raimundo, por sua vez, o espírito.

⁴¹ Diferentemente de *O mulato*, em que a linguagem e a crítica social são mais diretas e, portanto, o leitor teria mais facilidade em assimilar a mensagem pretendida pelo autor, as *Memórias póstumas de Brás Cubas*, com suas doses de ironia, pessimismo e humorismo, exigiria do leitor uma maior capacidade e concentração para captar a corrosão social provocada por diversos traços comportamentais negativos (egoísmo, parasitismo, deboche) apontado por um ser, que, por estar morto, não tem qualquer compromisso com os formalismos da vida social.

1.3.4.2. *Casa de pensão*⁴² – maturidade naturalista e prenúncio do auge

“Desconfia de todo aquele que se arreceia da verdade”. Essas palavras que constituem a epígrafe do primeiro capítulo de *Casa de pensão* já nos induz a supor e verificar o compromisso corroborado pelo autor com a estética naturalista.

Com um enredo simples e profundamente influenciado pelas teorias do século XIX, em especial o meio como formador do caráter do indivíduo, Aluísio Azevedo nos apresenta um romance que traz como personagem central o jovem Amâncio de Vasconcelos, filho único de um respeitado casal da elite maranhense.

Como os principais fatos do romance pertinentes à nossa pesquisa serão apresentados e comentados no capítulo seguinte, por ora, convém lembrarmos que Amâncio sofrera muito na infância com a severidade do pai e do professor Pires, em oposição à candura e proteção da mãe, o que contribui significativamente, conforme pretende mostrar o escritor, para determinar o caráter do futuro hipócrita e insaciável (afetivo-sexualmente) Amâncio. Este, aos 20 anos de idade, com o pretexto de estudar Medicina, transfere-se para o Rio de Janeiro. Aí, após alguns dias na casa de um amigo de seu pai, fixa residência na casa de pensão de propriedade de Madame Brizard e João Coqueiro, os quais, vendo no jovem provinciano um tipo meio tolo, mas de um elevado poder aquisitivo, o impulsionam para os braços de Amélia, jovem bonita, de 23 anos, e irmã de Coqueiro. Depois de um relacionamento, a olhos vistos, ao estilo “lua de mel”, exige-se casamento, ao qual Amâncio se opõe, alegando precisar ir ao Maranhão ver a mãe doente (o pai já havia falecido). Impedido pela Justiça de viajar, mediante trabalho arduo de João Coqueiro⁴³, o caso é levado a julgamento, sob a acusação de sedução. O maranhense é absolvido, porém no dia seguinte é assassinado por Coqueiro. Logo depois, devido à grande repercussão do caso, o nome do provinciano é estampado em mercadorias, consolidando o processo de reificação.

⁴² Situado entre o romance de personagem (*O mulato*, de 1881) e o romance de espaço (*O cortiço*, de 1890), *Casa de pensão*, lançado em folhetim em 1883 e publicado em livro em 1884, parece conter traços dessas duas tendências. Como diz Brayner (apud GARCIA, 2009, p. 145), “diferente de *O cortiço*, *Casa de pensão* ainda possui um personagem principal em torno do qual se engloba a intriga; no entanto, é evidente a predileção por sequências em que um maior número de participantes age e se entrecruza em diálogos na caracterização de tipos e ambientes”.

⁴³ Este, há um certo tempo, suspeitava que Amâncio, para livrar-se do casamento com Amélia, pretendia viajar para o Maranhão. Desse modo, o irmão da jovem segue, sem descanso e sob orientação de um famigerado advogado, o dr. Teles de Moura, os passos de Amâncio, e este, no dia da viagem, é impedido de fazê-la, mediante intervenção de um oficial de justiça, acompanhado de policiais.

Para o crítico Araripe Júnior (SODRÉ, 1992, p. 214), em *Casa de pensão* firmam-se e definem-se as marcas do processo naturalista, introduzidas em *O mulato*, e, segundo Sodré (apud GARCIA, 2009, p. 210),

Casa de pensão não é apenas um de seus melhores romances, mas é aquele que traz a marca inconfundível do processo naturalista. Essa constatação parte do pressuposto de que Aluísio Azevedo seguiu o método utilizado por Zola, ao mergulhar no recorte de mundo com o qual iria dialogar na ficção e, além disso, foi autêntico ao focar temas nacionais.

Para Garcia (2009), contudo, se bem que haja praticamente um consenso, do ponto de vista da crítica oficial e dos livros didáticos, em considerar o livro como romance que consolida o processo naturalista, há, em *Casa de pensão*, um fazer híbrido, que não se limita à definição do uso da linguagem e do modo narrativo⁴⁴, mas que transita também entre o romantismo e o naturalismo, no tocante à natureza dos personagens:

De um lado os personagens são descritos através da lente naturalista; na luta pela sobrevivência; na vitória dos mais fortes e aptos; nos aspectos doentios da sociedade carioca retratada no romance; no mercado matrimonial, entre outros. Por outro lado, o personagem Amâncio é guiado pelas fantasias românticas; na imagem que o protagonista faz da mãe, um anjo; na idealização de Hortênsia, que apenas é desejada enquanto é inacessível; na reminiscência ao byronismo da entrega aos vícios, à bebida e ao sexo; no nacionalismo latente na figura do maranhense Amâncio, o autor faz exaltação à Pátria, o Maranhão, dentre outros aspectos. (GARCIA, 2009, p. 213)

Não obstante, abrindo mão dos possíveis elementos românticos, somos inclinados a concordar com Lúcia Miguel Pereira, quando esta se refere ao romance em questão, sobretudo ao personagem central, como nítida exemplificação de um princípio de causalidade, em função notadamente das influências do meio externo:

Em *Casa de Pensão* ainda há um herói, que é, justamente por ser a mais estudada, a pior personagem do romance, a que mais sofre do determinismo exagerado, por ser demais evidente, que manietou tantas das figuras da ficção naturalista. [...] já tem traçado o seu triste destino pela educação recebida, que o fizera hipócrita e cínico (PEREIRA, 1988, p. 150).

⁴⁴ Por ser uma obra inspirada em um caso que, oito anos antes, ocupou as páginas dos noticiários, a autora considera que há, no romance, um misto de jornalismo e literatura.

Nessa perspectiva, um elemento visível na obra e coerente com os pressupostos literários da nova escola diz respeito a uma espécie de denúncia de uma estrutura patriarcal e educacional falida, responsável pelos piores traços de caráter que conduzem os passos do “vilãozinho” Amâncio. O escritor ratifica a influência incisiva do meio no comportamento do protagonista, no decurso de toda a construção narrativa; para justificar o caráter e a conduta do personagem, buscam-se as causas naturais ou culturais de que fala Candido (2006, p. 169)⁴⁵, que decretariam o destino de Amâncio, que tem tolhido o seu livre arbítrio. A título de exemplificação, fiquemos apenas com alguns fragmentos concernentes às mudanças comportamentais do garoto (por volta dos seis ou sete anos de idade), por ocasião do episódio escolar em que é punido pelo professor, pelo pai e por um colega de classe em quem desferiu uma bofetada, com o intuito de defender a mãe – ausente e agredida moralmente:

Ficou medroso e descarado. [...]
 “Estava domesticado”, segundo a frase do Pires.
 Todos esses episódios da infância, tão insignificantes na aparência, decretaram a direção que devia tomar o caráter de Amâncio. Desde logo habituou-se a fazer uma falsa ideia de seus semelhantes; julgou os homens por seu pai, seu professor e seus condiscípulos. – E abominou-os.
 [...]
 E Amâncio, com medo da bordoadas, fazia-se grave, e cada vez ia-se tornando mais hipócrita e reservado. (AZEVEDO, 1997, p. 25-26)

Sodré (1992, p. 215), endossando as palavras de Pereira, explicita que o cinismo e a hipocrisia são oriundos da educação recebida, havendo, pois, um fenômeno cultural, em âmbito sociofamiliar, usado pelo autor para estabelecer com rigidez esse princípio de causalidade, bem à moda naturalista. Essa visão se coaduna com a de Candido e Castello (2008, p. 286), ao discutirem os fatores externos que condicionam a vida dos seres humanos, que têm sua responsabilidade limitada por forças que os fazem verdadeiros títeres, produtos construídos pelas condições impostas pela natureza. É justamente em função desses elementos externos (representados especialmente pelas instituições Família e Escola) que, segundo os mesmos autores, surgem, no naturalismo, as taras, doenças, vícios na

⁴⁵ Ver p. 23.

formação do caráter. Em Amâncio, tais manifestações negativas se dão, basicamente, em dois planos: familiar e social, e sob dois aspectos: a hipocrisia – já referida – e uma busca incessante e indiscriminada de satisfação afetiva e/ou sexual⁴⁶, que o faz praticamente um escravo dos seus impulsos. Aquela liberdade ilusória de que fala Fehér (1997)⁴⁷, pode ser, de certa forma, observada no personagem Amâncio, cujos passos resultam de uma educação opressora que o vai consumindo e moldando seu comportamento, de tal maneira que o jovem “se entrega” a forças que escapam a seu controle: “Ele, coitado, havia fatalmente de ser mau, covarde e traiçoeiro” (AZEVEDO, 1997, p. 130).

Convém salientar que, estrategicamente, para construir esse processo determinista, Aluísio insere, nessa passagem de um plano familiar, no Maranhão, para um plano supostamente familiar (a casa de pensão, no Rio de Janeiro), um elemento fundamental: o dinheiro. Este, inclusive, contribui para verificarmos a oposição comportamental entre pai e mãe:

Como o pai não lhe dava liberdade, nem dinheiro, e como exigia que ele às nove horas da noite se recolhesse a casa, Amâncio arranjava com a mãe os cobres que podia e, quando a família já estava dormindo, evadia-se pelos fundos do quintal. Era Sabino [moleque criado da casa] quem lhe abria e fechava o portão. (AZEVEDO, 1997, p. 30)

É também o dinheiro uma das forças que o impulsionam para as suas aventuras, desprovidas de preocupações com pudor e escrúpulos: “E a lembrança do dinheiro puxou logo outras consigo e arremessou-o no frívolo terreno de seus devaneios tolos e voluptuosos. Vieram as recordações; começou a desenfiar mentalmente o rosário dos amores que acumulara dos quinze anos até ali” (AZEVEDO, 1997, p. 34).

Na casa de pensão, a “fraternidade” masculina e o “carinho” feminino – este depois se transforma em favores sexuais – só são desencadeados mediante pagamento: “O dinheiro era já o único recurso de que dispunha para fazer calar a amante [Amélia], quando esta lhe falava em casamento” (AZEVEDO, 1997, p. 187). Segundo Lúcia Miguel Pereira (1988, p. 150), “na *Casa de Pensão*, tudo gira em torno da cupidez da carne ou do dinheiro”, o que contribui para a hediondez dessa

⁴⁶ São justamente esses planos e aspectos que serão discutidos no capítulo subsequente, à luz da psicanálise.

⁴⁷ Para Fehér (1997, p. 85), o romance parte do indivíduo fortuito, logo, do tema da liberdade ilusória.

existência artificial de que fala Garcia (2009, p. 199), conforme podemos atestar com as palavras de Azevedo (1997, p. 165):

Mme. Brizard parecia ter um filho [Amâncio] em risco de vida; Coqueiro declarou, cheio de dedicação, que não deixaria o “pobre amigo” ir assim desamparado para uma casa de saúde ou para um hotel; Amelinha choramingava ao lado da cama do enfermo, e, quando se achava a sós com este, beijava-lhe as mãos, afagava-lhe os cabelos e soluçava palavras de ternura.

É inegável, pois, que o elemento pecuniário se faz fortemente presente na construção da trama elaborada por Aluísio. Sem ele – o dinheiro –, o processo determinista também se mostra, mas com ele se fortalece. Numa época em que há um confronto (no Brasil ainda incipiente), em função de uma ascensão capitalista, caracterizado por burguesia *versus* proletariado, o escritor maranhense nos induz a reportarmo-nos às palavras de Hauser (2001, p. 773), quando este alude às nocividades geradas pelo dinheiro:

A busca de dinheiro e lucro destrói a vida familiar, separa a mulher do marido, a filha do pai, o irmão do irmão, converte o casamento numa sociedade de beneficência mútua, o amor num negócio e acorrenta as vítimas uma às outras como os grilhões da escravidão. [...] Existirá algo mais violento do que esse poder da natureza, esse domínio da matéria sobre as almas humanas?

Logo, é conveniente corroborarmos que o poder aquisitivo de Amâncio permite essa transição de um para outro plano familiar. Um plano que salva – simbolizado pela figura materna; e outro que leva à perdição – representado pela tríade Amélia, Coqueiro e Madame Brizard. Nesse sentido, como uma das propostas zolanianas era tocar nas “feridas sociais que envenenam os organismos humanos”, Aluísio parece querer mostrar a sordidez e a hipocrisia presentes nessas casas que prenunciam os cortiços. Ao final do romance, buscando comprovar a sua proposta de explicitar o determinismo, o qual se clarifica no inescapável destino do personagem central, Aluísio Azevedo estabelece uma sequência configurada da seguinte maneira: 1) a tentativa de fuga para o Maranhão, que provavelmente eliminaria a possibilidade de casamento com Amélia; 2) a detenção e a acusação de sedução; 3) após três meses, a absolvição; 4) a comemoração; 5) o assassinato; e 6) o processo de reificação, bem representado por trazer de volta à cena a mãe protetora, que, há muito tempo, não recebia notícias do filho; daí se dirigir ao Rio de

Janeiro e, após observar, sem compreender, diversas mercadorias nas quais se lia “à Amâncio de Vasconcelos”, por fim,

arrancou do peito um formidável grito e caiu de bruços na calçada.
Tinha visto seu filho, representado na mesa do necrotério, com o tronco nu, o corpo em sangue.
E por debaixo, em letras garrafais:
“Amâncio de Vasconcelos, assassinado por João Coqueiro no *Hotel Paris*, em tantos de tal”. (AZEVEDO, 1997, p. 255)

Para Sodré (1992, p. 215, grifo nosso), numa tentativa de mostrar o caráter pessimista da obra, não se limitando ao personagem central, já que não se trata simplesmente de um romance caso-clínico,

o naturalismo está plenamente representado em *Casa de pensão*, na forma e no conteúdo, na estrutura e nas partes e tipos, a começar pelo principal, Amâncio, um vilãozinho, fruto do meio e de suas mazelas, segundo o romancista, guardando deficiências insanáveis, fatais, que lhe moldam o destino. [...] O episódio escolar em que é castigado faz dele um dissimulado, pessimista e vilão [...] quase todas as figuras se destacam pela vilania de seu procedimento: Coqueiro, o marido de Lúcia, o advogado, o estudante Paiva. [...] títeres do destino inexorável. Pessimismo no naturalismo de Aluísio.

1.3.4.3. *O cortiço* – o ponto mais alto do naturalismo no Brasil

“O conforto moral e a estima intelectual que *O mulato* e *Casa de pensão* haviam-lhe propiciado não se traduziam em dinheiro” (DIMAS, 1980, p. 4). Aluísio recorre então ao ambiente político e, por intermédio de Coelho Neto, consegue, apenas sete anos depois (1891), um emprego burocrático, mas que dura pouco tempo, em função da troca de presidente e, por consequência, de seus auxiliares. Entretanto, sob a influência do conterrâneo Graça Aranha, atira-se nos estudos objetivando ingressar na suposta mítica carreira diplomática. Por mais que houvesse, todavia, um certo desencanto, Aluísio Azevedo permanece dezessete anos na área diplomática – iniciada em 1896.

O grande destaque, porém, desse período que antecede o ingresso na diplomacia, e talvez de toda a sua vida, foi a publicação da obra que marca definitivamente a segura e incontestável existência de um contundente e expressivo

naturalismo no Brasil. *O cortiço*, “dos maiores livros da literatura brasileira e o mais verdadeiro de Aluísio Azevedo”, nas palavras de Sodré (1992, p. 222), originalmente faria parte de um projeto inacabado, cujo pretense título seria *Brasileiros antigos e modernos*. Esse vasto plano narrativo, ao estilo das *Cenas da vida portuguesa*, de Eça de Queirós, no entanto, ficou apenas no primeiro volume⁴⁸. Não obstante, conforme já expusemos, a obra se manteve como referencial indiscutível para, não apenas salvar do esquecimento, e sim marcar a existência e a importância do naturalismo brasileiro (SODRÉ, 1992, p. 222).

“Como larvas no esterco”: qualquer estudante que conheça um pouco das principais obras da nossa literatura associam imediatamente essa expressão a *O cortiço*. É esse o símile usado pelo escritor para referir-se aos agrupamentos humanos que habitavam essas moradias posteriormente substituídas pelas favelas. Numa obra que “tem (mau) cheiro”, a habilidade do escritor se mostra em vários aspectos – incluindo a linguagem escolhida, a temática, a construção dos fatos e a variedade e caracterização dos personagens –, revelando um amadurecimento que nos permite enxergar, com precisão, diversos tipos de miséria, e configurando, portanto, uma obra de denúncia social. Há fome, prostituição, assassinato, adultério, preconceito, exploração sexual e financeira, condições insalubres, etc. O romancista maranhense, segundo Candido (1993, p. 117, grifo nosso),

traduz a mistura de raças e a sua convivência como **promiscuidade da habitação coletiva**, que deste modo se torna mesmo um **Brasil em miniatura**, onde brancos, negros e mulatos eram igualmente dominados e explorados por esse bicho-papão dos jacobinos, o português ganhador de dinheiro.

Aliás, é justamente esse português capitalista (João Romão) que, contrariando singularmente as teorias em voga, não se submete às condições do meio, e nos permite concordar com as palavras de Candido (1993, p. 111), no sentido de que “Aluísio foi [...] o primeiro dos nossos romancistas a descrever minuciosamente o mecanismo de formação da riqueza individual”, e, para tanto, há uma violência social maior, talvez, do que supunha o próprio autor.

⁴⁸ Segundo Lúcia Miguel Pereira (1988, p. 156), “talvez se possa ver [também] nesse projeto um reflexo dos Rougon-Macquart”, de Zola, mas evidentemente sob uma “concepção profundamente brasileira, tentando fixar tipos bem nossos e marcando, nessa mistura de mestiços, filhos de emigrante português, com a família burguesa, um aspecto da verticalidade social que tanto concorreu para a nossa formação”.

Se em *Casa de pensão*, como diz Sodré (1982, p. 391),

realmente, há qualidades de ficcionista, [...], é com *O cortiço* que [Aluísio] atinge um nível superior e que, conservando-se fiel ao que existe de essencial na receita naturalista, transfunde no romance alguma coisa que lhe é próprio, que tem a sua marca, que assinala a sua presença. [...] Aluísio não conseguiria repetir o feito, mas só *O cortiço* lhe asseguraria um lugar destacado em nossas letras.

Não há, parece, a intenção de apresentar um personagem central, e, se há, esse personagem é toda uma coletividade, que representa muitas outras comunidades dispersas por um Rio de Janeiro cuja população cresce a cada dia. E, paralelamente a esse crescimento, acentuam-se os conflitos e as desigualdades sociais. Desse modo, em *O cortiço*, obra na qual a condição animalésca do homem é levada ao extremo, há um aprofundamento e uma extensão dos problemas apresentados em *Casa de pensão*. A propósito, graças a esses dois romances, Aluísio Azevedo foi considerado o primeiro romancista de massas da nossa literatura, evidenciando vários aspectos problemáticos da realidade brasileira da época, com foco nas dificuldades enfrentadas pelas classes sociais menos privilegiadas.

Para o crítico Josué Montello (apud SODRÉ, 1982, p. 400), “*O cortiço* tem algo daquele potencial épico que Zola deixa fluir nas páginas de *Germinal*”. Já Antonio Candido (1993, p. 107) defende que Aluísio certamente se inspirou em *L’Assomoir*, porém o livro brasileiro é “tematicamente mais variado, porque seu autor concentrou no mesmo livro uma série de problemas e ousadias que Zola dispersou entre os vários romances da sua obra cíclica”.

Enfim, não há exagero, de acordo com a crítica literária, em assegurar que este romance, de grandeza excepcional, seria suficiente para deixar gravado o nome de Aluísio Azevedo em nossa literatura e a clara existência de um naturalismo – ainda que efêmero – em nossas terras.

CAPÍTULO 2 – AMÂNCIO DE VASCONCELOS, À LUZ DA PSICANÁLISE

Pode ser que o orgulho ganhe, mas o desejo continua a ser a qualidade mais exigente da humanidade. (GAY, 2010, p. 132)

Há, por assim dizer, uma psicanálise involuntária em *Casa de pensão*⁴⁹. Elementos-chave da teoria freudiana, tais como: repressão; id, ego e superego; inconsciente; princípio de prazer e princípio de realidade; e, evidentemente, complexo de Édipo, conceito central no nosso estudo, podem ser encontrados nesse romance que, como dissemos, ratifica, no Brasil, a existência de um movimento naturalista.

Desse modo, antes de procedermos à discussão analítica propriamente dita, faremos uma breve exposição teórica envolvendo, primordialmente, o complexo de Édipo. Importa salientarmos que, como a psicanálise trouxe à tona ou criou inúmeros conceitos, impossíveis, ainda que sucintamente, de serem abarcados num trabalho desta natureza e desta extensão, trabalharemos aqueles mais vinculados ao nosso objeto de pesquisa, os quais, naturalmente, estão entrelaçados, até porque, na construção da sua teoria, Freud, constantemente, fazia revisões.

Ademais, logo cedo devemos lembrar: nem tudo Freud explica, o que nos impele, ocasionalmente, a problematizar ainda mais algumas questões teórico-críticas – aliás, esse é um dos caracteres fundamentais do pesquisador –, e a

⁴⁹ Evidentemente, em 1884, ano em que *Casa de pensão* foi publicado, o mundo ainda não tinha conhecimento da teoria psicanalítica, visto que Freud começou as primeiras formulações em meados da década de 80, e o uso oficial do termo “psicanálise” ocorreu somente em 1896. Enquanto teoria propriamente dita, a repercussão só veio a partir do início do século XX, após a publicação de *A interpretação dos sonhos* (1899), com data oficial de 1900. A obra, entretanto, não teve sucesso imediato. Mezan (2006, p. 120) considera que os fundamentos da psicanálise começam a ser elaborados com a “Comunicação preliminar” (1893), os “Estudos sobre a histeria” (1895), em parceria com Breuer, e os artigos sobre a equivocada teoria da sedução (1895-1897). Diante disso, é possível certificarmos que Aluísio, pelo menos antes de escrever *Casa de pensão*, não lera teorias psicanalíticas freudianas.

Ainda a título de informação, Jones (1989, vol 1, p. 57) afirma que “se supôs com frequência que as teorias psicológicas de Freud datavam de seu contato com Charcot ou Breuer ou mesmo de mais tarde. Pelo contrário, pode-se mostrar que os princípios a partir dos quais construiu suas teorias foram aqueles que adquiriu como estudante de medicina sob a influência de Brücke”. Em 1873, atraído e estimulado pela doutrina de Darwin e pelo ensaio “Sobre a natureza”, de Goethe, entrou para a faculdade de medicina de Viena. Freud não acreditava que tinha nascido para ser médico, e não entendia exatamente o porquê dessa aversão, mas acreditava em algo, e esse algo era a “Ciência”. Pouco tempo depois começa a frequentar os seminários do famoso professor Brentano, na verdade um curso de filosofia obrigatório para estudantes de medicina. É nesse período que surge a importante influência para a construção de suas futuras teorias: o contato com o professor Brücke, exemplo, para o jovem estudante, de cientista disciplinado.

recorrer, embora não na mesma medida, a outros referenciais. Nesse sentido, convém lembrarmos que são inúmeros e cada vez mais crescentes os textos referentes à história e ao conteúdo daquela que, ao demonstrar que o ego não é senhor da sua própria casa, desferiu o terceiro golpe no narcisismo humano⁵⁰: a psicanálise, ou “ciência do inconsciente”⁵¹.

Há, ainda, dois aspectos a serem considerados nesta discussão: primeiro, é que iremos prescindir, tanto quanto possível, de darmos relevância à psicanálise enquanto método terapêutico, e procuraremos conferir maior ênfase, necessariamente, àquilo que se mostra mais útil ao nosso trabalho: a psicanálise como teoria psicológica que pode nos fornecer explicações acerca daquilo que mais interessa ao ser humano: sua própria natureza. Essa, inclusive, era a opinião do seu próprio criador, que insistiu, mais de uma vez, em que “o ponto de vista terapêutico [...] não é certamente o único que a psicanálise considera de interesse, nem é o mais importante” (JONES, 1989, vol 2, p. 134). O segundo aspecto alude à importância concentrada em três componentes essenciais nas formulações teóricas freudianas, conforme expõe Mezan (2006, p. 165, grifo nosso):

O processo de constituição dos conceitos freudianos não é apenas filosófico, e sim propriamente psicanalítico, expressão pela qual entendo o seguinte: um modo de elaboração da teoria no qual a **dimensão clínica** entra em ressonância com a **dimensão autoanalítica** e se sustenta por uma constante referência à **dimensão cultural**, cada uma dessas dimensões formando o ponto de partida ou momentos determinados do processo que engendra conceitos.

Talvez nenhum outro conceito freudiano exija tanto esse tripé quanto o “complexo de Édipo”⁵², conforme exposição a seguir.

⁵⁰ Freud aponta três pesados golpes que a ciência infligiu ao orgulho (ou megalomania) do ser humano: o primeiro, de caráter cosmológico, diz respeito à teoria copernicana; o segundo, em âmbito biológico, concerne às ideias darwinistas; e o terceiro, psicológico, refere-se, naturalmente, à sua própria teoria do inconsciente (JONES, 1989, p. 231).

⁵¹ Segundo Gay (2010), referências aos reinos mentais inacessíveis à consciência podem ser encontradas, em certa medida, desde o pensamento platônico, ao referir-se às partes da alma humana, até autores como Schopenhauer e Nietzsche, passando também por criações de escritores como Shakespeare e Goethe. No entanto, apesar de filósofos, poetas e romancistas fazerem alusões a essas manifestações inconscientes, foi Freud quem tomou uma noção, por assim dizer, poética e filosófica, e transformou no fundamento de uma psicologia, explicando origens, conteúdos e formas de expressão. Ele fundou aquela que ficaria conhecida, irrefutavelmente, a partir do século XX, como “ciência do inconsciente”.

⁵² O nome provém de uma lenda da mitologia grega, na qual Édipo, filho de Laio e Jocasta, reis de Tebas, mata o pai e se casa com a própria mãe, sem saber a verdadeira identidade dos dois. Tendo várias versões, Freud se inspirou naquela que foi contada por Sófocles.

2.1. O complexo de Édipo e sua relação com outros conceitos

Segundo Freud, no centro do id⁵³, encontra-se o desejo de união incestuosa com o progenitor do sexo oposto. É esse o desejo fundamental que organiza a totalidade da vida psíquica e determina o sentido de nossas vidas.

Vivido aproximadamente entre os três e cinco anos de idade, tal complexo tem como função fundamental “evitar que a energia sexual⁵⁴ (libido) circule desgovernadamente, que ela siga em sua busca de prazer a qualquer preço. É desse modo que nasce a família e a ordem familiar, bem como a cultura e as relações sociais” (KATZ, 2009, p. 16). Dessa forma, “todo ser humano se vê diante da tarefa de superar o complexo de Édipo” (FREUD, apud KAUFMANN, 1996, p. 135), devendo ocorrer o que Freud chamou de *transferência do princípio de prazer*

⁵³ Em 1923, em definitivo, Freud propôs um modelo estrutural da personalidade com base em três organismos mentais, chamados por ele de id, ego e superego. Inspirados na antiga cultura grega, esses componentes da personalidade, corresponderiam, por assim dizer, respectivamente, à alma concupiscente, à alma racional e à alma irascível (ou vigilantes), do esquema platônico.

O id, regido pelo princípio de prazer, tem toda uma formação inconsciente e, sendo reservatório das pulsões (excitações internas), bem como desconhecendo inibições e não aceitando frustrações, pressiona incessantemente o ego para que os desejos sejam satisfeitos. Em outras palavras, o id não conhece lógica, ética ou moral.

O ego, componente psíquico que está em contato com a realidade, tenta saciar os desejos emanados do id. Mas para isso é preciso levar em consideração as exigências e normas do mundo externo, adiando satisfação de pulsões – ou mesmo não realizando-a – visto sofrer uma enorme pressão do terceiro componente da estrutura da personalidade, o superego.

Essa terceira instância psíquica funcionaria como um representante moral da cultura. São as introjeções dos padrões socioculturais na mente do indivíduo. É justamente esse componente, espécie de arma moral, que comunica ao ego sobre o perigo de satisfazer aos impulsos originados no id. É o órgão da repressão – particularmente a repressão sexual – e da censura, responsável por introduzir na criança a noção de vergonha, culpa e asco.

Para Freud, o ego é um pobre coitado, pois vive constantemente sob a pressão do id, do superego e do mundo externo. A compaixão de Freud pelo ego é uma compaixão pela raça humana, que vive sob as exigências quase intoleráveis que lhe são impostas por uma civilização construída sob a repressão do desejo e o adiamento da satisfação (EAGLETON, 2003).

⁵⁴ É interessante lembrar que, na época dos *Três ensaios* (1905), vários autores já haviam escrito acerca da sexualidade infantil, mas sob uma visão excepcional, completamente diferente da de Freud, que mostrou a existência de uma sexualidade também na criança “normal”. “Na literatura sobre o assunto encontramos notas ocasionais acerca da atividade sexual precoce em crianças pequenas, sobre ereções, masturbação e até mesmo atividades semelhantes ao coito. Mas elas são sempre citadas apenas como processos excepcionais, curiosidades ou exemplos assustadores de depravação precoce. Nenhum autor, ao que eu saiba, reconheceu com clareza a normatividade da pulsão sexual na infância, e, nos escritos já numerosos sobre o desenvolvimento infantil, o capítulo sobre o ‘Desenvolvimento Sexual’ costuma ser omitido. A razão dessa estranha negligência pode ser buscada, em parte, nas considerações convencionais que os autores respeitam em consequência de sua própria criação, e em parte, num fenômeno psíquico que até agora escapou a qualquer explicação. Refiro-me à singular *amnésia* que, na maioria das pessoas (mas não em todas!), encobre os primeiros anos da infância, até os seis ou oito anos de idade” (FREUD, 1905, p. 164). Algumas décadas depois, porém, bem lembrou Jones (1989, vol 2, p. 28) que a pessoa que não aceitasse a existência de uma sexualidade infantil corria o risco de ser encarado como ignorante. Mas Freud não sustentou o absurdo de que a sexualidade infantil se manifesta da mesma maneira que a adulta.

*para princípio de realidade*⁵⁵, isto é, os desejos do id que não podem ser satisfeitos são reprimidos pelo ego, uma vez que o superego (a voz punitiva da consciência) comunica ao ego que tais desejos não devem ser saciados.

Foi justamente da experiência íntima e única de entrever sua mente inconsciente⁵⁶ e avançar nas suas profundezas que Freud constatou que, para o filho, o pai representa os princípios de negação, contenção e autoridade – ou princípio de realidade –, enquanto a mãe corresponde ao princípio de prazer. “Achei também em mim o apaixonamento pela mãe e o ciúme por relação ao pai e sustento-os agora como um acontecimento geral da infância mais remota” (FREUD, apud KATZ, 2009, p. 45). Assim, partindo de uma situação particular para um contexto universal, Freud afirma que o progenitor do mesmo sexo surge como rival na afeição para com o progenitor do sexo oposto.

⁵⁵ Freud apresentou, em *A interpretação dos sonhos*, dois processos fundamentais para o funcionamento mental: o processo primário e o processo secundário, submetidos – ou estendidos –, respectivamente, ao que, vários anos depois, ele veio denominar princípio de prazer e princípio de realidade. No sistema primário, de formação inconsciente, o indivíduo seria, inicialmente, um ser caracterizado pela busca de prazer e afastamento da dor. É o que ocorre, por exemplo, com a criança, cujo propósito consiste em evitar desprazer, tentando satisfazer, a qualquer custo, dependendo da idade, a todos os desejos. Com o tempo, ela vai aprendendo a negociar com o princípio de realidade, que traz à cena, na verdade, os representantes da cultura. Para tanto, a consciência desempenha um papel fundamental, buscando estabelecer um equilíbrio, ainda que para isso desejos sejam frustrados e satisfações sejam adiadas.

É inerente, portanto, ao desenvolvimento do ser humano, que haja uma transição entre esses princípios. A transição, porém, “não significa a ab-rogação do princípio de prazer, mas a propiciação de uma base mais segura para ele. Renuncia-se a um prazer momentâneo, de consequências incertas, a fim de obter-se, de um novo modo, um prazer que virá mais tarde, mas será mais seguro” (JONES, 1989, vol 2, p. 316).

⁵⁶ Para muitos críticos e estudiosos de Freud, “a autoanálise, sua viagem no próprio inconsciente, é um momento lendário, quase mítico, da história da psiquiatria” (FREUD, 1995). A tarefa de explorar as profundezas da mente foi tentada muitas vezes na história da humanidade: Montaigne, Juvenal e Schopenhauer, por exemplo, tentaram. Mas o feito heróico foi de Freud (JONES, 1989, vol 1, p. 322). A partir de junho de 1897, todas as noites, após atender os pacientes, Freud, que tinha muitas neuroses, deitava no divã e fazia associação livre com seus sonhos.

No início, por um ano, o processo de autoanálise fez com que seus sintomas piorassem, porque vasculhava o que chamou de “monte de estrume”, que são os sentimentos indignos ou vergonhosos que criam ansiedade e são arrastados para o inconsciente: fantasias de incesto, fantasias de assassinato, formas não aceitáveis de rivalidade, ódios reprimidos (FREUD, 1995). O fato de que quando criança pudesse ter desejado a morte de um irmão, o fato de que quando criança desejasse a mãe. Encarar o fato de crianças desejarem sexualmente os pais era algo muito radical para a época.

E assim, sem julgamento moral, mas na qualidade de cientista que observa e desenvolve uma pesquisa, Freud deu um passo gigantesco na história da psicanálise, ao descobrir, a partir de si mesmo, que o menino, durante um certo período, vivencia, inconscientemente, o desejo pela mãe e o ódio em relação ao pai. Sentimentos quase impossíveis de ser revelados, principalmente em 1896. Mas o julgamento científico prevaleceu, e Freud nomeou “complexo de Édipo” esse conflito caracterizado por sentimentos antagônicos para com os progenitores. E não se tratava, segundo ele, de uma questão idiossincrática.

Esse “troféu fascinante” (GAY, 2010, p. 117), anunciado ao amigo Fliess, em 1897, fazendo o fundador da psicanálise abandonar a absurda teoria da sedução⁵⁷, constituiu – e constitui – certamente um dos pontos mais polêmicos de sua teoria, contribuindo intensamente para separá-lo de seus oponentes, inclusive de Jung. Apesar de controverso, porém, o termo – muitas vezes mal interpretado –, na época, “dificilmente escapava à mania: todo mundo queria o seu. O mais arrogante esnobe não se importava em tê-lo” (GAY, 2010, p. 413).

O complexo de Édipo representou para a psicanálise o mais expressivo exemplo de um conflito interno, o qual, se não for superado, faz o indivíduo sucumbir à enfermidade conhecida como neurose⁵⁸, cujos sintomas podem variar de indivíduo para indivíduo.

O que leva o menino a abandonar o desejo de união incestuosa com a mãe é a ameaça de castração, por parte do pai. Tal ameaça, responsável pelos afetos de culpa e vergonha, está no cerne do inconsciente e do complexo de Édipo e não tem necessariamente de ser manifestada. Mas, ao perceber que a menina é castrada, isso pode transparecer – para o garoto – como um castigo, contribuindo assim, para a repressão do desejo, e enxergando no pai um lugar, uma possibilidade de identificação, a qual pode ser atingida no futuro. Inclusive, em relação ao pai, a partir do caso do “Pequeno Hans”⁵⁹, fundamento também para formular a teoria do complexo de castração, Freud deu ênfase ao termo “ambivalência”, cunhado por

⁵⁷ Provavelmente devido a esse emaranhamento entre autobiografia e ciência – elementos marcadores da psicanálise –, Freud se livrou de um passo em falso: a teoria da sedução, na qual atribuía “à lembrança de cenas reais de sedução o papel determinante na etiologia das psiconeuroses” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2010, p. 469). Freud se manteve firme a ela até a primavera de 1897. Crer, porém, que todos os neuróticos tinham sido vítimas de abusos sexuais constituía agora uma ideia absurda, como seria absurdo enquadrar Jacob Freud, seu pai, entre os molestadores de crianças. E confessou: “No caminho, tivemos de superar um ideia errada que poderia ter sido quase fatal para a nova ciência. Influenciados pelo ponto de vista de Charcot quanto à origem traumática da histeria, estávamos de pronto inclinados a aceitar como verdadeiras e etiológicamente importantes as declarações dos pacientes em que atribuíam seus sintomas a experiências sexuais passivas nos primeiros anos da infância – em outras palavras, à sedução” (FREUD, 1914, p. 27). Mas nem tudo o que escreveu sobre abuso sexual na infância foi rejeitado, o que rejeitou, na verdade, foi a teoria da sedução.

⁵⁸ Tecnicamente, “neurose” pode ser definida como uma “afecção psicogênica em que os sintomas são a expressão simbólica de um conflito psíquico que tem raízes na história infantil do sujeito e constitui compromissos entre o desejo e a defesa” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2010, p. 296). O próprio Freud tinha várias neuroses, dentre as principais, são apontadas pelos seus estudiosos: uma fobia de viagens, que conseguiu superar, inclusive chegou a conhecer Roma, depois de várias tentativas; a tendência a desmaiar na presença de amigos talentosos: isso ocorreu três vezes na presença de Jung, o que encarou como um desejo de morte vindo deste; e era seriamente viciado em charutos. Mesmo após o acometimento de um câncer, não conseguiu se livrar do vício.

⁵⁹ Um dos casos clínicos mais famosos e expressivos de Freud. Trata-se de uma neurose fóbica (medo de cavalos) em um menino de cinco anos.

Bleuler. O termo diz respeito à coexistência de amor e ódio proveniente de uma mesma pessoa para com o mesmo objeto. “Hans batia no pai e em seguida beijava o lugar onde o acertara. Isso simbolizava uma disposição humana geral; a ambivalência não é exceção, e sim regra no triângulo edipiano” (GAY, 2010, p. 244). Freud (1915, p. 143) afirma que nessa fase quase não se distingue o amor do ódio. Só depois de estabelecida a organização genital é que um se torna o oposto do outro.

Retomando a relação entre complexo de Édipo e repressão, ressaltamos que esta, cujo objetivo central é suprimir da consciência o desenvolvimento de um afeto – ou desejo instintivo –, constitui o principal mecanismo de defesa mental elaborado por Freud e a pedra angular sobre a qual, conforme ele próprio defendia, se edificou a psicanálise. Originalmente *repressão* era sinônimo de *defesa*, “conjunto de operações cuja finalidade é reduzir, suprimir qualquer modificação suscetível de pôr em perigo a integridade e a constância do indivíduo biopsicológico” (LAPLANCHE e PONTALIS, 2010, p. 107). Posteriormente tornou-se uma – a principal – dessas operações.

Considerando a mente como uma espécie de “campo de batalha”, em que as forças pulsionais oriundas do id procuram satisfação a qualquer custo, e as forças morais representadas pelo superego pressionam o ego a não realizar tais desejos, Freud estabeleceu que muitos desses desejos – inclusive de união incestuosa com o progenitor do sexo oposto – precisam ser excluídos para que o indivíduo usufrua de uma satisfação posterior. Em outras palavras, todo ser humano deve sofrer repressão do princípio de prazer em favor do princípio de realidade. Entretanto, em determinadas situações, a repressão pode se tornar excessiva – a depender principalmente dos fatores culturais – e transformar o indivíduo em neurótico. Por outro lado, se o conflito interno for superado com êxito, a atividade repressiva é considerada positiva. Mas Freud insiste em que

o que foi reprimido não foi eliminado. [...] O material reprimido foi apenas guardado no sótão inacessível do inconsciente, onde ele continua a vicejar, pressionando por satisfação. Por isso as vitórias da repressão são no máximo temporárias, e sempre duvidosas. O

que foi reprimido acaba retornando como uma formação substitutiva ou um sintoma neurótico. (GAY, 2010, p. 337)⁶⁰

Ainda sobre o complexo edípico, há uma questão que merece ser destacada: as inúmeras e esperadas releituras e contestações de estudiosos das mais variadas áreas, no tocante, notadamente, aos fatores culturais e ao ambiente familiar (construtivo ou destrutivo, em maior ou menor grau) aos quais a criança é submetida. O antropólogo e etnógrafo Bronislaw Malinowski, por exemplo, “opôs-se à interpretação de Freud, postulando que o complexo de Édipo existe, mas que dependeria do contexto cultural onde se forjaria cada tipologia psicológica” (KATZ, 2009, p. 96). Cita, a título de exemplificação, a existência de uma matrilinearidade na Nova Guiné, onde tal visão freudiana parece inaceitável. A psicanalista Karen Horney concorda com a existência do triângulo, no entanto não vê o complexo como um fenômeno biologicamente dado, mas uma reação a provocações externas. Ela salienta a importância do quadro psicológico familiar no qual a criança está inserida. E afirma que “ela [a criança] é compelida a agarrar-se a um dos pais, se nele vir, assim, uma possibilidade de receber garantias de tranquilidade” (MULLAHY, 1975, p. 251).

Por fim, independentemente das diversas interpretações, é inegável que tal descoberta e posterior conceituação ocuparam um espaço precípuo tanto no início quanto no desenvolvimento da psicanálise, especialmente, se levarmos em consideração a larga influência da tríade apresentada no início deste tópico: análise de pacientes, autoanálise e valores culturais. Desse modo, a título de corroboração da essencialidade do complexo de Édipo na teoria psicanalítica e na formação da personalidade do indivíduo, tomamos de empréstimo as palavras de Eagleton (2003, p. 216):

⁶⁰ Muitos críticos consideram que o conceito de repressão freudiano tem inspiração schopenhaueriana, a julgar, especialmente, pela correspondência entre o conceito de “Vontade”, do filósofo, e os de “inconsciente” e “id”, de Freud. O impulso sexual seria, na leitura de Schopenhauer, o mais veemente de nossos apetites, a concentração de nossa vontade; o conceito de loucura do filósofo alemão anteciparia o conceito de repressão freudiano. Freud, inclusive, no que toca à sexualidade, chegou a dizer que o rebelde não era ele, e sim Schopenhauer. Este o havia antecipado em décadas, e assim, nas palavras de Barboza (2005, p. 11), “a psicanálise de Freud absorve por completo a teoria dos impulsos inconscientes, do papel nuclear da sexualidade na vida humana, do retorno ao inorgânico”, despindo o homem da primazia da razão. Mas, não abdicando de suas descobertas, o cientista das camadas profundas da mente destacou, com orgulho, que sua originalidade se deveu às “leituras insuficientes” dos textos schopenhauerianos (GAY, 2010, 336).

O complexo de Édipo é para Freud o início da moral, da consciência, do direito e de todas as formas da autoridade social e religiosa. A proibição, real ou imaginária, do incesto pelo pai simboliza toda a autoridade superior que será mais tarde encontrada; e ao 'introjetar' (tornar sua) essa lei patriarcal, a criança começa a formar aquilo que Freud chama de superego, a voz pavorosa e punitiva da consciência.

2.2. A influência do complexo de Édipo em Amâncio

Já nos primeiros capítulos da obra, Amâncio surge inescapavelmente marcado pela interiorização inconsciente das exigências culturais, centradas na família e na escola, que têm como principais representantes, respectivamente, o pai (Vasconcelos) e o professor Pires. No entanto, é fundamental a participação materna para configurar a existência de uma situação conflituosa e antagônica, que se faz determinante para a construção da personalidade do garoto:

Amâncio fora muito mal educado pelo pai, português antigo e austero, desses que confundem o respeito com o terror. Em pequeno levou muita bordoadas; tinha um medo horroroso de Vasconcelos; fugia dele como de um inimigo, e ficava todo frio e a tremer quando lhe ouvia os passos. Sua mãe, D. Ângela, uma santa de cabelos brancos e rosto de moça, não raro se voltava contra o marido e apadrinhava o filho. Amâncio agarrava-se-lhe às saias, fora de si, sufocado de soluços. (AZEVEDO, 1997, p. 23)

Cabe salientar, entretanto, que os raros momentos prazerosos com a mãe se desfaziam com a interferência paterna: "As poucas vezes em que estavam juntos, o pai chegava no melhor da intimidade e Ângela se retraía, cortando em meio as carícias do filho, como se as recebera de um amante, em plena ilegalidade do adultério" (AZEVEDO, 1997, p. 56). Configura-se, então, um triângulo em que existe uma espécie de desequilíbrio quanto às forças dos seus componentes: um pai que aterroriza regularmente o filho e inibe o posicionamento da mãe; esta, por sua vez, encontra-se impotente para dispensar ao filho afeto e ternura, incontestavelmente necessários em uma relação mãe-filho. E este se vê impulsionado a ceder ao poder do mais forte – o pai –, em detrimento de uma desejável relação afetiva com Ângela – com o pai nem se cogita –, o que nos leva a crer que, em Amâncio, parece inevitável o estabelecimento de um conflito psíquico que aponta para uma não

resolução. Em outras palavras, há indicações de um complexo de Édipo que dificilmente seria superado, contribuindo, assim, negativamente para a construção da personalidade do futuro jovem.

Para Freud, o complexo de Édipo, que “se impõe aos eventos particulares e à vontade consciente de cada um” (KATZ, 2009, p. 42), constitui o centro estrutural de todo caráter, decretando, assim, os rumos da personalidade do indivíduo. É o início da formação de uma consciência, oriunda de um inconsciente edipicamente construído. Dessa forma, todo ser humano, sob pena de se tornar um neurótico, é compelido a abandonar os instintos incestuosos direcionados ao progenitor do sexo oposto. Contudo, “torna-se condição para repressão que a força motora do desprazer adquira mais vigor do que o prazer obtido da satisfação” (FREUD, 1915, p. 152). Havendo superação, ou seja, não surgindo os sintomas (neuróticos), o complexo colapsa, o que não ocorre a Amâncio. Todavia, é pertinente lembrar que, no personagem em questão, esse complexo não se apresenta de forma tão natural como se estabelece, num primeiro momento, na teoria freudiana; ou seja, não é simplesmente um fenômeno biologicamente dado, mas também uma reação a provocações externas, as quais, conforme atesta a teoria de Horney, constroem Amâncio a apoiar-se e agarrar-se ao progenitor do sexo feminino – que, não por acaso, se chama Ângela –, visto como um bálsamo, que eliminaria – ou minimamente reduziria – a situação de perigo.

Entretanto, pressionado pelas exigências de um meio externo ameaçador e cruel, não consegue ceder aos impulsos que se originam em um inconsciente no qual se constrói o processo edípico e, ao mesmo tempo, mostra-se incapaz de tolerar e atender a um superego cultural, que aprofunda o conflito interno. Sob essa tripla pressão (id, superego e meio externo), o seu ego, que está em contato com a realidade, vê-se dominado por uma vulnerabilidade que nos reporta às palavras de Freud, no sentido de que o ego é um “pobre coitado”, e não se mostra competente, em Amâncio, para estabelecer, entre as instâncias psíquicas, um equilíbrio que poderia contribuir para evitar o comportamento hipócrita e compulsivo (afetivo-sexualmente) que se manifestam ainda a partir da infância e se aprofundam na juventude.

Essa oposição entre austeridade (paterna) e bondade (materna) excessivas introduz-se, aos poucos, na formação do caráter do garoto. A garantia de conforto e segurança é encontrada na mãe. No entanto, ele vive em uma sociedade patriarcal

e, mesmo com essa proteção materna, não consegue escapar da rispidez e da hostilidade de Vasconcelos. Como diz Gay (2010, p. 469),

todos os bebês e crianças em seus primeiros passos, sejam meninas ou garotos, começam com o mais profundo afeto pela mãe, fonte de vida, um manancial de alimento, cuidado e ternura. O poder da mãe sobre o bebê é ilimitado, numa época em que o envolvimento do pai é abstrato, relativamente distante. Mas, à medida que os bebês crescem, o pai assume o papel cada vez mais preponderante na imaginação e vida cotidiana deles [...]. A vida do menino vira um tumulto, ao descobrir que o pai é um formidável rival pelo afeto e atenção da mãe; ele se sente como se tivesse sido expulso do paraíso.

Essa rivalidade e “expulsão” se tornam mais evidentes em sociedades e famílias que se pautam em uma rigidez e ignorância que supostamente educariam positivamente seus filhos. Logo, o rancor de Amâncio – que está inserido nessa sociedade – para com Vasconcelos vai se tornando inevitável, e foge do pai como de um inimigo. “Se acaso algumas vezes se mostrava dócil e amoroso, era sempre por conveniência: habituou-se a fingir desde esse tempo” (AZEVEDO, 1997, p. 23). Esse aspecto envolvendo a hipocrisia torna-se um componente bastante poderoso na formação da sua personalidade, inclusive na vida social. Para Freud (1930, p. 94), “uma pessoa se torna neurótica porque não pode tolerar a frustração que a sociedade lhe impõe, a serviço de seus ideais culturais”. Cabe lembrar aqui que a família, segundo se costuma dizer, constitui a célula dessa sociedade. Tal célula se fundamenta, no século XIX, no poder concentrado na figura do pai, claramente representante de um superego cultural, que impõe ao ego aquilo que Freud chamou de uma das vicissitudes – ou modalidades de defesa – de um instinto, sua repressão. É preciso, então, que o sujeito desejante se renda às determinações de uma força moral – nesse caso, excessiva –, em detrimento dos impulsos carregados de desejo dirigidos a um determinado objeto⁶¹. Entra em cena, pois, uma organização (ou pelo menos tentativa de organização) coerente dos processos mentais chamada de ego. Nessa tentativa organizacional, o pai – e com Vasconcelos não é diferente – surge, portanto, como um modelo a ser alcançado, no sentido de, numa época futura e propícia, o menino poder usufruir das prerrogativas

⁶¹ Na teoria freudiana, “em geral, ‘sujeito’ e ‘objeto’ são empregados respectivamente para a pessoa na qual um instinto (ou outro estado de espírito) se origina, e a pessoa ou a coisa para a qual é dirigido” (FREUD, 1915, p. 133).

paternas de então, já que, no momento, é preciso conviver com as proibições impostas à criança-sujeito por determinação do superego:

O superego, contudo, não é simplesmente um resíduo das primitivas escolhas objetais do id; ele também representa uma formação reativa enérgica contra essas escolhas. A sua relação com o ego não se exaure com o preceito: “Você *deveria ser* assim (como o seu pai)”. Ela também compreende a proibição: “Você *não pode ser* assim (como o seu pai), isto é, você não pode fazer tudo o que ele faz; certas coisas são prerrogativas dele.” Esse aspecto duplo do ideal do ego deriva do fato de que o ideal do ego tem a missão de reprimir o complexo de Édipo. (FREUD, 1923, p. 47)

Em suma, podemos afirmar que “o ego procura aplicar a influência do mundo externo ao id e às tendências deste, e esforça-se por substituir o princípio de prazer, que reina irrestritamente no id, pelo princípio de realidade” (FREUD, 1923, p. 38). É essa substituição que o ego de Amâncio não consegue realizar a contento. A introjeção das imposições socioculturais, representadas pela austeridade do pai e do professor – figuras que diversas vezes se fundem na narrativa –, constroem o indivíduo Amâncio a suprimir muito do que poderia surgir de positivo e autêntico em sua personalidade, sobretudo após o emblemático episódio escolar em que, por defender a mãe, ausente, moralmente agredida por uma colega de classe, finda por ser punido pelo professor, pelo colega agressor, em quem desferira uma bofetada, e pelo pai (que fora também objeto da ofensa). Só Ângela, à noite, em particular, diz que ele [Amâncio] agira muito bem.

No decorrer da narrativa, percebe-se, pois, que o ego de Amâncio precisa recorrer a algo ou a alguém, e consegue encontrar em Ângela, embora intermitentemente, o socorro imediato que se prolongaria até os 21 anos. Contudo, justamente por a mãe constituir essa figura excessivamente protetora, e por tal proteção não ter a aquiescência do pai – pelo contrário, há, por parte deste, uma “ameaça de castração” –, sua imagem se torna idealizada, inalcançável e insubstituível, gerando em Amâncio, mesmo antes de atingir a puberdade, uma busca desenfreada de elementos substitutivos, nos campos afetivo e/ou sexual, o que ocasiona uma quantidade ampla de relacionamentos – alguns simultâneos –, mas nunca conseguindo relacionar-se com alguém que suplante, ou pelo menos se equipare, à figura materna. Em outras palavras, a mãe inacessível, segundo Freud (1938, p. 204), pode-se conservar na mente do menino, sob a forma de uma fixação

erótica, traduzida, na prática, por uma dependência excessiva, o que impele o menino – no caso, Amâncio – a uma busca afetivo-sexual compulsiva em direção a outras mulheres, jamais sendo, no entanto, saciado plenamente⁶².

Em âmbito escolar, é Ângela que, ainda na infância do filho, opõe-se veementemente, por mais que os resultados sejam infrutíferos, à conduta do professor, que é aceita tacitamente por um número considerável de pais – especialmente Vasconcelos –, sobretudo quanto ao uso dos castigos físicos:

Os pais ignorantes, viciados pelos costumes bárbaros do Brasil, atrofiados pelo hábito de lidar com escravos, entendiam que aquele animal era o único professor capaz de “endireitar os filhos”. Elogiavam-lhe a rispidez, recomendavam-lhe sempre que “não passasse a mão” pela cabeça dos rapazes e que, quando fosse preciso, “dobrasse por conta dele a dose de bolos”. Ângela, porém, não era dessa opinião: não podia admitir que seu querido filho, aquela criaturinha fraca, delicada, um mimo de inocência e de graça, um anjinho, que ela afagara com tanta ternura e com tanto amor, que ela podia dizer criada com os seus beijos – fosse lá apanhar palmatoadas de um brutalhão daquela ordem! (AZEVEDO, 1997, p. 23)

Ora, como dissemos, a sociedade é patriarcal, e naturalmente se sobrepujam as palavras de Vasconcelos: “Que deixasse lá o pequeno com o mestre!... Mais tarde ele havia de agradecer aquelas palmatoadas!” (AZEVEDO, 1997, p. 23).

O antagonismo vai se tornando mais sólido, à medida que Amâncio vai passando pelo período de latência e se aproximando da puberdade:

- É uma menina!... dizia a mãe, convicta – Amancinho tem já dez anos e conserva a candura de um anjo!
Vasconcelos nunca o puxava para junto de si, nem conversava com ele, nem o interrogava; e, quando a infeliz criança, justamente na idade em que a inteligência se desabotoa, ávida de fecundação, fazia qualquer pergunta, respondiam-lhe com um berro: “Não seja bisbilhoteiro, menino!”
Amâncio emudecia e abaixava os olhos, mas, logo que o perdiam de vista, ia escutar e espreitar pelas portas. (AZEVEDO, 1997, p. 26)

Freud destaca que é justamente no período pós-edipiano e anterior à puberdade que existe uma sublimação dos impulsos libidinosos e, ao mesmo tempo, forma-se a consciência e a moral da criança, sendo necessária, e aqui aludimos

⁶² “Está fora de dúvida, é verdade, que o impacto da ameaça de castração sobre a vida sexual incipiente de um menino nem sempre tem essas consequências temíveis. Dependerá [...] das relações *quantitativas*, de quanto dano é causado e de quanto é evitado” (FREUD, 1938, p. 204).

também à teoria de Horney (1959, p. 20), uma atmosfera acolhedora na qual a criança possa desenvolver uma sensação interior de segurança e liberdade e a capacidade de revelar-se naturalmente. Não é, como vimos, isso o que ocorre a Amâncio.

Mais tarde, na adolescência,

como o pai não lhe dava liberdade, nem dinheiro, e como exigia que ele às nove horas da noite se recolhesse a casa, Amâncio arranjava com a mãe os cobres que podia e, quando a família já estava dormindo, evadia-se pelos fundos do quintal. Era Sabino quem lhe abria e fechava o portão. (AZEVEDO, 1997, p. 30)

Por ocasião da despedida de São Luís para o Rio de Janeiro, as manifestações de emoções e sentimentos incontroláveis tomam conta de Ângela:

Quanto não custou à pobre mulher separar-se do filho?... Que violência não foi preciso para lho arrancarem dos braços! Foi como se pela segunda vez lho tirassem a ferro das entranhas.

[...]

Ângela [...] retirava-se para o quarto, aflita, envergonhada de não poder dominar aquele desespero. Outras vezes acordava por alta noite, a gritar, a debater-se, a reclamar o filho, a disputá-lo contra os fantasmas do pesadelo. (AZEVEDO, 1997, p. 33)

Em meio a mimos, beijos, abraços e pedidos de que “não a privassem de Amâncio pelo menos naquele dia”, o narrador chega a referir que a mãe presente um perigo na vida do filho, do qual o queria proteger. Para Katz (2009, p. 50), “a mãe [...] também é incestuosa, quer reincorporar seu filho, seu ‘produto’, para resguardá-lo absolutamente”. Essa visão também pode ser aplicada a outras passagens da obra, quando, por exemplo, a mãe, já em estado de viuvez, praticamente implora ao filho que volte ao Maranhão: “Amâncio que se não demorasse; a infeliz tinha para si que a presença do filho substituiria com vantagem todos os remédios da botica” (AZEVEDO, 1997, p. 201). Em seguida, o autor justifica: “Amâncio era a menina dos olhos de D. Ângela... bem podia ser que, só com a presença dele, a pobre senhora melhorasse” (AZEVEDO, 1997, p. 219).

Antes disso, porém, durante o período de quase um ano, no Rio de Janeiro, os momentos de tristeza, de solidão, de infelicidade, pelos quais passa o jovem maranhense, são preenchidos com lembranças de eventos e circunstâncias

completamente opostos: o medo e o “terror” vivenciados nas mãos do pai e do mestre; e os afagos e cuidados provenientes da mãe.

Oh! Ele agora pensava em Ângela com muito mais ternura: nela resumia toda a família e tudo que houvesse de bom no seu passado [...]

Precisava queixar-se do isolamento em que vivia, contar-lhe as suas tristezas, as suas contrariedades, justamente como fazia dantes, em pequeno, ao voltar da aula do Pires. Sua alma tornava atrás, fazia-se muito infantil, muito criança, muito ingênua e carecida de amparo. (AZEVEDO, 1997, p. 38)

Nesse sentido, é oportuno lembrarmos as palavras Jones, ao referir-se a um artigo de Freud intitulado “Tipos de desencadeamento da neurose”. Para Freud, há um tipo em que “a fixação infantil pode ser tão forte que a pessoa nunca realmente sai da infância e assim nunca se pode dizer que usufrui de um período de saúde mental”⁶³ (JONES, 1989, v. 2, p. 250).

No último ano de vida de Amâncio, no Rio de Janeiro, após uma vida boêmia e uma coleção de relações (supostamente) amorosas⁶⁴ em São Luís, há, ainda, dois aspectos a serem levados em consideração, no tocante ao prolongamento dessa situação edípica não resolvida: um diz respeito a dois episódios de sonhos relatados pelo narrador e nos quais se verificam os mesmos sentimentos da infância a perseguirem-no inconscientemente; o outro concerne às cartas recebidas, tanto do pai quanto da mãe, e as reações manifestadas pelo personagem.

Quanto ao conteúdo onírico, não pretendemos, porém, proceder a uma análise, no sentido mais meticoloso do termo, o que demandaria um aprofundamento na teoria dos sonhos e um redimensionamento dos objetivos da nossa pesquisa, uma vez que tal análise requereria um espaço muito mais amplo. Contudo, é instrutivo dizer que os pesadelos de Amâncio constituem episódios que nos auxiliam na compreensão do seu conflito interno mal (ou não) resolvido, visto

⁶³ Evidentemente tais lembranças, como as vivenciadas por Amâncio, não caracterizam, em todos os casos, comportamento neurótico; o que entra em jogo é a questão quantitativa. No caso do personagem Amâncio, esse recurso é com frequência usado no decorrer da narrativa.

⁶⁴ Sobre essa questão falaremos no próximo tópico, no qual daremos ênfase à sexualidade e à afeição perseguidas pelo jovem como forma de tentar, em vão, encontrar substitutos para a figura materna.

que as representações oníricas são manifestações sintomáticas, cuja “força propulsora provém invariavelmente do inconsciente” (FREUD, 2001, p. 572)⁶⁵.

Quanto ao primeiro episódio (que se desdobra em dois: o primeiro, agradável; o segundo aterrorizante), ocorre após uma festa – o baile na casa do Melo –, na qual Amâncio se divertira bastante, inclusive dançando uma valsa com a tão desejada e cobiçada Hortênsia, após muitas instâncias do rapaz:

E, vendo que ela [Hortênsia] não respondia, balbuciou em tom magoado, de criança ressentida:

- Bem, bem, não lhe peço mais nada, não a importunarei de hoje em diante. Desculpe!

Hortênsia voltou-se para ele, ia talvez desenganá-lo; mas a orquestra, que havia emudecido depois da quadrilha, deu sinal para a ‘valsas’. Era o *Danúbio*, de Strauss. [...] Ela não resistiu. (AZEVEDO, 1997, p. 105)

Inicialmente vêm os sonhos agradáveis: “**ternos** episódios de **amores fáceis** que se encadeavam confusamente, e nos quais as sensações vinham e fugiam de um modo incerto e **deleitoso**” (AZEVEDO, 1997, p. 111, grifo nosso).

⁶⁵ Embora nos valhamos aqui, primordialmente, da teoria dos sonhos de Freud, é justo e conveniente lembrarmos que estudos sobre o mundo onírico são engendrados desde a Antiguidade Clássica. Segundo Meneses (2000, p. 187, grifo nosso), “há questões que, de Homero e Ésquilo a Artemidoro de Daldis, passando por Artístoteles, perpassam o pensamento (e a vivência) dos gregos, e que nos acostumamos a creditar à Psicanálise: **a relação da fantasia como o desejo**, a sensorialidade da imaginação, o privilégio do significante, a eficácia da palavra (à qual é atribuído um explícito valor terapêutico), **a importância fulcral da analogia (tanto na produção como na interpretação de sonhos e poesia)**, etc, etc.”. Segundo a mesma autora, há, no *Tratado sobre a Alma* ou no *Tratado da Memória e da Reminiscência*, de Aristóteles, antecipações das mais audazes teorias freudianas; e “talvez o mais completo tratado sobre interpretação de sonhos que tenha chegado às nossas mãos, da Antiguidade Clássica, seja a *Onirocrítica* de Artemidoro de Daldis, que viveu em Éfeso, no século II d.C.” (MENESES, 2000, p. 198).

“Desprezado pela ciência, por um largo tempo [...], foi com a Psicanálise que o sonho recuperou sua posição privilegiada, encarado como algo de extremo valor” (MENESES, 2000, p. 191). Segundo Peter Gay (2010, p. 112), no século XIX, alguns autores, antes de Freud procuraram empreender estudos sobre a vida onírica. Ele destaca trabalhos – bem inferiores aos de Freud – de pesquisadores como Karl Albert Scherner (*A Vida dos Sonhos*, de 1861), F. W. Hildebrandt (*O sonho e sua Utilização na Vida*, publicado em 1875) e Alfred Maury (*Sono e Sonhos*, de 1878). “Freud reconhecia polidamente que estes e outros haviam captado traços da verdade. Mas ninguém a apreendera totalmente. Era necessário recomeçar”. Freud declarava ter interpretado mais de mil sonhos seus e de seus analisandos, usando a técnica da associação livre e reconhecendo o sonho pelo que é: um sintoma. Daí extrairia uma lei geral: “*O sonho é uma realização de desejos*” (GAY, 2010, p. 112-113). Posteriormente, procurando refinar e ampliar sua teoria, propôs: “*Um sonho é a realização (disfarçada) de um desejo (suprimido, reprimido)*” (GAY, 2010, p. 114).

Quanto ao método da associação livre, supracitado, foi desenvolvido progressivamente, entre 1892 e 1898 (LAPLANCHE e PONTALIS, 2010, p. 38), e consistia em deixar o paciente deitado, bem relaxado, falando as coisas que lhe viessem à mente, por mais irrelevantes, casuais, desagradáveis ou penosas que pudessem ser. As falas poderiam ser espontâneas ou a partir de um elemento associado (palavra, número, imagem de um sonho, qualquer representação). Para o analista, ao qual cabia habilmente interpretar o que o paciente expunha, tais associações no divã trazem indícios de seus traumas e das resistências que impedem a conscientização (GAARDER, 2009, p. 466).

Numa tentativa de definição de “sonho”, Freud (2001, p. 586), diz que trata de uma “forma de expressão de impulsos que se encontram sob a pressão da resistência durante o dia, mas que puderam, durante a noite, achar reforço em fontes profundas de excitação”, em outras palavras, havendo uma diminuição da atividade censória consciente (de um ego pressionado por um superego), há concomitantemente o que se convencionou chamar de “expressão e realização de um desejo inconsciente”. Freud também defende que o conteúdo de um sonho é composto por restos diurnos (notadamente do dia imediatamente anterior) e principalmente por episódios vivenciados na infância. Podemos supor que, no fragmento de sonho acima relatado, há um Amâncio que almeja o prazer que não lhe foi proporcionado a contento pela mãe, na fase edipiana, devido às veementes pressões do pai; é como se ele estivesse buscando algo que, em um certo período, fora-lhe cerceado: o deleite de uma relação materna, mas agora sob a forma de produtos substitutivos. Isso nos impele a considerar as palavras de Freud, no sentido de que os sonhos demonstram à exaustão que o homem é um animal desejante (GAY, 2010, p. 132).

Por outro lado, por essa época, no Rio de Janeiro, o estudante buscava, incessantemente, no mundo real, encontrar figuras femininas que lhe satisfizessem os desejos. No baile, no qual o estudante demonstra ser um exímio dançador de valsas, dá-se um contato mais estreito com o público feminino – inclusive com Hortênsia – o que faz recrudescer o desejo. Há assim uma possibilidade mais concreta de suscitar uma relação, e com mulheres da burguesia carioca, tão vivas e presentes na imaginação e na fantasia⁶⁶ do provinciano, quando ainda estava em São Luís, equiparando o Rio de Janeiro a uma Paris. Quanto ao deleite presente nesse sonho, é, em certa medida, compatível com o que se passa, por exemplo, em uma das danças, por ele protagonizada, no baile:

No seu temperamento, excessivamente lascivo, gozava com sentir ligado ao corpo precioso de uma mulher de estimação; comprazia-se em beber-lhe o hálito acelerado pela dança, embebedava-se com respirar-lhe os perfumes, agudos do cabelo e o infiltrante cheiro animal da carne. (AZEVEDO, 1997, p. 103)

⁶⁶ Curiosamente, séculos antes de Freud, Aristóteles já buscava estabelecer uma articulação entre a imaginação e o desejo. E diz literalmente, no seu *Tratado Sobre a Alma*: “... a fantasia, quando se move, não se move sem o desejo” (apud MENESES, 2000, p. 192).

Há, portanto, uma relação desse fragmento tanto com os dias de infância quanto com os restos diurnos de que fala Freud.

Em seguida, nessa mesma noite, chegam os sonhos maus, os pesadelos:

Nestes, as mulheres entravam por incidente, sempre duvidosas; vultos sinistros [...], num contato frio e incômodo de carne morta. Depois sonhava-se em casa da família, voltando, porém, justamente do baile do Melo; tinha muita necessidade de repouso, queria continuar a dormir, mas a voz ríspida do pai berrava por ele da porta do quarto: “Anda daí, mandrião! Basta de cama! Vê se queres que eu te vá buscar!” E aquela voz terrível dava-lhe a todo o corpo tremor de medo, e, ao estrondo que ela fazia, vultos cor-de-rosa, de cabelos louros, fugiam espavoridos, como rãs se atiram n’água, assustadas pela presença de um boi.

Amâncio queria também fugir, mas suas pernas pareciam troncos de árvores seguros ao chão; queria gritar, mas a língua inchava-lhe na boca. (AZEVEDO, 1997, p. 111)

Seguindo também a proposta freudiana, não é difícil perceber que esse conteúdo onírico, além de se valer de ocorrências do dia imediatamente anterior, é condizente com a impotência de Amâncio em reagir a situações desagradáveis vivenciadas na primeira infância e no período de latência, justamente em função da opressora conduta paterna. Segundo Freud (2001, p. 554), “uma humilhação experimentada trinta anos antes⁶⁷ atua exatamente como uma humilhação [inclusive sob a forma de fenômenos substitutivos] ao longo desses trinta anos, assim que obtém acesso às fontes inconscientes de afeto”.

No segundo episódio onírico, ocorrido alguns meses depois, e cujo conteúdo se assemelha ao anterior, porém mais contundente, duas figuras de características semelhantes e indestrutivelmente fincadas na mente do estudante se fundem: o ex-professor Pires e o já falecido Vasconcelos:

[Amâncio] via-se entalado num enorme rosário de vértebras que se enroscava por ele, como uma cobra de ossos; grandes tíbias dançavam-lhe em derredor, atirando-lhe pancadas nas pernas [...]. O professor, transformado em juiz e ostentando as feições do falecido Vasconcelos, inquiria-o com asperezas de senhor; mas as perguntas, em vez de concernirem às matérias do ato, só se referiam a Amélia.

⁶⁷ A referência temporal expressa por Freud é simbólica, não tem de ser, portanto, exatamente trinta anos. É, na verdade, uma forma de dizer que uma das características do inconsciente é sua atemporalidade, isto é, os processos inconscientes não se alteram com a passagem do tempo e não fazem absolutamente qualquer referência a ele.

- Por que matou você a pobre menina?! bramiam o pai cravando-lhe olhares de fogo: - Responda, *seu* canalha! responda! Ah! Pensa que ainda não sei de que você, para melhor a seduzir, lhe havia prometido casamento e jurado olhar sempre por ela, *seu* cachorro?!
[...]

- Bem! Gritou o velho Vasconcelos à meia dúzia de soldados que escoltavam Amâncio. – Conduzam esse miserável ao cepo e cortem-lhe a cabeça! (AZEVEDO, 1997, p. 191)

Aqui, cabe considerar que Freud via nos sonhos a psicologia das neuroses de forma resumida. De uma maneira superficial, poderíamos supor, então, que existe nesse relato, à semelhança do pesadelo anterior, uma condensação do sofrimento infantil que nunca se esvai da mente de Amâncio. Há uma perseguição não apenas de modo consciente, mas também inconsciente. Seria apropriado, pois, recorrermos às palavras de Freud (2001, p. 528), ao asseverar que “o sonhar é, em seu conjunto, um exemplo de regressão à condição mais primitiva do sonhador, uma revivescência de sua infância”.

No entanto, o que se poderia, obviamente, perguntar é: se os sonhos são realizações de desejos, como explicar tal sonho de Amâncio?

Para Freud (2001, p. 534), “os sonhos desprazerosos podem ser também ‘sonhos de punição’. [...] O que neles se realiza é também um desejo inconsciente, a saber, o desejo do sonhador de ser punido por um impulso desejoso recalcado e proibido”. Amâncio, nessa época, vinha mantendo um relacionamento com Amélia, já à maneira de marido e mulher, do qual desejava imediatamente se livrar, pois já gozara do que a jovem podia lhe oferecer. Ele poderia, pois, estar sendo atormentado pelo medo de punição por estar ludibriando-a. Ao mesmo tempo, desejava ardentemente tanto Lúcia quanto Hortênsia, mulheres – especialmente a segunda – que já mantinham relacionamentos fixos, com seus respectivos cônjuges. Por outro lado, se a psicologia dos sonhos tem também como cerne o complexo de Édipo, faz sentido afirmarmos que tal punição poderia estar relacionada a um desejo proibido direcionado à mãe, na fase infantil, que vai encontrando formações substitutivas, a partir, como dissemos, da primeira infância, intensificando-se, gradativamente, no período de latência, na puberdade e na juventude.

Ainda em relação ao conteúdo onírico, cabe esclarecer que,

em 1920, numa comunicação a um congresso internacional de psicanalistas, Freud permitiu uma única exceção [quanto aos sonhos constituírem uma realização de desejos]: a categoria dos sonhos

traumáticos, sonhos que evocam acidentes ou traumas infantis. E mesmo eles revelaram não ser uma exceção de fato: os sonhos traumáticos também cabem na teoria do sonho como realização de desejos, na medida em que encarnam o desejo de dominar o trauma, elaborando-o. (GAY, 2010, p. 113)

De maneira geral, é possível percebermos que existe, em conformidade com a teoria freudiana, um vínculo dos sonhos (agradáveis ou não) de Amâncio tanto com o período infantil quanto com o contemporâneo, nos quais se verifica também uma espécie de medo de sofrer que o atormenta de modo incisivo. Freud (1938, p. 184) esclarece que “não se deve esquecer que os sonhos são invariavelmente o produto de um conflito, que eles são uma espécie de estrutura de reconciliação”, no sentido de proporcionar satisfação ao id. E, exaustivamente, ele [Freud] lembrou que os sonhos não são o único caminho, mas o principal⁶⁸, para se chegar ao inconsciente (EAGLETON, 2003, p. 218).

Há, ainda, um fato interessante que se relaciona à questão discutida acima e ao que se discutirá em seguida (as cartas enviadas pelos pais). O narrador parece querer explicar, pelo menos parcialmente, o porquê da ocorrência desses pesadelos, especialmente o último:

Amâncio perturbou-se deveras com a morte do pai. Há bastante tempo mentalizava projetos de, em voltando à província, tratá-lo de modo tão carinhoso e tão amigo, que sua consciência ficasse, por uma vez, tranquila a esse respeito. Havia no segredo de tal intenção o sabor inefável de um voto religioso. E seus planos, assim malogrados de repente, enchiam-lhe agora o coração de tristeza e as noites de sonhos tormentosos. (AZEVEDO, 1997, p. 186)

Parece ter acometido o filho um sentimento de culpa, que se expressa, segundo Freud (1930, p. 127), por uma necessidade de punição, devido a uma tensão entre o severo superego e o ego, que se acha sujeito àquele.

Alguns dias antes do último pesadelo referido, Amâncio recebera duas cartas, uma de sua mãe, outra de seu pai. Este nunca havia se dirigido ao filho em carta

⁶⁸ “Há também aquilo que Freud chamou de ‘parapraxes’, lapsos inexplicáveis de língua, falhas da memória, confusões, leituras errôneas e colocação de objetos em lugares errados, que podem ser atribuídos aos desejos e intenções inconscientes” (EAGLETON, 2003, p. 218).

específica. Como era de se esperar, “abriu logo a de Ângela, sofregamente, e a imagem da santa, que as últimas agitações da vida do rapaz haviam nublado por instantes, como nuvens que escondem uma estrela guiadora, mal começou a leitura, ressurgiu inteira à memória dele” (AZEVEDO, 1997, p. 129).

O que o surpreendeu, porém, foi a correspondência paterna; pela primeira vez, Vasconcelos o tratava com afabilidade e condescendência, inclusive usando o inusitado vocativo “Meu filho”, o que lhe causou, naturalmente, certa estranheza. Bem ao modelo naturalista, o próprio narrador, procurando estabelecer um vínculo – ou relação de causa e efeito –, entre passado e futuro, tenta nos dar explicações no tocante ao ressentimento⁶⁹ que aí já tomara conta de Amâncio:

Até então, nunca recebera de seu pai esse carinhoso tratamento. O Vasconcelos nem ao menos o tratara por tu; nunca lhe dera a beijar a mão ou a face, nunca lhe abrira, enfim, o coração quando este se achava ainda brando e maleável, para depor aí as sementes da ternura [...].

Como exigir de Amâncio que tivesse agora as virtudes que, em estação propícia, lhe não plantaram na alma? [...]

Ele, coitado, havia fatalmente de ser mau, covarde e traiçoeiro. Na ramificação de seu caráter a sensualidade era o galho único desenvolvido e enfolhado, porque de todos só esse podia crescer e medrar sem auxílios exteriores.

Vasconcelos, por conseguinte, chegou tarde; encontrou já enrijado e duro o coração do filho. (AZEVEDO, 1997, p. 129-130)

Apesar de não mais conseguir fazer crescer dentro de si um sentimento mais sólido de amizade para com o pai, por alguns instantes parece se sentir também responsável e culpado por aquela situação. É como se estivesse, mais uma vez, sendo tomado por aquela ambivalência que caracteriza o comportamento do menino no período edípico, mesclando-se sentimentos e relações de amor e ódio:

Não obstante, um vago sentimento, ao mesmo tempo amargo e agradável, apoderou-se dele. Desfrutava certo gosto em merecer aquela intimidade paterna; mas, por outro lado, doía-lhe a consciência por não ter sido melhor filho; como se o pobre rapaz de qualquer forma contribuísse para semelhante falta.

E, então, acudiu-lhe à memória uma circunstância de que jamais se havia lembrado, - a despedida do pai. Vasconcelos estava bastante comovido nesse momento e abraçava-o chorando.

[...]

⁶⁹ Trataremos de modo mais específico do ressentimento em Amâncio, no item 2.4., em que trabalharemos também a hipocrisia.

Só agora, depois da carta, depois que soube que era amado pelo velho, uma grande tristeza invadiu-o todo, e as lágrimas rebentaram-lhe com explosão. (AZEVEDO, 1997, p. 130-131)

Entretanto, o autor, valendo-se de um tom didático, parece querer deixar clara a nocividade dos padrões socioculturais vigentes, que se traduzem em um superego cultural inibidor e bloqueador da autenticidade e de outros caracteres positivos que poderiam emergir da mente dos filhos. “Assim sucede sempre aos filhos educados à portuguesa, e cujos pais sentem vexame em lhes patentear o seu amor” (AZEVEDO, 1997, p. 131). “Néscios! Julgam que com isso estabelecem uma corrente de respeito entre eles e os filhos” (AZEVEDO, 1997, p. 131).

Notamos, pois, que Vasconcelos (o pai), também era um indivíduo de atitudes dissimuladas, daí “tal pai, tal filho”, como uma forma de dar sequência a um comportamento transferido de uma para outra geração. Amâncio corresponde, ainda que inconscientemente, e não sendo necessariamente feliz, a uma tradição cultural, o que nos faz compreender o pensamento de Freud, no sentido de que precisamos da cultura, mas com ela não vivemos felizes (GAY, 2010, p. 497). É necessário que o filho tome o pai como espelho, havendo assim, um processo de identificação. Esta, para Freud, constitui “um processo psicológico no qual o sujeito assimila um aspecto do outro e é transformado, inteira ou parcialmente, de acordo com o modelo que o outro fornece” (CULLER, 1999, p. 112).

Ainda nessa perspectiva, façamos uso das palavras de Azevedo (1997, p. 131), que, bem ao estilo naturalista, continua a lançar mão de um tom dissertativo-argumentativo, numa tentativa de simplificar e compreender essa relação pai-filho, como quem pretende induzir o leitor a uma reflexão:

Amou-o, mas com disfarce; fingiu-se diretor inflexível, quando era simplesmente um pai como qualquer outro. [...] Muita vez sentiu o coração saltar para o filho, mas sempre se conteve, receoso de cair no ridículo.

E não se lembrava, o imprudente, de que o amor de pai é bem contrário ao amor de filho; [...] o primeiro existirá fatalmente, por uma lei indefectível da natureza; ao passo que o segundo só aparecerá se lhe derem elementos de vida. Foi desses elementos que Amâncio nunca dispôs para poder amar o pai.

Com a falta desses elementos que comprovam o amor paterno e com os mesmos em demasia provenientes de Ângela, Amâncio desenvolve o que Horney

denomina *conflito básico*, que pode caracterizar uma neurose. Conseqüentemente, apresenta um comportamento caracterizado acima de tudo pela hipocrisia e pela busca indiscriminada e compulsiva de satisfação afetivo-sexual, visto não poder desfrutar, satisfatoriamente, em época propícia, dos carinhos maternos.

2.3. Uma busca indiscriminada e compulsiva de satisfação afetivo-sexual

Freud afirma que “todo desejo nasce de uma falta, que o desejo luta continuamente para suprir” (EAGLETON, 1983, p. 180). Partindo dessa afirmação teórica, podemos depreender que, com a cessação dos afagos maternos, surge e desenvolve-se em Amâncio uma necessidade⁷⁰ inconsciente de compensá-los. Isso ocorre porque “o núcleo do inconsciente consiste em representantes instintuais que procuram descarregar sua catexia⁷¹; isto é, consiste em impulsos carregados de desejo” (FREUD, 1915, p. 191). Também neste tocante, considerando os elementos culturais de ordem sociofamiliar já referidos, tal necessidade de compensação existe em virtude de uma repressão imposta exageradamente pelo superego. Isso ainda na fase edipiana, conforme nos apresenta a obra.

Já na fase de latência, há geralmente uma espécie de dessexualização dos impulsos, ou seja, suas funções originais dão lugar a formações substitutivas, caracterizando assim o que poderíamos chamar de sublimação. Nesse sentido, o caminho mais próximo para essa substituição da libido⁷² erótica pela libido do ego,

⁷⁰ Segundo Freud (1915, p. 124), “o melhor termo para caracterizar um estímulo instintual seria ‘necessidade’. O que elimina uma necessidade é a ‘satisfação’”.

⁷¹ Por “catexia” ou “energia catexial” (termo que guarda certa complexidade), podemos entender, de modo simplificado, como sendo “determinada quantidade de excitação inconsciente” (FREUD, 2001, p. 568). Laplanche e Pontalis (2010) usam, como sinônimo, o termo “investimento”.

⁷² Seria presunçoso dizer que postulamos aqui apresentar um conceito de “libido”, termo que se tornou um dos mais complexos da teoria psicanalítica. Na verdade, é um risco tentar conceituar ou mesmo explicar, devido à ampla possibilidade de incorrerem em imprecisão. Não obstante, tecemos a seguir alguns comentários a fim de, pelo menos, clarear um pouco a noção acerca desse termo tão desencadeador de controvérsias e discussões ao longo da história da psicanálise.

Em 1909, quando Jung queixou-se a Freud de sua dificuldade para explicar a seus alunos o conceito de libido e lhe pedia uma definição mais completa, Freud respondeu secamente que não podia dar uma definição mais clara do que aquela que já tinha dado (JONES, 1989, v. 2, p. 287). Freud não era um defensor de que a ciência é feita de conceitos básicos bem definidos. Segundo ele, as ideias, que posteriormente se tornam conceitos, devem possuir, pelo menos no início, certo grau de indefinição, pois “o avanço do conhecimento [...] não tolera qualquer rigidez” (FREUD, 1915, p. 123). E tal posicionamento, ao que parece, aplica-se também à libido, que, “em certo ponto é definida simplesmente como ‘a força pela qual o instinto sexual se expressa’” (JONES, 1989, v. 2, p. 286) ou “força pela qual o instinto sexual é representado na mente – desejo sexual – e a encaramos como

isto é, para o abandono dos objetivos sexuais em proveito de uma espécie de satisfação pessoal em outro(s) plano(s), consiste nos passeios de férias à casa da avó materna, a qual não se esmera em realizar todos os gostos do neto; ao mesmo tempo, é uma forma de se desvencilhar, temporariamente, das (o)pressões infligidas pelos indivíduos representantes do superego, podendo, pois, embora parcialmente, revelar-se de modo mais autêntico:

Só na fazenda da avó conseguia desfrutar alguma liberdade, mas essa mesma não era completa e, ai! durava tão pouco tempo! Agora compreendia a razão pela qual, no mês de férias que passava aí, se tornava tão travesso e tão maligno, – é que naturalmente queria desferrar o resto do ano, que levava coagido em casa do pai. De sua infância eram aqueles meses privilegiados a coisa única que lhe merecia verdadeira saudade; ao mais estrangulavam tristes reminiscências de castigos, de sustos, apoquentações de todo o gênero. (AZEVEDO, 1997, p. 56)

análoga à força da fome ou à vontade de poder e a outras inclinações, entre as tendências do ego” (FREUD, apud JONES, 1989, v. 2. p. 286).

Jones (1989, vol. 2), que insiste em lembrar que Freud raramente era meticuloso em absorver definições precisas, refere também que, para um melhor entendimento acerca desse conceito, é inerente esclarecer que, para Freud, a sexualidade não se limita à simples união genital, caracterizadora do coito. Há, portanto, outras formas de manifestação. O que ele chamou de instinto sexual se configura como um processo psicofísico, que tem, logo, componentes tanto físicos quanto mentais. Concerniriam à libido, essencialmente, as manifestações físicas, sob qualquer modo como possam se apresentar, inclusive nas formas em que a energia sexual é sublimada.

Outro dado relevante em relação à teoria freudiana da libido é que ela desempenha papel fundamental na explicação da sexualidade infantil, que remonta aos anos 1890. Concomitantemente ao desenvolvimento das fases do desenvolvimento infantil (oral, anal e genital), há o desenvolvimento da libido. Esta, portanto, não se inicia na puberdade, e a criança, desde cedo, já experimenta sensações e fantasias de natureza sexual. O bebê, por exemplo, não suga o leite materno apenas por fome, mas também por um desejo de gratificação erótica. “O estudo psicanalítico do início da infância e o conhecimento das perversões adultas levaram Freud a reconhecer que a sexualidade tem muitas manifestações além [conforme dissemos] da simples união genital do coito. O instinto não começa dessa forma acabada” (JONES, 1989, v. 2, p. 287). Assim como Freud ampliou o conceito de mental, também ampliou o conceito de sexual, mas, conforme referimos anteriormente, não sem causar dissabores e repugnância, em especial no que tange à sexualidade infantil. Freud, entretanto, não foi o primeiro a referir-se a essa sexualidade. O que ele tinha de peculiar, então, que o tornou alvo de tanto ódio?

Para Mezan (2006, p. 125), há dois pontos fundamentais a serem considerados:

1. “O que há de escandaloso nas ideias freudianas é que elas colocam o sexo não apenas na esfera do orgânico, mas também no domínio do psíquico”.

2. Freud aboliu as fronteiras entre o normal e o patológico; dessa forma o sexo estaria presente na mente de qualquer indivíduo, desde a infância: “As variadas perturbações mentais a que se referem os estudos sexológicos de Krafft-Ebing e de outros [que antecederam Freud] ocorrem, sem exceção, em tarados, criminosos e loucos; as pacientes de Charcot estão na fronteira da doença mental; é a criança masturbadora que tem diante de si um futuro sombrio, poupado à criança virtuosa, e assim por diante. Ora, o que Freud introduz, com a noção de defesa e a teoria de repressão que dela se origina, é a ideia de que os fenômenos histéricos têm um sentido, que surgem em virtude de um processo psíquico e do retorno do reprimido a partir do inconsciente; que, em suma, uma vez que a histeria não se origina de taras hereditárias nem de acidentes orgânicos, e sim de acontecimentos banais na vida das pessoas, qualquer um pode sucumbir a ela” (MEZAN, 2006, p. 126).

Por outro lado, é possível perceber que, mesmo no período de latência, os impulsos libidinais de Amâncio não são de todo dessexualizados, conforme se percebe nas conversas e brincadeiras voluptuosas com as criadas, que folgavam em tê-lo perto de si, e nas visitas às “mulatinhas da vizinhança”, ocasionando inclusive uma certa irritação (que pode soar como uma espécie de ciúme) por parte da mãe:

- O demoninho era levado!
E assim se foi tornando mulherengo, fraldeiro, amigo das saias.
A mãe, quando ouvia da varanda as risadas da criadagem, gritava logo pelo filho.
- Já vou, mamãe! respondia Amâncio.
- Lá estava o diabrete do menino às voltas com as raparigas no quarto de goma! Oh! **Que birra tinha ela disso!...**
Mas Amâncio não se corrigia. É que ali ao menos não chegaria o pai. (AZEVEDO, 1997, p. 57, grifo nosso)

É curioso o fato de haver muitas vezes uma correspondência objetal⁷³, acelerando esse processo crescente de satisfação instintiva, que equivale, segundo Freud (1930, p. 86) ao estado de felicidade:

Às vezes, quando ia passear à casa de alguma família conhecida, arranjava-se com as moças, gostava de acompanhá-las por toda parte, fazendo-se muito dócil e amigo de servir. [...] Algumas lhe perguntavam brincando se ele as queria para mulher, se queria “ser seu noivo”. Amâncio respondia que sim com um arrepio. E daí a pouco ficavam as moças muito surpreendidas quando o demônio do menino lhes saltava ao colo e principiava a beijar-lhes sofregamente o pescoço e os cabelos ou a meter-lhes a língua pelos ouvidos. (AZEVEDO, 1997, p. 57)

Há, portanto, na narrativa, indícios de uma precocidade sexual, que, segundo Freud (1905, p. 227), “dificulta o desejável domínio posterior da pulsão sexual pelas instâncias anímicas superiores, e aumenta o caráter compulsivo que, à parte isso, os substitutos psíquicos da pulsão reivindicam para si”, conforme se perceberá a partir da puberdade do jovem provinciano.

Para Freud (1924, p. 197), o processo de dissolução do complexo de Édipo é mais que uma repressão. Consiste, na verdade em uma destruição e abolição do complexo, analogamente ao que ocorre com os dentes de leite, ao darem lugar aos permanentes. Não é fácil identificar claramente a fronteira entre o normal e o

⁷³ Sobre sujeito e objeto, à luz da teoria freudiana, ver nota de rodapé, p. 61.

patológico, em termos de superação ou não. “Se o ego, na realidade, não conseguiu muito mais que uma *repressão* do complexo, este persiste em estado inconsciente no id e manifestará mais tarde seu efeito patogênico” (FREUD, 1924, p. 197).

Ao que parece, em Amâncio, o complexo não rui, a julgar, parcialmente e de modo ainda preliminar, pelo comportamento manifestado nesse período em que normalmente há uma interrupção no desenvolvimento sexual da criança. E, mais ainda, tais características comportamentais, situadas sempre entre o afetivo e o sexual (inclinando-se ora mais para um, ora mais para outro, associados a uma certa frivolidade), são ratificadas, com mais intensidade, alguns anos depois, na adolescência. Não existe simplesmente uma inibição das tendências libidinais em favor dos impulsos de afeição, e, ainda que houvesse, tais impulsos, da forma como são manifestados, parecem exceder os limites (embora não mensuráveis) ditos “normais”.

Dos 15 aos 20 anos, há uma coleção – ou “rosário” – de “amores”, inclusive mulheres casadas, que alimentam seu espírito sensual, mesquinho e vaidoso (AZEVEDO, 1997, p. 34). Porém, com o passar do tempo, já não se satisfaz com as mulheres da pacata São Luís. O seu pensamento volta-se para a corte; dispõe de dinheiro, e o Rio de Janeiro constitui seu maior anseio, afigurando-se como uma “Paris de Alexandre Dumas”. Com as muito favoráveis condições financeiras, supõe poder desfrutar de prazeres com as mulheres mais belas da corte. Esse sonho intensifica-se ainda mais com a leitura de romances e poesias. Entre outras obras,

leu a *Graziella* e o *Raphael* de Lamartine. Ficou possuído de uma grande tristeza; as lágrimas saltaram-lhe sobre as páginas do livro. Sentiu necessidade de amar por aquele processo, [...].

Julgou-se infeliz, sacrificado nas suas aspirações, no seu ideal. Precisava viver, gozar sem limites... Não ali, perto da família, estudando miseráveis lições do Liceu, mas além, muito além, onde não fosse conhecido, onde tudo para ele apresentasse surpresas de uma outra vida,[...]. (AZEVEDO, 1997, p. 31-32)

Em relação a esse vínculo entre literatura e mudança comportamental do leitor, Leite (1987, p. 234) diz que

a afirmação mais prudente [...] seria supor que a pessoa não se desajusta através da leitura, mas que procura a ficção desajustadora quando experimenta dificuldades de ajustamento. Os

comportamentos aprendidos na ficção constituem expressões de problemas anteriores.

Nesse sentido, talvez seja coerente supor que a insatisfação de Amâncio relativa aos relacionamentos acumulados que já não lhe satisfaziam pode tê-lo impulsionado a uma suposta válvula de escape representada pela arte literária. À semelhança de uma “mão dupla” (ele busca algo na literatura, e esta lhe oferece algo), a ficção lhe proporciona emoções e sentimentos compatíveis com seu estado problemático (de descontentamento) experimentado antes da leitura. Existe, de um modo geral, em seu comportamento, um misto de literatura, boemia, sexo, álcool e, ainda que sutilmente, desejo de afeição:

Às vezes entrava em casa ao amanhecer. Não podia dormir logo; vinha excitado, sacudido pelas impressões e pela bebedeira da noite. Atirava-se à rede, com uma vertigem impotente de conceber poesias byronianas, escrever coisas no gênero de Álvares de Azevedo, cantar orgias, extravagâncias, delírios.

[...]

As criadas da casa ou as mulatinhas da vizinhança já o enfiavam: era preciso descobrir amores mais finos, mais dignos, que, nem só lhe contentassem a carne, como igualmente lhe socorressem as ânsias da imaginação. (AZEVEDO, 1997, p. 31)

Na capital fluminense, de início sente-se frequentemente aborrecido. O principal motivo consiste em não ter amigos com quem possa se divertir, já que o único companheiro é o Campos, em cuja casa está hospedado. E este, um senhor casado, reservado, velho conhecido de Vasconcelos – o pai –, não apresenta a mesma disposição nem os mesmos objetivos do rapaz.

Resta a Amâncio, muitas vezes instintivamente, dedicar grande parte do tempo às lembranças da mãe, cada vez com muito mais afeto, mentalizando, inclusive, planos de melhor conduta, quando retornasse ao Maranhão.

E escreveu: “Mamãe.”

Hesitou logo. Aquele modo de tratar não lhe pareceu conveniente; queria uma carta de efeito, com estilo, uma carta a primor, que desse ideia de seu talento e ao mesmo tempo de sua afeição:

“Minha querida mãe.

Eis-me na grande Corte, que aliás me parece estúpida e acanhada por achar-me longe de vossemecê...” (AZEVEDO, 1997, p. 38)

Nessa mesma carta, compartilha com ela – Ângela – a sua solidão: “Aqui nada me falta, é certo, mas igualmente nada me satisfaz, porque estou muito isolado e aborrecido” (AZEVEDO, 1997, p. 39).

Ganha corpo uma ansiedade para destruir a solidão que o aflige. Segundo Horney (MULLAHY, 1975, p. 236), “a ansiedade é a causa ou motor eficiente para pôr o processo neurótico em marcha e mantê-lo funcionando.” Essa ansiedade dificilmente é superada, pois, conforme diz a mesma autora, “o neurótico tem a impressão de que permanece isolado em seu caminho” (MULLAHY, 1975, p. 235).

Mas, enfim, Amâncio encontra um velho condiscípulo do Maranhão, o Paiva Rocha, e não dispõe de cautela em renovar a amizade com ele e em principiar um contato, que se tornaria cada vez mais crescente e intenso, com os colegas do conterrâneo: Salustiano Simões e João Coqueiro (com este o relacionamento se tornaria, acima de tudo, pernicioso). Antes de estes aparecerem e intervirem na conversa entre os dois maranhenses, Amâncio, pateticamente, faz muito mais que pedir para o Paiva não deixá-lo sozinho:

Paiva bocejou; o outro estava “caceteando”. Quis safar-se.
- Espera! implorou Amâncio, apoderando-se-lhe de novo da gola do fraque. – Espera! Onde vais tu?... Conversa mais um pouco! suplicava ele com a voz infeliz de quem pede uma esmola. Não te vás ainda! Que pressa! (AZEVEDO, 1997, p. 41)

Por intermédio do colega, rapidamente se transfere da casa do Campos para a casa de pensão de Coqueiro. Mesmo não dispor de um conhecimento mais sólido acerca do proprietário da casa de pensão e de sua família, essa atitude é explicável, já que, como diz Horney, “o neurótico tende em promover muito reduzida discriminação em sua escolha de amigos” (MULLAHY, 1975, p. 246). Por outro lado, considerando as situações deleitosas que posteriormente lhe proporcionam a nova moradia, ou efetivamente Amélia, e, levando em conta que “a casa para moradia”, conforme aponta Freud (1930, p. 97) “constitui um substituto do útero materno, o primeiro alojamento, pelo qual, com toda probabilidade, o homem ainda anseia, e no qual se achava seguro e se sentia à vontade”⁷⁴, tal procedimento de Amâncio é entendível e compreensível, pois, pelo menos num primeiro momento, supunha ele

⁷⁴ Sobre essa temática, em 1924, Otto Rank, discípulo de Freud, publicou “*O Trauma do Nascimento*, dedicado a Freud [...]. O livro apontava o trauma do nascimento e a fantasia de voltar ao útero materno como elementos muito mais importantes na história da mente do que outros traumas e fantasias posteriores. Mas Freud se manteve imperturbável” (GAY, 2010, p. 430).

que não lhe faltariam prazer, segurança, carinho e amizade. É tomado por uma certa imprudência, mas o desejo de “retornar ao útero materno” se sobrepõe.

Quanto aos desejos de cunho mais erótico e mesmo lascivo, há, no texto, certas evidências de uma obsessão que, em determinados momentos, levam-no à compulsão. Há três mulheres que nos permitem, com mais clareza e segurança, corroborar essa afirmação. São elas: Hortênsia (mulher do Campos), Lúcia (hóspede da casa de pensão e cônjuge do Pereira, a quem ela desprezava), e Amélia, com quem o jovem maranhense mantém um relacionamento de alguns meses à feição de marido e mulher. Em relação às duas primeiras, não conseguiu concretizar seus intentos de caráter erótico-sexual, ou, por assim dizer, consumir uma relação carnal. Tais intentos se realizam apenas no pensamento. Além dessas mulheres, há outras em relação às quais o “vilãozinho” Amâncio, com menor intensidade, demonstra suas características obsessivo-compulsivas.

Falemos, então, dessas três mulheres, que, aliás, talvez não por acaso, são mais velhas⁷⁵ que Amâncio, o que nos induz a pensar que tal perfil feminino resulta de uma escolha inconsciente muito relacionada à figura materna. Segundo Freud (1905, p. 217), “pode-se presumir, no tocante ao homem, que sua lembrança infantil de ternura da mãe e de outras pessoas do sexo feminino a quem ficava entregue quando criança contribui energicamente para nortear sua escolha para a mulher”.

Quanto a Hortênsia, logo no primeiro dia de Amâncio no Rio de Janeiro, sente por ela uma enorme e crescente atração. Na primeira noite no hotel *Coroa de Ouro*, “...bocejando, via de olhos fechados o vulto amoroso de Hortênsia a sorrir para ele, estendendo-lhe no ar os belos braços palpitantes e carnudos” (AZEVEDO, 1997, p. 21). O desejo físico por Hortênsia, nunca saciado, não se desfaz, mesmo com a existência de outros relacionamentos. “E seu desejo vil começava a despi-la, peça por peça, até deixá-la completamente nua” (AZEVEDO, 1997, p. 58). É para Hortênsia que Amâncio, não calculando os riscos iminentes – pois se tratava da mulher do homem que, além de tê-lo hospedado por alguns dias, era grande amigo de Vasconcelos (o pai) –, escreve uma carta em que declara de forma bastante aberta o seu “amor”, e, ainda que a correspondência seja subtraída por Amélia, com quem já mantinha um relacionamento entre estável e tempestuoso, não hesita em escrever outra, que de fato chega às mãos de Hortênsia. Além do desejo

⁷⁵ Não há, no texto, referência direta à idade de Hortênsia e à de Lúcia, mas há fortes indícios de que têm (bem) mais de 20 anos – idade de Amâncio. Amélia tem 23 anos.

incontrolável, tal atitude se dá, também, por ser levado por uma certa presunção, embora Hortênsia nunca deixe transparecer com clareza que pretende ceder aos rogos e investidas do rapaz. Somente quando Amâncio se encontra preso e sendo processado, é que ela, em seus pensamentos, dá mostras de arrependimento por não lhe ter correspondido, o que não nos dá certeza de que, em sendo possível, ela satisfaria os desejos dele.

E, quando se revoltassem todos contra o infeliz, teria ela, Hortênsia, o direito de fazer o mesmo?... Não lhe caberia grande parte na culpa de que o acusavam? Não poderia ela, só ela, ter evitado aquilo tudo com uma simples palavra de amor?... [...] Tudo aquilo sucedera, porque ela o repelira; porque ela, a imprudente, fechara-lhe os braços, quando o desgraçado, louco de paixão, lhe suplicava por tudo um bocado de amor, um pouco de caridade!...

Antes tivesse cedido!

E embravecia-lhe o pranto. – Antes tivesse, porque, se assim fosse, o pobre moço, com certeza, não pensaria na outra! (AZEVEDO, 1997, p. 238)

Mais como uma mãe que se vê e se mostra com muito dó do filho do que como uma mulher de fato apaixonada, Hortênsia, buscando suavizar aquela circunstância, responde à carta de Amâncio, o que soa a este mais como uma provocação do que como um ato de sinceridade, uma vez que tais palavras, reproduzidas abaixo, não lhe foram ditas e colocadas em prática em tempo propício: “Que estava arrependida, que o adorava, que seria capaz de tudo por lhe dar um momento de ventura e que o esperava de braços abertos, logo que ele se achasse em liberdade.” (AZEVEDO, 1997, p. 240).

Em relação a Lúcia, convém lembrar inicialmente que suas intenções – malogradas – para com o rapaz eram apenas de ordem pecuniária, o que, num primeiro momento, ele não percebeu, mas depois, por intermédio do perspicaz Coqueiro, tomou conhecimento. “Quando constou a Lúcia que Amâncio era rico e atoleimado, uma nova esperança [de livrar-se do ‘estafermo’ Pereira e equilibrar-se financeiramente] radiou-lhe no coração. – É agora!... disse. E preparou-se para o combate” (AZEVEDO, 1997, p. 118). É memorável a noite em que Amâncio, após receber um ramalhete de flores, bem como saber a verdadeira identidade da remetente (Lúcia) – num primeiro momento supôs que fosse de Hortênsia –, é acometido por um estado que, gradativamente, vai da impaciência, passando pela

aflição e pela ansiedade, ao desespero, por não conseguir satisfazer seus impulsos sexuais:

E um apetite brutal, inadiável, substituiu logo a calma simpatia que lhe inspirara Lúcia. Desde que se capacitou de que eram dela os ramilhetes, desejou-a com urgência; [...] E voltava-se de um para outro lado da cama, sem conseguir pegar no sono. Esperar até o dia seguinte o momento de estar com ela afigurava-se-lhe um sacrifício enorme, quase invencível. (AZEVEDO, 1997, p. 119)

Posteriormente, devido à insônia e à impossibilidade de ser contemplado nos seus desejos, tenta, inutilmente, voltar a atenção para os livros da faculdade. Em seguida, impulsionado pelo id, deixa o seu quarto e se dirige ao quarto de Lúcia:

Amâncio parou defronte do n° 8. – Era ali! Encostou o ouvido à fechadura; nem sinal de vida. – Lúcia com certeza dormia profundamente. [...] Aquela afigurava-se-lhe uma afronta ao seu amor-próprio, um atentado contra o seu orgulho! E, quanto mais se convencia da impossibilidade de falar essa noite a Lúcia, mais e mais os seus sentidos se assanhavam! (AZEVEDO, 1997, p. 121)

A partir daí, já não importaria quem fosse a mulher que lhe saciasse os desejos, não pensava mais especificamente em Lúcia. Esta já não era, portanto, o único objeto dos seus impulsos. O importante seria livrar-se daquela “armadura em brasa”. “As suas amantes do passado [há pouco tão sem graça] eram agora ainda mais atraentes e formosas; em todas elas não havia um lábio sem sorriso, um olhar sem fogo, era tudo opulento de graças e de meiguices, era tudo encantador e completo” (AZEVEDO, 1997, p. 122).

E o clímax desse desejo, que se configura como um estado aflitivo e desesperador – afigurando-se também, para nós, como o auge do seu estado obsessivo-compulsivo – pode ser atestado com a seguinte passagem: “Seu desejo, estimulado e tonto, evocava então todos os meios de saciar-se; descobria hipóteses absurdas, inventava possibilidades que não existiam. Amâncio chegou a pensar em Amélia, em Mme. Brizard, na mucama, e até, que horror! Em Nini!” (AZEVEDO, 1997, p. 122).

É importante lembrar que Nini era uma doente mental, enteada de Coqueiro, bem como na descrição da personagem, o autor enfatiza o seu elevado aspecto disforme, decorrente, dentre outros fatores, da medicação que lhe era ministrada sistematicamente.

Dessa forma, as etapas desse episódio, em que se vê um indivíduo descontrolado, fazem-nos recorrer às palavras de Freud, ao referir-se às tendências eróticas sentidas pelo id como necessidade, ainda numa fase infantil (pós-oral), quando “o ego, que inicialmente ainda é fraco, dá-se conta das catexias do objeto, e sujeita-se a elas ou tenta desviá-las pelo processo de repressão” (FREUD, 1923, p. 42). O ego de Amâncio, portanto, semelhante ao de uma criança, “opta”, nesse episódio, pela primeira alternativa, ou seja, é dominado pelas pressões do id, não se afirmando coerentemente. Somente após os gemidos do inquilino do número 7 – que portava uma doença crônica – e uma confusão que envolve diversos inquilinos da casa, com reclamações e agressões verbais, além de alguns surgirem nos corredores, é que Amâncio se recolhe aos seus lençóis, sendo compelido, assim, a pôr uma espécie de freio nos seus impulsos.

Ainda em relação às frustradas investidas em relação a Lúcia, quando esta já não mais reside na casa de pensão, o jovem, pela última vez, insiste em que ela ceda aos impulsos dele, fazendo uso, inclusive de expedientes fora dos limites aceitáveis:

O rapaz parecia louco no seu desejo.

[...]

E, num esfolegar febril e ruidoso, suplicava-lhe um pouco de compaixão, ao menos; que não o torturasse daquele modo; que não o obrigasse a sucumbir ao desespero de sua paixão!

Lúcia não atendeu. – Ele que deixasse a casa de Mme. Brizard e...

Apesar da enérgica recusa, Amâncio insistia sempre.

- Não seja teimoso, repreendeu ela, arrancando-lhe as saias da mão.

– Oh!

Ele, porém, não se desenganava e até já recorria à violência.

[...]

Amâncio ao seu lado bufava, imóvel, emitindo sobre ela olhares de cólera. (AZEVEDO, 1997, p. 181)

Patenteia-se, portanto, e cremos que não há excesso em afirmarmos isto, um Amâncio que, no conjunto dos fatos, não consegue, em termos comportamentais, aproximar-se daquele ser humano sensato de que fala Freud: ao ser pressionado, consegue pelo menos uma trégua entre desejo e controle (GAY, 2010, p. 497).

Quanto a Amélia, os sentimentos do rapaz percorrem do desejo carnal, passando pela afeição, e retornando aos apelos da carne, que às vezes se confunde com uma necessidade de carinho, mas deixando prevalecer o aspecto físico.

No primeiro dia na casa de pensão e, por conseguinte, ao ver Amélia pela primeira vez,

Amâncio considerou intimamente que a achava deliciosa. – Um mimo!

E, de fato, Amélia nesse dia estava encantadora.

Amâncio, bebendo aos goles distraídos a sua cerveja nacional, via e sentia tudo isso, e, sem perceber, deixava-se tomar das graças de Amélia. Já lhe preava a carne o mordente calor daquele corpo; já o invadiam o perfume sombroso daquele cabelo e a luz embriagadora daqueles olhos; já o enleava e cingia a doce sensibilidade daquela voz, quebrada, curva, cheia de ondulações, como a cauda de uma cobra. (AZEVEDO, 1997, p. 78)

É madame Brizard que, como quem capta e visualiza os instintos mal-educados de Amâncio, o qual, internamente, já imaginava e calculava encontros inesperados com Amélia, aconselha a jovem:

Já compreendi bem esse sujeito: a sua corda sensível são as mulheres! Gosta que lhe falem nisso! Tu, do que precisas, é opor-lhe dificuldades, sem que o desenganes por uma vez; nega, mas promete, que obterás a vitória. Quando ele te pedir um beijo, dá-lhe um sorriso; e, quando quiser muito mais, dá-lhe então o beijo, contanto que mostres logo arrependida, envergonhada, chorosa, inconsolável. (AZEVEDO, 1997, p. 99)

Ao fixar morada, porém, e, apesar da trama dos proprietários da casa com o propósito de unir os dois jovens, para, só assim, obterem a tão sonhada segurança financeira, Amâncio vai se tornando indiferente, o que pode parecer uma atitude contrária às suas manifestações sintomáticas até então verificadas; tal atitude é entendível, entretanto, no sentido de se considerar mais atrativo o proibido, à semelhança do que ocorre numa relação edipiana. Tanto é que “se Amélia e Lúcia trocassem os papéis, isto é, se aquela se negasse e esta se oferecesse, é de supor que Amâncio desdenhasse a última e ambicionasse a primeira” (AZEVEDO, 1997, p. 165). Não é demais ressaltar que algumas de suas principais lembranças amorosas são de mulheres casadas, assim como também eram casadas Lúcia (pelo menos supostamente) e Hortênsia. Nessa perspectiva é compreensível a atitude do rapaz

para com Amélia, principalmente após os cuidados que por ela lhe são dispensados, por ocasião de uma enfermidade:

O provinciano, muito desvigorizado com a moléstia, sentia perfeitamente que os lúbricos impulsos, que dantes lhe inspirava a graciosa rapariga, iam-se agora destecendo e dissipando à luz de um novo sentimento de gratidão e respeito. A primitiva Amélia desaparecia aos poucos, para dar lugar àquela extremosa criança, àquela irmãzinha venerável, que lhe enchia o quarto com o frescor balsâmico de sua virgindade e rociava-lhe o coração com a trêfega mimalhice de sua ternura.

[...]

Ele, às vezes, já se fazia mais doente e mais carecido de cuidados, só para desfrutar os mimos da enfermeira. (AZEVEDO, 1997, p. 148)

Essa constitui uma das passagens da obra que mais apresentam uma proximidade entre a relação de Amâncio com a mãe e sua relação com outra mulher, em termos afetivos. E “há, porventura, algo mais natural do que persistirmos na busca da felicidade do modo como a encontramos pela primeira vez?” (FREUD, 1930, p. 89). Até então, Amâncio não encontrara tais desvelos. Em um dado episódio, em que a menina cuida dos pertences dele, a analogia é tamanha que o estudante não consegue conter o choro, numa espécie de revivescência pueril:

Sentia-se o amor, o desvelo, com que tudo aquilo fora arrumado; cada objeto parecia conservar ainda a marca da mão carinhosa que o acondicionara a um canto da arca.

[...]

Vieram ao provinciano novas e mais vivas saudades de Ângela. Uma vaga tristeza apoderou-se dele. [...]

E afastou-se do quarto para limpar as lágrimas. (AZEVEDO, 1997, p. 100)

Não obstante, ele é um obsessivo-compulsivo, e, a despeito do suposto “carinho fraternal” feminino, sucumbe aos impulsos carnavais, estimulados, claro, pela tríade: Coqueiro, Amélia e Mme. Brizard, e pelas rejeições vindas de Lúcia e Hortênsia. Só resta Amélia, a qual, como último recurso, para atrair o rapaz, apela para a declaração amorosa, sintetizada por um “eu te amo”. Com o terreno propício, chega a ocasião em que o estudante começa

a beijá-la sofregamente, desde a ponta dos dedos até os bíceps; enquanto Amélia, sempre escondida ia consentindo, toda ela arrepiada em cócegas.

- Um beijinho... pediu ele, mostrando o rosto.

- Logo!
- Com certeza? ...
- Com certeza!

E a pequena desapareceu muito ligeira, - tique, tique, tique, pela escada.

Pouco depois combinaram a primeira entrevista. [...]

O rapaz não pôde ficar tranquilo mais um instante.

As horas nunca lhe pareceram tão longas e as conversas tão intermináveis. Um sobressalto feliz perturbava-o todo, tirava-lhe o apetite e não lhe permitia um pensamento que não fosse cair aos pés de Amélia. (AZEVEDO, 1997, 183)

Para o jovem, após o primeiro encontro, reinam, na casa de pensão, e depois em Santa Teresa – para onde se mudam seguindo orientação médica, após a doença contagiosa (catapora) que acomete Amâncio – uma paz e uma agradabilidade incalculáveis. A lua de mel corre, a olhos vistos, serena, com a anuência não declarada do irmão e da cunhada de Amélia. A tríade, em contrapartida, não cessa de usufruir do suporte financeiro do provinciano.

Fugiu o primeiro mês de lua de mel, sem o menor eclipse. Contudo, ele agora puxava um pouco mais pela bolsa: a família estava em crise; a pensão de Nini [...], gêneros mais caros em Santa Teresa. Mas que valia tudo isso posto em confronto aos gozos que lhe proporcionava a deliciosa rapariga?
[...] Era como se fosse sua esposa. (AZEVEDO, 1997, p. 184)

Importa salientar, mais uma vez, que, apesar do relacionamento com Amélia, com quem já apresentava certos desentendimentos, decorrentes, em parte, da natureza insaciável do rapaz – Amélia já não se afigurava como a mulher da sua vida –, a imagem de Hortênsia não desaparece da mente do estudante:

Mas a terrível concupiscência do nortista, sobrepujando logo a fantasia do vaidoso, não resistia à tentação de possuir, ao menos em sonho, aquele belo corpo desfalecido e, como dantes, começava mentalmente a despi-lo, peça por peça, até deixá-lo em pleno escândalo da carne. (AZEVEDO, 1997, p. 220)

Outros episódios, de menor importância, contribuem para ratificar a natureza obsessivo-compulsiva do protagonista de *Casa de pensão*, a saber: a tentativa e posterior consecução de um beijo, forçosamente, em uma criada de um hotel; a tão comum ausência de concentração na leitura, em função de qualquer “frufu de saia”

que lhe passe perto; o olhar lascivo voltado para Carlotinha (não a perde de vista), cunhada do Campos, ao mesmo tempo em que deseja Hortênsia, no primeiro dia no Rio de Janeiro; a noite – imediatamente anterior ao homicídio – com a Jeanete, após o julgamento e conseqüente absolvição.

Convém destacar ainda que, diante do exposto, uma das características comportamentais mais presentes em Amâncio é a insaciabilidade. Para Horney, ela é uma das principais marcas da natureza compulsiva. E, associando essa ideia à teoria de Freud, que enfatiza a necessidade obstinada do desejo em suprir as faltas, é possível visualizar Amâncio, em âmbito sentimental, como um indivíduo que não conseguiu superar o complexo de Édipo, fazendo da mãe uma imagem idealizada e inatingível. Tanto Freud quanto Horney afirmam que, se o menino não superar com êxito o complexo de Édipo, poderá manifestar uma personalidade caracterizada por favorecer a imagem da mãe acima de todas as mulheres, podendo, na qualidade de manifestação sintomática, tornar-se cada vez mais atraído e dominado pelo desejo de contato permanente com o outro sexo, não conseguindo, entretanto, satisfazer-se jamais. Horney também assevera que o indivíduo, “apesar de medos e hesitações, se movimenta para junto das pessoas, aceitando sua própria impotência e desenvolvendo uma atitude de dependência” (MULLAHY, 1975, p. 256). No caso de Amâncio, essa dependência é desfeita apenas com sua morte. Segundos antes, o jovem balbucia a última e esperada palavra: “Mamãe”. “Então, fechou novamente os olhos estremecendo, esticou o corpo – e uma palavra doce esvoaçou-lhe nos lábios entreabertos, como um fraco e lamentoso apelo de criança: – Mamãe!...”⁷⁶ (AZEVEDO, 1997, p. 250).

2.4. Uma vida sociofamiliar dominada pela hipocrisia

Além do ambiente familiar destrutivo no qual foi criado, Amâncio foi vítima de outros fatores que contribuíram negativamente para a formação do seu caráter. O principal desses, aqui já referido, consiste em ter estudado, quando criança, em uma

⁷⁶ Tal atitude do jovem Vasconcelos assemelha-se à de um bebê, quando ainda não sabe distinguir a ausência temporária da mãe do seu desaparecimento definitivo, manifestando, segundo Freud, afetos de angústia e dor, daí recorrer ao grito, “esse enunciado ultrarreduzido, em suma esse apelo com o qual o lactente clama a sua impotência, atinge o Outro, a mãe, e suscita em retorno uma intervenção de socorro” (NASIO, 1997, p. 151).

escola que tinha como professor Antônio Pires, o qual possuía características muito semelhantes às do velho Vasconcelos. Os castigos físicos eram infligidos por Pires corriqueiramente, e os pais não contestavam o método – comum na época – aplicado pelo professor. Amâncio, porém, era considerado o mais insubordinado dos alunos, e, certa vez, a mãe, que estava ausente, fora ofendida moralmente por um colega⁷⁷. Ao revidar, o menino Vasconcelos foi punido severamente, tanto pelo mestre quanto pelo pai, apesar de este e, principalmente, Ângela terem sido objetos diretos da ofensa. E apenas ela, à noite, confessou ao filho que ele agira muito bem.

Muitos fatos semelhantes a esse ocorreram na infância do garoto. Em decorrência disso,

todo o sentimento de justiça e de honra que Amâncio possuía, transformou-se em ódio sistemático pelos seus semelhantes. Ficou fazendo um triste juízo dos homens [...].

Todas as vezes que lhe aparecia um ímpeto de coragem, sempre que lhe assistia um assomo de dignidade, sempre que pretendia repelir uma afronta, castigar um insulto, o pai ou o professor caía-lhe em cima, abafando-lhe os impulsos pundonorosos [...].

Desde logo habituou-se a fazer uma falsa ideia de seus semelhantes; julgou os homens por seu pai, seu professor e seus discípulos. – E abominou-os. (AZEVEDO, 1997, p. 25)

Não demonstra, no entanto, o seu sentimento negativo para com os sujeitos que participam de sua criação como representantes do superego – em especial o pai e o professor –, uma vez que tal manifestação de hostilidade redundaria em severos castigos físicos e/ou morais, em conformidade com as palavras de Horney:

Visto que a criança depende dos pais em todas as matérias vitais, incluindo o amor, ela poderá ter que disfarçar seu rancor, ou recalculá-lo, [...] teme que eles possam abandoná-la ou voltar-se contra ela, no caso em que manifestasse a sua hostilidade. (MULLAHY, 1975, p. 243)

Nessa mesma perspectiva, é conveniente aludirmos ao próprio Freud (1915, p. 142-143), quando diz que “se pode asseverar que os verdadeiros protótipos da relação de ódio se originam não da vida sexual, mas da luta do ego para preservar-se e manter-se”.

⁷⁷ Episódio emblemático já referido no item 2.2.

Surge, portanto, em Amâncio, um “ódio inconfesso”, caracterizador do ressentimento⁷⁸, e que lhe ocupa a mente, norteador, em certa medida, as suas relações humanas. Aquele Amâncio combativo, agressivo e protagonista do episódio escolar envolvendo a “mãe anjo” cede lugar a um indivíduo que, por medo, dependência, insegurança, vê-se compelido a não externar o seu sentimento relativo às amargas e arraigadas lembranças de injúrias particulares. Há, pois, uma impotência que se coaduna com a necessidade de o menino prescindir de sua liberdade, em função de uma dependência do(s) outro(s), sob aspectos fundamentais. Ou seja, manifestando sua hostilidade, ele poderia ter perdas maiores do que a ausência de liberdade; por outro lado, caso opte por exprimir essa liberdade, ela seria cerceada em um momento posterior – quem sabe até imediato. Sob a ótica psicanalítica, há uma sobreposição do superego – representante moral da cultura – ao id, compelindo o ego a reprimir as pulsões “negativas”. Nessa perspectiva, Haddad (2003, p. 3-4), que, por vias distintas (psicanálise e filosofia), sugere uma convergência entre os pensamentos freudiano e nietzscheano, afirma que

na verdade toda a questão do ressentimento estaria nessa impossibilidade de negociar com a satisfação dessas pulsões eróticas ou destrutivas, fato que fez com que Freud se debruçasse sobre o que ele chamou de inconsciente para teorizar a respeito dos complexos percursos que resultariam dessa luta.

Nietzsche reconhece as origens do ódio recalcado, presente no indivíduo ressentido, “nas necessidades gerais da vida em comum, na cultura e nas necessidades normativas da cultura que se opõem inelutavelmente às pulsões individuais, introduzindo o ‘mal-estar’ na civilização” (ANSART, 2004, p. 25). É essa civilização que obriga, excessivamente, Amâncio a frear seus passos e amoldar-se ao que lhe é exigido, “abdicando”, assim, do suposto direito de revelar-se autenticamente, na escola, em casa, na vizinhança e, futuramente, em um outro

⁷⁸ Ansart, que nos alerta à diversidade das formas de ressentimento – daí a preferência pela pluralização do termo –, lembra que, a despeito de cada indivíduo ressentido manter um comportamento próprio, há uma definição muito aceita, embora limitada, que estaria em conformidade com uma parte do projeto de Nietzsche: “um conjunto de ‘sentimentos’ em que predominam o ódio, o desejo de vingança e, por outro lado, o sentimento, a experiência continuada da impotência, ‘a experiência continuamente renovada’ da impotência rancorosa” (ANSART, 2004, p. 18).

estágio “familiar”, na casa de pensão. Há um ódio contido cujo principal companheiro – em nível de consciência – é a hipocrisia.

Segundo Haddad (2003, p. 7),

é justamente esse ódio, que não pode ser assumido pelo ressentido, que está na base de todas as leituras feitas sobre o ressentimento, a começar de Nietzsche. Há uma espécie de covardia moral atribuída aos ressentidos que, ao não poderem assumir o confronto e a negociação, sedimentam uma atitude de mágoa e revanche em relação ao outro e de autoindulgência em relação a si.

Essa autoindulgência é perceptível sobretudo na juventude, por ocasião das correspondências enviadas à mãe, bem como das constantes e indelévels lembranças da infância:

Um malquerer doentio invadia-lhe o coração, sempre que se lembrava do **mestre** e do **pai**. **Envolvia-os no mesmo ressentimento, no mesmo ódio surdo e inconfessável** (AZEVEDO, 1997, p. 23, grifo nosso).

E enquanto sorvia compassadamente o café, recapitulava na memória todo o seu **passado de terror e submissão**: - Antes de entrar para a escola de primeiras letras, nunca lhe deixaram transpor a porta da rua ou a porta do quintal; os outros meninos de sua idade tinham licença para empinar papagaios, brincar entrudo, queimar fogos pelo tempo de São Pedro; - ele não! depois caiu nas garras do professor, - aquela fera! [...] Afinal escapou do professor, sim! Mas continuou sob a dura vigilância do pai [...]. (AZEVEDO, 1997, p. 56, grifo nosso)

Podemos constatar, então, que esses acontecimentos desfavoráveis – mais tarde rememorados – geram consequências psíquicas negativas – em especial o ressentimento –, a começar ainda na infância, principalmente no período de latência⁷⁹, quando se forma o superego. São várias as atitudes dissimuladas, conforme pretendemos analisar em seguida.

Antes, porém, ratificamos a relação entre complexo de Édipo e mente ressentida. Kancinper, psicanalista argentino, “coloca o ressentimento no bojo dos

⁷⁹ Tal período, segundo Freud, inicia-se por volta dos seis ou sete anos de idade e estende-se até o início da puberdade.

complexos edipianos e fraternos e situa o sujeito ressentido num circuito entre a pulsão de morte, narcisismo e como uma consequência direta da inveja” (HADDAD, 2003, p. 5). Nesse sentido, não é demais lembrar que, no personagem em questão, se sobrepujam traços comportamentais vinculados a um excesso de antagonismo entre pai e mãe, que contribui para a não superação do complexo edípico, e, a isso associado, um sentimento, mesmo que sutil, de inveja, uma vez que o pai representa um lugar a ser alcançado pelo filho, não no tocante à severidade, mas no que respeita à mãe, enquanto objeto de desejo, visto que “as poucas vezes em que estavam juntos, o pai chegava no melhor da intimidade e Ângela se retraía, cortando em meio as carícias do filho, como se as recebera de um amante, em plena ilegalidade do adultério” (AZEVEDO, 1997, p. 56). Na juventude, fica patente que Amâncio inveja e deseja a presumível felicidade de Luís Campos, por este ser casado com Hortênsia, um dos alvos dos desejos erótico-sexuais do rapaz.

Não é apenas Kacincer que se refere à inveja como um sentimento provocador da mente ressentida. Kehl aponta que “o metabolismo da inveja no sujeito desemboca no ressentimento” (LIMA, 2004, p. 1). Ansart (2004, p. 22), ao propor uma reflexão mais ampla sobre o assunto, lembra que Max Scheler cita uma lista de sentimentos e/ou emoções criadores do ressentimento, dentre eles: a inveja, o ciúme, o rancor, a maldade e o desejo de vingança. Mas Ansart (2004, p. 22) assevera que “são necessários acréscimos a esta lista: em primeiro lugar, a experiência da humilhação e, igualmente, a experiência do medo”. Em Amâncio, há um desejo de vingança, nunca concretizado, que o acompanha até a Corte, onde “ainda sentia os calafrios de outros tempos” (AZEVEDO, 1997, p. 23), ao recordar-se do mestre e de Vasconcelos. Tal desejo naturalmente decorre da humilhação e do medo que se apresentam firmemente como desencadeadores da abominação ao pai e ao professor e da formação de sua mente hipócrita e ressentida. O que dizer, nesse sentido, de ser obrigado a: submeter-se à palmatória (desferida pelo mestre e por um de seus discípulos); tomar uma sova do pai no mesmo dia em que é punido pelo Pires; pedir perdão de joelhos ao professor e ao menino da bofetada? Tudo isso simplesmente porque optou por defender a mãe e, conseqüentemente, o próprio pai, moralmente ofendidos. É preciso, entretanto, recuar, pois, como diz Freud (1930, p. 132), a criança, “através da identificação, incorpora a si a autoridade inatacável. Esta transforma-se então em seu superego, entrando na posse de toda a agressividade que a criança gostaria de exercer contra ele”.

Se percorrermos os passos de Amâncio, a começarmos pela primeira infância e estendendo-nos até os 21 anos, verificaremos que a dissimulação se apropria de seu comportamento de modo contínuo, chegando a recrudescer em determinados momentos, nos quais, para se proteger, é constrangido a sucumbir às imposições culturais. Daí, como já falamos, a inerência dos fenômenos da cultura, na formação do caráter do jovem provinciano, gerando, muitas vezes, um “mal-estar”, de acordo com a proposta freudiana, no sentido de que ela [a cultura] nos traz sofrimento, mas sem a qual não conseguimos viver. É preciso que se imponham limites. E são justamente esses limites que determinam ao ego que reprima os instintos “negativos” oriundos do id. O problema é que, em muitos seres humanos, e aqui situamos Amâncio, as imposições do meio externo são excessivas, o que o faz recorrer, conscientemente, a um comportamento hipócrita, em âmbito sociofamiliar. Desde cedo, “convenceram-no de que só devemos praticar aquilo que os outros já praticaram. E o que pudesse haver de original no seu caráter e na sua inteligência, tudo se foi mirrando e falecendo” (AZEVEDO, 1997, p. 26). É a instituição Família, sob um modelo patriarcal, que, num primeiro momento, confere o direcionamento que deve caracterizar a conduta do ainda menino Amâncio:

À mesa devia ter a sisudez de um homem. Se lhe apetecia rir, cantar, conversar, gritavam-lhe logo: “Tenha modo, menino! Esteja quieto! Comporte-se!”.

E Amâncio, com medo da bordoadas, fazia-se grave, e cada vez ia-se tornando mais hipócrita e reservado. Sabia afetar seriedade, quando tinha vontade de rir; sabia mostrar-se alegre, quando estava triste; calar-se, tendo alguma recriminação a fazer; e, na igreja, ao lado da família, sabia fingir que rezava e sabia aguentar por mais de uma hora a máscara de um devoto. (AZEVEDO, 1997, p. 26)

As atitudes de Amâncio, o qual, racionalizando, não demonstra ser afetado por um complexo conflito interno, mas, ao mesmo tempo, busca alternativas, longe dos olhares admoestadores, para gozar de alguma satisfação, é explicável a partir das palavras de Freud (1923, p. 68-69), ao sugerir que

sempre que possível, [o ego] tenta permanecer em bons termos com o id; veste as ordens inconscientes do id com suas racionalizações pré-conscientes; finge que o id está mostrando obediência às admoções da realidade [...]; disfarça os conflitos do id com a realidade e, se possível, também os seus conflitos com o superego.

Não é de admirar, portanto, que o menino, numa fase imediatamente pós-edipiana, já manifeste tal comportamento, reservado e fingido, visto haver uma completa dependência em relação aos indivíduos que deveriam, justamente, agir, se não de modo contrário ao que efetivamente agem, pelo menos diferentemente de como o fazem, ou seja, tentar, minimamente, permitir que a criança se revele ser quem de fato é – ou poderia ser, conforme sugere Horney (1959). Não falamos aqui em um “pode tudo”, afinal, como dissemos, os limites são necessários, mas em um ambiente que possibilite à criança ter uma sensação de segurança e afeição, sem que, para isso, precise de uma máscara. É essa máscara, pois, a condição necessária para ser aceito no meio em que vive. Naturalmente, a mãe, talvez numa tentativa – infrutífera – de compensação, se apresenta como um bálsamo, mas incapaz de anular, ou mesmo atenuar, satisfatoriamente, a brutalidade concentrada em Vasconcelos – o pai. Brutalidade esta que, em certa medida, tanto física quanto psicologicamente, advém também de outros parentes, como as tias. Há, portanto, um ambiente pernicioso que lhe frustra os desejos e o torna, progressivamente, medroso e incompetente para a superação de obstáculos, inicialmente no próprio lar, posteriormente na escola – esta, aliás, sobretudo nos primeiros anos, mais deforma do que forma o indivíduo Amâncio – e, em seguida, a médio e longo prazo, na totalidade do seu convívio social. A grande habilidade do provinciano, corroborada posteriormente no Rio de Janeiro, é o uso da máscara social. Nesse sentido, há um excerto de Peter Gay (2010, p. 131) que bem traduz essa relação conflituosa entre o “revelar-se naturalmente” e as imposições culturais:

Para Freud, a cultura canaliza, limita e frustra o desejo. O autoengano e a hipocrisia, que trocam as verdadeiras pelas boas razões, são os companheiros conscientes da repressão, negando necessidades apaixonadas em nome da concórdia familiar, da harmonia social ou da simples respeitabilidade. Negam essas necessidades, mas não podem destruí-las.

Azevedo dá ênfase ao comportamento hipócrita do jovem, sobretudo, na mocidade, e mais precisamente no último ano de sua vida, na Corte. Ainda no Maranhão, contudo, no início de sua adolescência, diferentemente dos procedimentos morais adotados por ele em casa, Amâncio, bem provido pecuniariamente pela mãe, aproveita as noites ao máximo possível, sem preocupação, portanto, com os limites que lhe poderiam ser impostos:

Era tão bom passear pela rua, quando toda a população dormia; fumar, quando tinha certeza de que nenhum dos amigos de seu pai o pilharia com o charuto no queixo; era tão bom beber pela garrafa, comer ao relento e perseguir uma ou outra mulher, que encontrassem desgarrada, a vagar pelos becos mal iluminados da cidade! (AZEVEDO, 1997, 31)

Um outro episódio em que Amâncio se vale de uma possível não observação do pai, a fim de praticar algo reprovável, diz respeito à sua primeira bebedeira, aos 12 anos de idade, quando da comemoração da transferência das aulas do Pires para o Liceu, o que lhe rende um incontestável alívio.

Em uma ocasião, que o pai se afastara da mesa, ele pediu um brinde e cumprimentou as “pessoas presentes”. Este fato causou delírios. O próprio pai não se pôde conter e disse, entredentes, a rir:
 - Ora, o rapaz saiu-me vivo!
 Ângela abraçou o filho, chorando de comovida.
 [...] Amâncio foi coberto de ovações. Batiam-lhe no copo, faziam-lhe saúdes. Ele respondia, rindo e bebendo. Daí a uma hora recolheram-no à cama da mãe, porque lhe aparecera uma aflição na boca do estômago; mas vomitou logo e adormeceu depois, completamente aliviado
 Foi sua primeira bebedeira. (AZEVEDO, 1997, p. 30)

Há dois aspectos a serem considerados nesse fragmento: o primeiro é que, num momento inicial, vê-se que o fato de o pai afastar-se da mesa parece impulsionar o menino a pedir o brinde, dando a impressão de que persiste neste um medo de que a atitude seja reprovada; o segundo se configura como uma anuência por parte do pai daquilo que o filho supunha que não fosse aquiescido. Poder-se-ia, entretanto, pensar que a comemoração de Vasconcelos pelo *tal pai, tal filho* se dera pelos cumprimentos efetuados por Amâncio, no entanto, se fôssemos analisar a

conduta de Vasconcelos – que era muito rigoroso em termos de vinho, não abrindo mão de tê-los em fartura, sobretudo nas festas – verificaríamos, com mais clareza, que há, nele, uma espécie de prazer por o filho “estar se tornando homem”, o que, na visão do pai, dá-se, também, mediante o concurso da bebida. Ademais, depois do primeiro brinde, Amâncio, já sem preocupações de disfarçar tal atitude, ri e bebe a olhos vistos, ao mesmo tempo em que é ovacionado.

No tocante ao comportamento prevalentemente hipócrita, Azevedo não abre mão de sempre reforçar o vínculo existente entre este e a “instrução formal” recebida na infância, que, longe de primar pelas relações dialógicas, atinha-se, conforme abordamos, a uma crueldade física e psicológica aplicada pelo professor Pires, com seus “olhos de touro” e falando sempre a berrar, “como quem dirige uma boiada”. Importa, mais uma vez, lembrar que há uma confluência das atitudes do professor com as do pai, o que nos impulsiona a reiterarmos que a situação edípica comprometida e não superada em Amâncio traz no seu bojo não apenas relações parentais, mas também influxos extrafamiliares, conforme atesta Freud (1923, p. 47), ao afirmar que, ao sucumbir à repressão, o complexo de Édipo sofre influências do ensino religioso, da educação escolar e da leitura, havendo, posteriormente, a dominação de um superego, que retém o caráter do pai. Tal caráter, já afirmamos, funde-se com o do professor Pires, o que faz Amâncio, em nível de consciência e inconsciência, tê-los na mente envolvidos no mesmo ódio e no mesmo ressentimento.

Havendo, pois, um caráter deformador, por parte da instituição escolar, em Amâncio, não causa estranheza que os estudos acabem, assim, tornando-se uma das mais visíveis manifestações sintomáticas do fingimento do provinciano: “Os estudos eram o ponto negro de sua vida, o seu desgosto, o terrível espectro de todos os seus sonhos!” (AZEVEDO, 1997, p. 133). É com o pretexto de estudar Medicina que deixa São Luís e vai ao Rio de Janeiro, com o interesse, no seu íntimo, de gozar intensamente uma vida libertina, boêmia e repleta de relacionamentos “amorosos”, com “as mulheres mais belas da Corte”.

Um dado curioso e que corrobora sua dissimulação é que

o medo às matemáticas levava-o a desistir da Marinha e agarrar-se à Medicina, como quem se agarra a uma tábua de salvação; pois o

Direito, se bem que, para ele, fosse de todas as formaturas a mais risonha, não lhe servia igualmente, visto que Amâncio não estava disposto a deixar a Corte e ir ser estudante na província.

A Medicina, contudo, longe de seduzi-lo, causava-lhe um tédio atroz. Seu temperamento aventureiro e frívolo não se conciliava com as frias verdades da cirurgia e com as pacientes investigações da terapêutica. (AZEVEDO, 1997, p. 35)

Amâncio, que não demonstra nenhuma preocupação de cunho ético, consegue, portanto, aliar o sonho de suas aventuras amorosas aos supostos interesses acadêmicos; e, mais que isso, ao optar pela Medicina, valendo-se, inclusive, de influências do meio e da confortável situação financeira⁸⁰, confabula com seu ego presunçoso os seus verdadeiros propósitos:

Sim! Porque, afinal, com dinheiro também obtemos os médicos de que precisamos, e não vale a pena, por conseguinte, gramar seis anos de academia e curtir as maçadas que estou aqui [no Rio de Janeiro] suportando, sabe Deus como!

- Mas, neste caso, a questão muda muito de figura!... dizia-lhe em resposta uma voz que vinha de dentro do seu próprio raciocínio. Não se trata aqui de fazer um “médico”, trata-se de fazer um “doutor”, seja ele do que bem quiser! Não se trata de ganhar uma “profissão”, trata-se de obter um “título”. Tu não precisas de meios de vida, precisas é de uma posição na sociedade.

[...] Medicina servia para algum moço pobre que precisasse viver da clínica; ele não estava nessas circunstâncias. Era rico! (AZEVEDO, 1997, p. 37)

E assim, no Rio de Janeiro, embora se mostre muito preocupado com os estudos e, por conseguinte, fale calorosamente sobre a matrícula na faculdade, somente por instâncias do Campos é que consegue efetuar-la, sempre preservando, no seu âmago, os seus reais objetivos.

É na casa de pensão onde há focos diversos e contínuos da hipocrisia de Amâncio. Já no primeiro dia como hóspede e futuro inquilino, em meio a conversas

⁸⁰ É o próprio pai que, indiretamente, o faz pensar dessa maneira. Amâncio toma como base uma conversa do Vasconcelos com um amigo, o Franco de Sá: “O velho Vasconcelos nunca tomou a sério os artistas: ‘Uns pedaço-d’asnos!’ qualificava ele, e, de uma feita em que o Franco de Sá lhe comunicou os seus projetos de estudar pintura na Europa, o negociante fez uma careta e exclamou, batendo-lhe no ombro: ‘Homem, seu Sazinho! Não seria eu que lhe aconselhasse semelhante cabeçada... porque, meu amigo, isto de artes é uma cadelagem! Procure meios de obter cobres, e o senhor terá à sua disposição os artistas que quiser!’

- E nisto tinha o velho toda a razão, pensava Amâncio. Acho apenas que devia estender a sua teoria até o estudo de certas ciências... como a Medicina...” (AZEVEDO, 1997, p. 37).

com Coqueiro, a respeito principalmente da “familiaridade” da casa⁸¹, o maranhense, cuja mente, desprovida de escrúpulos, já cogitava encontros com Amélia, “jurava corresponder àquela amizade, mas, no seu íntimo, ria-se do Coqueiro, que agora lhe parecia tolo, e cujo casamento com a francesa velhusca o tornava, a seus olhos, cada vez mais ridículo” (AZEVEDO, 1997, p. 83). Administrando assim, conscientemente, uma conduta aparentemente virtuosa e socialmente aceita, mas que, na sua essência, procura compatibilizar-se com seus interesses e desejos, o jovem, considerado pelos proprietários da casa um sujeito ingênuo⁸², fixa-se em definitivo naquele estabelecimento, recorrendo, invariavelmente, à habilidade em “usar a máscara”.

No primeiro jantar na nova moradia, dominado, por vezes, por uma certa loquacidade e profundo entusiasmo, Amâncio, à semelhança de um romântico preso firmemente à terra natal, expõe de modo exagerado as qualidades desta: “Continuou-se a falar sobre o Maranhão. Lúcia quis informações; Amâncio voltou-se logo para ela, solicitamente, e na febre de falar de sua terra começou, sem reparar que mentia, a pintar coisas extraordinárias” (AZEVEDO, 1997, p. 88). Nessa mesma conversa, o jovem mostra um certo descontrole emocional, ao ser indagado por Lúcia acerca de um poeta maranhense – o Dias Carneiro:

Amâncio sentiu um calafrio percorrer-lhe a espinha. Nunca em sua vida ouvira falar de semelhante nome.
 - É, disse entretanto, - é um grande poeta!
 - Enorme! Corrigiu Lúcia, levando à boca uma garfada. – Enorme! Conhece aquela poesia dele, o...
 Novo calafrio, desta vez, porém, acompanhado de suores. E não lhe acudia um título para apresentar, um título qualquer, ainda que não fosse verdadeiro. (AZEVEDO, 1997, p. 89)

Aqui, há uma questão que merece destaque: Amâncio não consegue recorrer nem mesmo à mentira para sobressair-se numa situação que a maioria das pessoas

⁸¹ Coqueiro, longe de ser um exemplo no que se refere a escrúpulos, adverte, educada e brandamente Amâncio, quanto a “certas visitas”, visto que a pensão constituía um “lar familiar”. Posteriormente, Amâncio vê, a altas horas da madrugada, o próprio Coqueiro trazendo à casa de pensão justamente as visitas sobre as quais o maranhense fora advertido.

⁸² Em diálogo com a esposa, Coqueiro se mostra convicto da ingenuidade de Amâncio e tenta também convencê-la disso: “- Não conheces o Amâncio!... A gente leva-o para onde quiser!... Um simplório [...]. Afianço-te, volveu Coqueiro, - que, se o metermos em casa e conduzirmos o negócio com um certo jeito, não lhe dou três meses de solteiro!” (AZEVEDO, 1997, p. 72). No primeiro jantar na casa de pensão, ao qual nos referimos em seguida, ao mostrar-se muito empolgado quando fala para os hóspedes sobre a sua terra (o Maranhão), Amâncio serve de escárnio aos pensamentos de Coqueiro. Este “afetava acompanhá-lo naquele entusiasmo, mas ria-se por dentro. O outro lhe parecia cada vez mais tolo” (AZEVEDO, 1997, p. 89).

não encontraria dificuldades para resolver. A hipocrisia, nesse caso, manifesta-se no sentido de querer mostrar dominar algo que, na verdade, não domina. Diante dessa impossibilidade, sobrevêm-lhe uma preocupação e uma tensão excessivas perceptíveis nas manifestações sintomáticas físicas, caracterizadoras de uma ansiedade fora do comum, visto que a reação do jovem não é proporcional ao problema – se é que ele existe.

Em outros episódios, e talvez o mais ilustrativo seja o da época em que deve prestar os exames do primeiro ano de faculdade, Amâncio, à semelhança do que é narrado no fragmento acima, é acometido de uma sensação de ser pequeno, impotente, ameaçado e em perigo, porém dissimulado:

Vestiu-se quase sem consciência do que fazia; esqueceu-se até de escovar os dentes, porque, mal voltou a si, correu aos livros, sem aliás, conseguir firmar a atenção sobre coisa alguma.

E Amâncio tremia todo só com a ideia de sua inabilidade. À medida que as horas se esgotavam e o momento fatal se lhe antepunha, um langor covarde e mulheril crescia dentro dele [...].

Mas embaixo, na varanda, em presença de Amélia e Mme Brizard, fazia-se forte, a despeito da palidez que lhe alterava as feições. (AZEVEDO, 1997, p. 192-193)

Há uma previsibilidade de sofrimento, por parte do estudante, como se ele tivesse consciência de que o não êxito seria condizente com – e resultante da – ausência de esforços que, por ele, deveriam ter sido empreendidos ao longo do ano. A sensação de desprazer, nesse caso, suplanta a possibilidade de prazer anulada por um ego enfraquecido e culpado que coloca, pelo menos teoricamente, o sujeito em perigo. Nesse sentido, Freud (1938, p. 159) postula que “um aumento de desprazer esperado e previsto é enfrentado por um *senal de ansiedade*; a ocasião de tal aumento, quer ele ameace de fora ou de dentro, é conhecida como um *perigo*”. É esse perigo que ganha, em Amâncio, à semelhança do que ocorre em outras circunstâncias, uma amplitude incompatível com a real situação, a julgar também pelos resultados: apesar do sentimento de impotência e da ansiedade, ele é aprovado.

Ainda no que tange a essa situação, são pertinentes as palavras de Mullahy (1975, p. 75), quando afirma que, segundo Freud, “a perda do amor e o fracasso deixam atrás de si um dano permanente à autoconsideração, sob a forma de uma

cicatriz narcisista, o que [...] contribui mais do que qualquer outra coisa para o sentimento de inferioridade”. É possível perceber, assim, que, na trajetória do protagonista de *Casa de pensão*, há, desde a infância, e potencializando-se na juventude, uma ausência de crença nas suas habilidades, nas suas conquistas, a qual “compactua” com o companheiro consciente – a hipocrisia –, em virtude dessa carência de um ambiente que lhe propiciasse amor e afeto autênticos e dessas tentativas fracassadas de se mostrar um sujeito “verdadeiro” no seu convívio sociofamiliar. Sintomas afins aos descritos nos excertos acima já tinham ocorrido quando estava prestes a “se livrar” das aulas do Pires:

Só aos doze anos fez o seu exame de português na aula do Pires. Houve muita formalidade. A congregação era presidida pelo Sotero dos Reis; havia vinte e tantos examinandos. **Amâncio tremia naqueles apuros. Não tinha em si a menor confiança. Foi, contudo, “aprovado plenamente”.** (AZEVEDO, 1997, p. 28, grifo nosso)

A despeito da ansiedade fora do comum e do sentimento de impotência e de inferioridade, Amâncio, em seus relacionamentos, com o propósito de obter gratificações pessoais e não ter seus desejos cerceados, é conduzido por um ego que alimenta a conduta hipócrita. Tal ego, como diz Freud (1923, p. 69),

em sua posição a meio-caminho entre o id e a realidade, muito frequentemente se rende à tentação de tornar-se sicofanta, oportunista e mentiroso, tal como um político que percebe a verdade, mas deseja manter seu lugar no favor do povo.

É sob a égide do fingimento que o provinciano age também em relação a Amélia, quando esta lhe sugere, e até exige, casamento. Ele faz uso de um subterfúgio (visitar a mãe, que estaria desamparada no Maranhão, após a morte de Vasconcelos), para desvencilhar-se da irmã de Coqueiro. Para isso, entretanto, vale-se também da contribuição do colega Paiva Rocha, que o orienta sobre a má fama e o mau caráter do proprietário da casa de pensão. Aliás, dias antes, para o mesmo Paiva Rocha, Amâncio mentira quando aquele deu a entender que precisava de dinheiro: “Amâncio negou-o, apesar de bem provido, dizendo com a voz triste que ‘sentia muito não o poder servir naquela ocasião’” (AZEVEDO, 1997, p. 179). Meses

antes, logo que chegou ao Rio de Janeiro, Amâncio, com o intuito de fazer amigos e curtir a boemia e demais prazeres cariocas, não foi parcimonioso ao consumir em um restaurante, em companhia do ex-condiscípulo do Maranhão e dos colegas deste (Salustiano Simões e João Coqueiro). Ou seja, o jovem Vasconcelos se vale, constantemente, de uma contradição entre o que é e o que parece ser, para atingir suas metas, ainda que algumas delas – é o caso da fuga para a terra natal – sejam frustradas.

O disfarce do provinciano se acentua nos dias compreendidos entre a articulação do plano de fuga e a data em que esta seria realizada: com Amélia, “reapareceram as primitivas noites de amor, como boa estação que volta carregada de flores. Os dois amantes nunca se possuíram tão satisfeitos um do outro e nunca se patentearam tão convictos da mesma felicidade” (AZEVEDO, 1997, p. 225). Por essa época, ele já falava a Amélia que, em termos de viagem, não havia mais nada a esse respeito. “Resolvera ficar”. Naturalmente, em função do que acontecera nos dias imediatamente anteriores, Amélia, em conformidade com as orientações do irmão, não deu crédito às palavras do amante. Os fragmentos que seguem atestam, com mais intensidade, a hipocrisia e/ou as intenções de Amâncio: “- Ora, filha! Nós, antes de cairmos na asneira em que caímos, não tocamos uma só vez em casamento! E, se queres que te diga com franqueza, eu até nem supunha ser o primeiro com quem tivesses relações!...” (AZEVEDO, 1997, p. 187). “Antes de tudo, sou filho! Percebes? Antes de tudo, tenho de olhar por minha mãe, que é muito capaz de morrer se não me ver ao seu lado!” (AZEVEDO, 1997, 222). “Não acreditas ainda que te estou falando com sinceridade?... concluiu, a beijá-la nos olhos. – Que precisão tinha eu de te enganar?” (AZEVEDO, 1997, p. 222). A necessidade de que fala o jovem, obviamente, diz respeito à viagem urgente ao Maranhão. Amélia, porém, insiste no casamento antes de ele partir, mas não alcança êxito. Êxito também não galgado pelo provinciano, em virtude da referida astúcia de João Coqueiro e do dr. Teles de Moura.

Finalmente, é válido trazermos ao papel as palavras de Aluísio Azevedo concernentes ao episódio em que Nini, afetada pela sua patologia mental, muito nervosa, chorando e dispondo de uma força extraordinária, tenta – e consegue –, desesperadamente, abraçar Amâncio, lançando-lhe os braços ao pescoço. Como estão sozinhos, o jovem se mostra muito preocupado: “Podiam ser surpreendidos!

Esta ideia o aterrava mais pelo ridículo do que pela responsabilidade daquela situação” (AZEVEDO, 1997, p. 114). Depois de tentativas brandas de se desvencilhar da “histórica”, que conseguira, mais de uma vez, agarrar-se freneticamente a ele, o estudante recorre à violência, atirando ao chão o corpo de Nini:

- Ora pílulas! resmungou o estudante, desprendendo-se com um empurrão. E ganhou o quarto, puxando a porta sobre si. Ouvia-se então o baque surdo do corpo pesado de Nini, que foi por terra; em seguida gritos muito agudos. Correram todos para a sala de visitas; acenderam-se os candeeiros. Nini escabujava no chão, a gritar, esfrangalhando as roupas e mordendo os punhos. (AZEVEDO, 1997, p. 114-115)

Após esse episódio, o estudante maranhense, em conversa com o também dissimulado Coqueiro, faz questão de deixar transparecer “acentuações de quem detesta imoralidades”. Azevedo (1997, p. 128) sintetiza tal comportamento com as seguintes palavras: “E Amâncio, inflamado pelos princípios morais que ele só cultivava teoricamente, parecia mais que ninguém preocupado com a pureza dos costumes”.

Essas circunstâncias a que fizemos referência e possivelmente outras aqui não abordadas – algumas talvez aparentemente insignificantes – bem traduzem para a prática o que é um ser humano cujo comportamento é dominado pela hipocrisia. É esse o Amâncio que, por impossibilidade de reagir autenticamente aos influxos externos, sobretudo da família e da escola, carrega consigo um, no dizer de Freud, companheiro consciente – a hipocrisia – que o está sempre “perseguido” nas mais diversas relações interpessoais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Jonathan Culler (1999, p. 26), ao dizer que “a teoria mescla ideias vindas da filosofia, linguística, história, teoria política e psicanálise”, bem como que ela – a teoria – é analítica e especulativa, impele-nos a absorver uma consciência quanto à inesgotabilidade do objeto artístico, que, assim, torna-se passível de se submeter a diversas interpretações, as quais sempre serão “incompletas”. Isso também se aplica, evidentemente, e sobretudo, à arte literária. E, em sendo *Casa de pensão* fruto dessa modalidade artística, não podemos nos omitir no sentido de esclarecer que o que tentamos empreender em nossa discussão constitui apenas uma das inúmeras possibilidades de leitura propiciada pela obra em questão.

Seria hipocrisia, contudo, dizer que não nos sentimos induzidos a crer que atingimos nossos principais objetivos, tendo em vista o que propusemos no início deste trabalho. E tais objetivos só conseguimos, obviamente, fazendo uso de uma teoria (psicanalítica), coadunada com outras contribuições menores, mas sem perdermos o foco de que a obra literária fala por si só, tratando de questões inerentes à vida do ser humano, partindo de uma situação particular para dar uma dimensão universal; ou seja, a literatura se situaria – e aqui não tencionamos lançar mão de um conceito, o que seria complexo e talvez impossível – como instrumento de conhecimento do homem e do mundo, bem como um instrumento que contribui para a nossa formação e desenvolvimento intelectual, moral, estético e ideológico. Nesse sentido, é instrutivo também nos reportarmos a Aristóteles (1998), que, em sua *Arte poética*, confere à obra de arte um caráter positivo, sustentado na acepção em que mais comumente tem sido usado o termo *mimesis*: imitação. Para ele, imitação bem elaborada. Segundo o filósofo grego, a Poesia (Literatura), estaria mais próxima da Filosofia do que a História. Pois esta se refere ao particular, enquanto aquela – a Poesia –, ao geral. Assim, a Literatura seria uma forma de representar situações vivenciadas pelos seres humanos, a fim de refletirmos melhor acerca de nossos pensamentos, sentimentos e ações. Naturalmente, isso é aplicável a *Casa de pensão*, cujo autor, ao trazer ao papel personagens relativamente complexos, com suas taras e vícios, num estilo marcadamente naturalista – o que não é o mais importante –, parece querer alertar-nos quanto a comportamentos que ocasionariam consequências negativas, abreviando, inclusive, o tempo de vida do ser humano, conforme ocorre, particularmente, com o personagem aqui analisado,

de cujos, por assim dizer, desvios de conduta não consegue se libertar. Nessa perspectiva, também são válidas as palavras de Garcia (2009, p. 149), ao fazer menção ao “herói” de *Casa de pensão*:

Arrastado pelas leis da hereditariedade, pelos vícios que o consumiam e pela educação opressora que recebera, no decorrer da narrativa o comportamento do personagem é moldado pelos papéis que ele assume, por razões alheias à sua vontade, pois é dominado pelos impulsos. A habilidade de utilizar a máscara social torna-se essencial para que Amâncio seja aceito no meio em que vivia.

Partindo do pressuposto de que a teoria também, na concepção de Culler (1999), é reflexiva, auxiliando-nos na apreensão daquilo que a obra literária pretende expor – e mesmo argumentar –, e, por conseguinte, auxiliando também na sua compreensão, é válido asseverarmos que os textos de natureza psicanalítica – especialmente de concepção freudiana – aqui utilizados foram fundamentais para concluirmos que o personagem central do *corpus* do nosso trabalho exemplifica o que afirmamos no parágrafo anterior, quanto a determinadas características comportamentais que podem influir negativamente na vida do indivíduo⁸³. Nesse sentido, tal conclusão se dá, especialmente, por analisarmos comportamentos ditos negativos de Amâncio de Vasconcelos: a compulsão e a insaciabilidade afetivo-sexuais e a hipocrisia, associada ao ressentimento.

Assim, é conveniente ratificarmos a constatação de que, considerando as vias e suportes teóricos aqui utilizados, tal comportamento se alicerça na não superação do que Freud chamou de complexo de Édipo. Naturalmente, há uma forte e incisiva influência do meio, visto que as condutas paterna e materna são, por demais, antagônicas, contribuindo ambos – um pai excessivamente austero e uma mãe inacessível e demasiadamente protetora – para lançar o filho a um segundo estágio “familiar”, na casa de pensão. Evidentemente não podemos prescindir de nos referirmos, mais uma vez, à figura representante do sistema educacional, o professor Antônio Pires, que, sendo membro de uma estrutura social aprovada pelos “pais ignorantes” e da qual estes fazem parte, é um impulsionador do comportamento progressivamente hipócrita do ressentido Amâncio. Já a compulsão

⁸³ Aqui não temos, como não tivemos, ao longo da discussão, preocupação em afirmar se Amâncio age de modo ético ou não, mas tão-somente em apresentar as principais marcas do seu comportamento, com as devidas causas e, de menor importância para o nosso trabalho, algumas consequências.

e a insaciabilidade decorreriam, entretanto, do ambiente especificamente familiar, em função, como dissemos, de um complexo de Édipo que não rui.

Impossível, também, deixarmos de recorrer, novamente, à palavra “cultura”. Como diz Bosi (2009, p. 16), esse termo guarda em sua significação não apenas elementos concernentes às labutas do solo, da agricultura, mas também se refere “ao trabalho feito no ser humano desde a infância”, e, nesse processo, a educação constitui o elemento institucional fundamental e determinante⁸⁴. É justamente esse trabalho que, conforme apontamos, não é cultivado satisfatoriamente em Amâncio. E assim, com a inevitável introjeção de valores socioculturais institucionalizados, há um ego sofrido que se vê constrangido a reprimir em demasia desejos provenientes de um id que não sossega. É preciso que se atendam as exigências de um superego cultural, para que, em outros momentos ou ambientes, surjam os chamados produtos substitutivos. Entretanto, tendo em vista a análise apresentada, somos levados a crer que tais produtos (nas esferas comportamentais discutidas), não são suficientes para eliminar um conflito intenso – não solucionado – que se apodera da mente de Amâncio. Para Freud, “a cultura é essencialmente o reflexo em grande escala dos conflitos dinâmicos existentes no indivíduo. Por isso parecia-lhe fácil expor o dilema da humanidade civilizada: os homens não podem viver sem civilização, mas não podem viver felizes nela” (GAY, 2010, p. 497).

Gostaríamos de lembrar, ainda, que a convergência a que nos referimos, no título deste trabalho, fica corroborada, tendo em vista que, por vias distintas – artística e “científica” –, encontramos um homem – no caso, o personagem analisado (poderia ser outro) – cujas características comportamentais decorrem da influência de forças externas, as quais se dão mais precisamente na (primeira) infância. Não há ineditismo, obviamente, em afirmar que o personagem Amâncio constitui um exemplo desse produto do meio que marca o processo naturalista. Contudo, cremos que seja relevante insistirmos em dizer que o interessante seja o fato de ele – Amâncio – constituir esse produto também à luz da psicanálise, a qual torna evidente que há um conflito resultante das forças advindas dos padrões morais da cultura que confrontam com as exigências internas regidas pelo princípio de

⁸⁴ “Cultura é o conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a reprodução de um estado de coexistência social. A educação é o momento institucional marcador do processo” (BOSI, 2009, p. 16). “As palavras *cultura*, *culto* e *colonização* derivam do mesmo verbo latino *colo*, cujo particípio passado é *cultus* e o particípio futuro é *culturus*. *Colo* significou, na língua de Roma, *eu moro*, *eu ocupo a terra*, e, por extensão, *eu trabalho*, *eu cultivo o campo*” (BOSI, 2009, p. 11).

prazer. E assim, “ciência” e arte aqui não se excluem, pelo contrário, se complementam. Aliás, e aqui abrimos um parêntese, na construção da sua teoria, Freud, que tinha um considerável apreço pelos escritores, valeu-se também de textos literários, e *Édipo Rei* figura, provavelmente, como o mais representativo.

Por fim, também se tornam pertinentes, mais uma vez, as palavras de Freud, no que tange ao fato de que, a despeito de a psicanálise ter nascido como um método terapêutico, ela ganha relevância não necessariamente por isso, e sim por dar explicações acerca daquilo que mais interessa ao ser humano: sua própria natureza (GAY, 2010). E é justo e lícito afirmarmos que essa relevância se mantém quando esse ser é fruto de uma criação artístico-literária, pois, sendo literatura, é representação da cultura e da sociedade.

REFERÊNCIAS

- ANSART, Pierre. História e memória dos ressentimentos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia. *Memória e res(sentimento): indagações sobre uma questão sensível*. 2. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2004, p. 15-36.
- ARISTÓTELES. *Poética*. 5. ed. Trad. Eudoro de Souza. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.
- AZEVEDO, Aluísio. *Casa de Pensão*. 10. ed. São Paulo: Ática, 1997.
- BARBOZA, Jair. Um livro que embriaga. In: SCHOPENHAUER, Arthur. *O mundo como vontade e como representação*. Trad. Jair Barboza. São Paulo: Unesp, 2005, p. 7-18.
- BOSI, Alfredo. Colônia, culto e cultura. In: _____. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das letras, 2009, p. 11-63.
- _____. *História concisa da literatura brasileira*. 43. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. Trad. Maria Lucia Machado. São Paulo: Companhia das letras, 2010.
- BRADBURY, Malcolm; MCFARLANE, James. Movimentos, revistas e manifestos: a sequência desde o naturalismo. In: _____. *Modernismo: guia geral*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das letras, 1989, p. 154-166.
- CANDIDO, Antonio. De cortiço a cortiço. In: _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas cidades, 1993, p. 105-129.
- CANDIDO, Antonio; CASTELLO, José Aderaldo. *Presença da literatura brasileira: história e antologia*. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.
- CARONI, Ítalo. Introdução. In: ZOLA, Émile. *O romance experimental e o naturalismo no teatro*. Trad. Ítalo Caroni. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 11-21.
- CASTELLO, José Aderaldo. *A literatura brasileira: origem e unidade*. São Paulo: Edusp, 1999. v. 2.
- COUTINHO, Afrânio. *Introdução à literatura no Brasil*. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.
- DIMAS, Antonio. *Aluísio Azevedo – Literatura comentada*. São Paulo: Abril Educação, 1980.
- EAGLETON, Terry. *Teoria da literatura: uma introdução*. Trad. Waltensir Dutra. 5 ed. São Paulo: Limitada, 2003.
- FEHÉR, Ferenc. *O romance está morrendo? (contribuição à teoria do romance)*. Trad. Eduardo Lima. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

FREUD, S. (1924). A dissolução do complexo de Édipo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19.

_____. (1914). A história do movimento psicanalítico. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 14.

_____. *A interpretação dos sonhos*. Trad. Walderedo Ismael de Oliveira. Rio de Janeiro: Imago, 2001.

_____. (1915). Artigos sobre a metapsicologia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 14.

_____. (1938). Esboço de psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 23.

_____. (1923). O ego e o id. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 19.

_____. (1930). O mal-estar na civilização. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 21.

_____. (1905). Três ensaios sobre sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. v. 7.

FREUD: *análise de uma mente*. Produção: Bio, the biography channel. EUA: Log On, 1995. 1DVD (47 min.), color.

GAARDER, Jostein. Freud: ...um desejo terrível, egoísta, veio à tona dentro dela. In: _____. *O mundo de Sofia: romance da história da filosofia*. Trad. João Azenhar Jr. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 456-475.

GARCIA, M. L. G. *Alúcio Azevedo: o movimento criativo de "Casa de pensão"*. 2009. 225 f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo.

GAY, Peter. *Freud: uma vida para o nosso tempo*. Trad. Denise Bottmanns. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

HADDAD, Gisela. Sobre o ressentimento. In: ESTADOS GERAIS DA PSICANÁLISE: SEGUNDO ENCONTRO MUNDIAL, 2003, Rio de Janeiro. *Anais eletrônicos...* Rio de Janeiro: Disponível em: < http://www.estadosgerais.org/mundial_rj/download/5c_Haddad_88201003_port.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2011.

HAUSER, Arnold. Naturalismo e impressionismo. In: _____. *História social da arte e da literatura*. Trad. Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p. 727-956.

HORNEY, Karen. *Nossos conflitos interiores* – uma teoria construtiva das neuroses. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1959.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

JONES, Ernest. *A vida e a obra de Sigmund Freud*. Trad. Júlio Castañon Guimarães. Rio de Janeiro: Imago, 1989. v 1 e 2.

_____, Ernest. *Que é a psicanálise?* 13. ed. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1971.

KATZ, Chaim Samuel. *Complexo de Édipo: Freud e a multiplicidade edípica*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2009. (Coleção “Para ler Freud”).

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise - o legado de Freud e Lacan*. Trad. Vera Ribeiro e Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS, Jean. *Vocabulário da psicanálise*. 4 ed. Trad. Pedro Tamen. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

LEITE, Dante Moreira. *Psicologia e literatura*. São Paulo: UNESP/HUCITEC, 1987.

LUKÁCS, Georg. Narrar ou descrever? Trad. Giseh Vianna Konder. In: _____. *Ensaio sobre estética*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965, p. 43-94.

MENESES, Adélia Bezerra de. O sonho e a literatura: mundo grego. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 187-209, 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-5642000000200012&script=sci_arttext. Acesso em: 05 nov. 2011.

MEZAN, Renato. *Freud, pensador da cultura*. 7 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

MULLAHY, Patrick. *Édipo: mito e complexo* – uma crítica da teoria psicanalítica. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975.

NASIO, J. D. *O livro da dor e do amor*. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da literatura brasileira: prosa de ficção: de 1870 a 1920*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1988.

ROMERO, Sílvio. *O naturalismo em literatura*. São Paulo: Typografia da província, 1882.

SODRÉ, Néelson Werneck. *O naturalismo no Brasil*. 2. ed. Belo Horizonte: Oficina de livros, 1992.

SÓFOCLES. *Édipo rei*. Trad. Paulo Neves. Porto Alegre: L&PM Editores, 1998.

SÜSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

ZOLA, Émile. O romance experimental. In: _____. *O romance experimental e o naturalismo no teatro*. Trad. Italo Caroni. São Paulo: Perspectiva, 1982, p. 23-76.

_____. *Thérèse Raquin*. Trad. Joaquim Pereira Neto. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.